DIREITA E ESQUERDA AINDA EXISTEM?

E SE EXISTEM AINDA,

E ESTÃO EM CAMPO, COMO

SE PODE DIZER QUE PERDERAM

COMPLETAMENTE O SIGNIFICADO?

E SE AINDA TÊM UM SIGNIFICADO,

QUAL É ELE?

ISBN 85-7139-088-6



Norberto Bobbio

DIREITA E ESQUERDA

# DIREITA E ESQUERDA

*Razões e significados de uma distinção política*

Norberto Bobbio

Editora UNESP

Tanto quanto uma erudita exposição sistemática, este pequeno mas denso livro de Norberto Bobbio é um instigante libelo contra todos os que desprezam a clássica dicotomia direita/esquerda. Traço peculiar da chamada cultura "pós-moderna", a alegação de que os conceitos de esquerda e direita tornaram-se obsoletos com a crescente complexidade das estruturas sociais e sobretudo com a crise do socialismo (do comunismo, da social-democracia) parece querer impregnar numerosos ambientes políticos e intelectuais. Muitas vezes apresentada sob as vestes do melhor rigor científico, a alegação, na verdade, cumpre a função de emprestar opacidade a este complicado fim-de-século. Não por acaso, seu principal argumento apóia-se na discutível constatação de que "destros" e "esquerdos", no fim das contas, formulam programas idênticos e propõem-se os mesmos fins imediatos. Não mereceriam, por isso, ser vistos como campos diversos ou receber nomes distintos. Quando muito, poderiam ser substituídos por outra dupla: "progressistas" e "conservadores".

A polêmica de Bobbio parte da reafirmação de uma obviedade: não se pode negar validade àquilo que opera plenamente na política, àquilo que está colado no imaginário e na linguagem da vida cotidiana, que ainda serve para dar aos homens identidade e argumentos para pelejar por seus projetos e utopias. Apesar de renegadas, direita e esquerda persistem como palavras-chave do discurso político, preservando toda a carga emotiva com que têm sido empregadas desde a Revolução Francesa.

Embora reforçado pela conhecida preocupação analítica de Bobbio e por sua obstinação em manter distância dos juízos de valor, *Direita e Esquerda* está longe de ser um texto tecnicamente frio. Trabalhando em um ambiente marcado pelo ressurgimento impetuoso da cultura de direita e dos valores do capitalismo, Bobbio deseja participar do de-

# DIREITA E ESQUERDA

bate sobre a "morte" da esquerda, buscando pensar os termos de uma nova definição, mais afinada com os desafios e particularidades atuais. Suas teses de que o igualitarismo é a característica distintiva da esquerda não é apenas um gesto politicamente significativo nesta época de confusão: mostra-se como esforço para emprestar clareza teórica e vigor ideológico aos difíceis, e nem sempre transparentes, embates políticos dos nossos dias.

Equilibrando-se entre o empenho político-cultural e o "espírito analítico", entre os ideais do liberalismo e do socialismo, o presente texto nem sempre resolve os temas que faz chegar à superfície. Bobbio porém não pretende esgotar a discussão. Seu objetivo é mostrar a atualidade e a eficácia de uma dicotomia cada vez mais vilipendiada e encontrar, com isso, um meio de repor a política como universo repleto de paixões, contrastes e contradições. Num momento em que, no Brasil e no mundo, uma grave crise de perspectivas prolonga-se viçosamente à luz do dia, fazendo par e num certo sentido potencializando a reprodução de imensas zonas de miséria e injustiça, os questionamentos de Bobbio são um saudável convite para que se afiem os instrumentos de análises e não se perca de vista o valor das diferenciações. No que diz respeito particularmente às esquerdas, soam como estímulo para que se leve a bom termo uma aprofundada reflexão autocrítica.

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

NORBERTO BOBBIO, nascido na Itália, é um dos mais respeitados pensadores políticos contemporâneos. Tem a maioria dos seus livros publicados no Brasil, destacando-se *A teoria das formas de governo* (UnB, 1980), *O futuro da democracia* (Paz e Terra, 1986), *Estudos sobre Hegel* (Editora UNESP - Brasiliense, 1989) e *A era dos direitos* (Campus, 1992).

**Capa: Isabel Carballo sobre foto do filme *Metropolis* de Fritz Lang.**

NORBERTO BOBBIO

# DIREITA E ESQUERDA

## RAZÕES E SIGNIFICADOS DE UMA DISTINÇÃO POLÍTICA

---

TRADUÇÃO
MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

2ª REIMPRESSÃO

Título original em italiano: *Destra e Sinistra.*
Ragioni e significati di una distinzione politica

Av. Rio Branco, 1210
01206-904 – São Paulo – SP
Tel./Fax.: (011) 223-9560

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bobbio, Norberto, 1909–
Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política / Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. – (Ariadne)

Bibliografia.
ISBN 85-7139-088-6

1. Direita e esquerda 2. Liberalismo 3. Nacionalismo 4. Socialismo I. Título. II. Série

Índices para catálogo sistemático:

1. Direita e esquerda: Ciência política 324.1
2. Esquerda e direita: Ciência política 324.1

Traduzido do original italiano *Destra e Sinistra.* Ragioni e significati di una distinzione politica. Nuova edizione riveduta e ampliata con una risposta ai critici, 1995.

# SUMÁRIO

# 1995. Resposta aos Críticos

Fui o primeiro a ser surpreendido com o sucesso deste pequeno livro. Não o esperava nem mesmo o editor, que, na primeira edição, imprimiu dez mil cópias. Depois, foi uma corrida contra o tempo.

Enquanto escrevo este Prefácio à nova edição, o livro continua a aparecer na lista dos *best-sellers* na área de ensaios, apesar de estar caindo a cada semana.[1] E todos sabem que as obras escritas por professores, exceção feita aos livros-texto e aos famigerados "manuais" [*dispense*], conseguem vender apenas alguns poucos milhares de exemplares.

Não há dúvida de que o livro foi favorecido pelo fato de ter sido lançado com um título sugestivo durante uma campanha eleitoral em que duas forças estavam se contrapondo de modo muito mais nítido do que nas eleições precedentes.[2] Um ou outro livreiro, interpelado sobre as razões pelas quais o livro era tão procurado, fez-nos saber que alguns compradores nele buscavam, se não uma resposta, ao menos uma orientação, uma sugestão, um esclareci-

1 Logo nos primeiros dias Mauro Anselmo se perguntava em *La Stampa*: "Il filósofo best-seller. Perché in libreria Bobbio batte tutti?", 23 de março de 1994, p.16.

2 Referência à campanha eleitoral para a renovação da Câmara dos Deputados da Itália, ocorrida em março de 1994. Ver mais adiante. (N. T.)

mento sobre a opção eleitoral que deveriam fazer. Ficaram provavelmente desiludidos, mas a desilusão acabou por não se mostrar contagiosa. Tanto é verdade que as vendas prosseguiram, mais ou menos no mesmo ritmo, alguns meses após o fechamento das urnas, quando todos já tinham feito as respectivas opções de voto.

Por que será que tantos continuaram, e continuam ainda, a adquirir esse pequeno livro? Será possível que todos tenham-se deixado enganar pelo fato de ter o livro surgido com uma elegante e atraente apresentação editorial, ser prático, curto e fácil de manusear, além de custar pouco? Também preciso saber o que há dentro dele, alguém certamente deve ter pensado.

Como autor, quero sugerir, embora timidamente, que a principal razão do sucesso foi o tema. "Timidamente", digo, mas também com discreta satisfação, pois não poderia encontrar melhor argumento contra todos aqueles que dizem, já há tempo, e não se cansam de repetir com inquebrantável firmeza, que a díade direita–esquerda não interessaria mais a ninguém.

Ao sucesso de público correspondeu, devo reconhecer francamente, um mais contrastante sucesso de crítica. As resenhas foram bastante numerosas, mas nem sempre benevolentes, para não mencionar algumas que procuraram demolir o livro.[3] Um amplo e renovado debate para rediscutir a díade e as teses por mim defendidas não chegou a acontecer, seja em decorrência da pressa imposta pela voracidade da imprensa diária a todos os que comentam os livros recém-publicados, seja porque os críticos – por sua debilidade intrínseca? por defeito de documentação? pela insuficiência da argumentação? – nem sempre foram muito convincentes.[4] Também recebi diversas cartas de amigos e de

3 A. Socci, "Divieto de svolta a destra", in *Il Giornale*, 28 de fevereiro de 1994; M. Tarchi, "Niente di nuovo nella lezione del filosofo Norberto Bobbio", in *L'Indipendente*, 6 de março de 1994.

4 Há uma exceção em M. Ostinelli, "Destra e sinistra: si può dire



leitores do jornal em que atualmente escrevo, quase sempre com observações pertinentes e sugestões bastante úteis.

Deixando de lado as apreciações genéricas e os ataques pessoais, aos quais não precisamos nos referir, bem como os evidentes, embora involuntários, mal-entendidos, meus críticos podem ser distribuídos em três grupos: 1. *os que continuam a sustentar que direita e esquerda são hoje nomes sem sujeito* e que não vale a pena persistir na tentativa de mantê-los vivos, atribuindo-lhes um significado que não podem mais ter (donde, em decorrência, meu livro poder ser visto como uma obra de arqueologia política); 2. *os que consideram a díade ainda válida, mas não aceitam o critério* sobre o qual eu a apoiei e sugerem outros; 3. *os que aceitam a díade, aceitam também o critério, mas o consideram insuficiente.*

Entre os primeiros, a maioria não nega que a distinção teve sentido em outros tempos, mas consideram que hoje, em uma sociedade cada vez mais complicada, na qual as múltiplas razões de contraste não mais permitem que os opostos alinhamentos sejam colocados todos de um lado ou todos de outro, a contraposição unívoca entre uma direita e uma esquerda acaba por ser simplificadora.[5] Existem também os que consideram ter sido um evento histórico catastrófico, como a queda do Muro de Berlim, o fator que tornou ultrapassada a divisão.[6] Para outros, a obstinação estéril em manter viva a grande divisão depende ainda de um erro metodológico, qual seja, o de desejar aprisionar em duas abstrações conceituais a rica e cambiante [*cangiante*] concretitude da história.[7]

ancora?", in *Cenobio. Rivista di Cultura della Svizzera Italiana*, n.XLIII, p.273-8, julho-setembro de 1994.

5 K. Adam, "Den Aufruhr denken. Richtungskämpfe sind Nachhutgefechte". In *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 3 de maio de 1994, e in *Internazionale*, v.I, n.33, p.40-1, 25 de junho de 1994, com o título: "Caro Bobbio, ti sbagli, non ci sono destra e sinistra".

6 L. Colletti, "Quale sinistra dopo il Muro", in *Corriere della Sera*, p.24, 20 de março de 1994.

7 F. Tessitore, resenha em *Nord e Sud*, n.4, 1994. É assim que também

A melhor refutação a estes opositores está no fato de que a díade permaneceu no centro do debate político mesmo após a queda do Muro. E hoje mais do que nunca, mais do que quando comecei a me ocupar do assunto com o objetivo de alcançar, antes de tudo para mim mesmo, uma explicação. Sinal de que a famosa queda, que fez explodir rapidamente todas as contradições do comunismo mundial e, simultaneamente – seja-me permitido insistir sobre uma observação que não agrada aos vencedores do momento –, todas as contradições do não menos mundial capitalismo, nada tem a ver com toda esta discussão. Não houve apenas a esquerda comunista, houve também, e há ainda, uma esquerda no interior do horizonte capitalista. A distinção tem uma longa história que vai bem além da contraposição entre capitalismo e comunismo;[8] ainda existe, e não só nas placas de sinalização do trânsito, como alguém falou espirituosamente.[9] Está aí, desenfreada, de maneira até mesmo grotesca, nos jornais, no rádio e na televisão, nos debates públicos, nas revistas especializadas de economia, de política, de sociologia. Quem se pusesse a ler os jornais para ver quantas vezes as palavras "direita" e "esquerda" são empregadas, ainda que consultando apenas os títulos principais, faria seguramente uma coleta bastante abundante, até mesmo porque estas duas palavras da linguagem, não só comum, mas popular, são hoje usadas não apenas no discurso político, mas, muitas vezes de maneira até mesmo caricatural, nos mais diversos campos

escreve S. Romano: "*Le dernier livre de Norberto Bobbio réhabilite les classifications traditionelles. Mais la réalité politique est plus nuancée.*" *Le Monde*, p.8, 9 de abril de 1994. [Em francês no original: "O último livro de Norberto Bobbio reabilita as classificações tradicionais. Mas a realidade é mais nuançada". (N. T.)]

8 Limito-me a recordar o livro, recentemente traduzido para o italiano, de M. Gauchet, *Storia di una dicotomia. La destra e la sinistra*, Milão: Anabasi, 1994 (ed. original: *La droite et la gauche*, Paris: Gallimard, 1990).

9 E. Sterpa, "Destra-sinistra hanno senso solo nei cartelli stradali", in *Il Giornale*, 6 de março de 1994.



do agir humano.[10] Irrompeu recentemente, a propósito da reedição de um conhecido livro sobre a questão judaica, uma douta disputa para estabelecer se a editora responsável seria de direita.[11] Li também que alguém trouxe à luz um novo problema, embora de modo ainda interrogativo: "Pasolini de direita, d'Annunzio de esquerda?".[12] Baixando um pouco o nível, a pergunta foi refeita com outros personagens: "Fiorello à direita, Jovanotti à esquerda?".[13] Depois reformulada do seguinte modo: "a TV de direita e a praça de esquerda?".[14] Tendo eu incautamente afirmado numa entrevista que a televisão *é naturaliter* de direita, foi-me respondido que o instrumento como tal não é nem de esquerda nem de direita, pois de esquerda ou de direita são os conteúdos, deixando deste modo claro que tais palavras ainda têm algum sentido. Descendo mais um outro degrau

10 Uma conhecida canção de Giorgio Gaber intitula-se "Destra/sinistra" e nela podem ser encontradas contraposições como estas: "Tomar banho de banheira é de direita/uma ducha, ao contrário, é de esquerda/um pacote de Marlboro é de direita/de contrabando é de esquerda" (G. Gaber e S. Luporini, *E pensare che c'era il pensiero*, Milão, p.48, 1994).

11 Trata-se da reimpressão de Léon Bloy, *Dagli Ebrei la salvezza*, pela editora Adelphi. Ver o artigo de R. Calasso, "Uno scandalo al sole", in *La Repubblica*, 2 de agosto de 1994, e o comentário de F. Erbani, "Sulle macerie della sinistra", com a legenda: "Mas a editora Adelphi é de direita. Não, não é, é apenas um pouco esnobe, dizem Bernardini e Cases". Ver também a resposta de Cesare Segre, que havia provocado o debate: "Per me Bloy è un miserabile", in *La Repubblica*, 6 de agosto de 1994.

12 P. Conti, "D'Annunzio di sinistra, Pasolini di destra?", in *Corriere della Sera*, 8 de junho de 1994.

13 E. Piervincenzi, "Serenata alla sinistra perduta", in *Il Venerdì di Repubblica*, p.50, 27 de maio de 1994, que começa assim: "Fiorello à direita, Jovanotti à esquerda? A praça do *karaokê* contra a praça do Peter Pan progressista?". [Como se pode perceber, Bobbio refere-se, nesta passagem, a personagens do mundo artístico e cultural italiano. (N. T.)]

14 G. Zincone, "Tivù di destra e piazza di sinistra", in *Sette*, n.21, suplemento do jornal *Corriere della Sera*, p.20, 26 de maio de 1994.

– não sei se já acontecera antes, mas com certeza aconteceu em 1994 –, até mesmo as férias acabaram por ser divididas em férias de direita e de esquerda.[15]

É evidente que também há um aspecto lúdico em semelhantes interrogações. *Mas pode-se mesmo acreditar que as palavras possam ser deslocadas de um contexto a outro sem que a elas seja atribuído um sentido*, ou, se desejarmos, uma auréola de sentidos, ainda que apenas entrevistos, mas suficientes para tornar aquelas perguntas compreensíveis?

Mesmo que deixemos de lado semelhantes abusos lingüísticos – expressão típica do invasivo jornalismo de costumes (ou de maus costumes), hoje predominante –, nossas duas incômodas palavras continuam a ser empregadas seriamente a propósito de políticos, de partidos, de movimentos, de alinhamentos, de jornais, de programas políticos, de disposições legislativas. É verdade ou não é verdade que a primeira pergunta que nos fazemos quando trocamos opiniões a respeito de um político é se ele é de direita ou de esquerda? Pergunta sem sentido? Admitamos até mesmo que entre as respostas possíveis esteja inclusive a de que o personagem não é nem de esquerda nem de direita. Mas como não perceber que a resposta "nem sim nem não" só é possível se "esquerda" e "direita" têm um sentido conhecido, mesmo que apenas vagamente, tanto pelo indivíduo que pergunta como pelo que responde? Como fazemos para dizer que tal objeto não é nem branco nem preto, se não temos a mínima idéia a respeito da diferença entre as duas cores? Como fazemos para dizer que tal medida governamental não é nem de esquerda nem de direita, se não temos a mínima idéia a respeito do significado dessas duas palavras, ou se consideramos que tinham um significado tempos atrás e hoje não o têm mais? Como fazemos para dizer que as duas palavras perderam o sentido porque um partido que era de direita agora pratica uma política de esquerda, se não continuamos a crer que as duas palavras ainda significam alguma coisa? Para negar a diferença entre dois métodos de jogar futebol, quem seria capaz de argumentar, com sensatez, que a equipe X que até hoje usava o método A agora usa o método B, usado pela equipe Y? Faço estas perguntas pelo simples fato de que a maior parte dos argumentos adotados pelos detratores da distinção são desta natureza. Tais argumentos, porém, apenas conseguem mostrar a confusão entre as idéias abstratas e os compromissos que as conformam nas aplicações práticas. E como esquecer que esta freqüentemente hilária contestação continuou a ser feita num momento histórico em que, na Itália, por um lado, se gritava com ar de triunfo: "Venceram as direitas", e, por outro, se sussurrava em voz baixa: "As esquerdas foram derrotadas"? Mas como ainda existem partidos de direita e de esquerda? Não existem mais? Se não existem, então como explicar que entre os vencedores está um partido que hoje se chama Aliança Nacional, mas que até há pouco tempo se chamava Direita Nacional (e que não só não esconde, como, ao contrário, se vangloria de ser um partido de direita), e que entre os derrotados o maior partido se chama precisamente Partido Democrático da

15 A. Usai, "O di qua o di là? Vacanze all'italiana tra sinistra e destra", in *La Repubblica*, 27 de junho de 1994. O livro tinha apenas acabado de sair, nos primeiros dias de março, e o semanário *Panorama* de 11 de março, p.10-1, já publicava um artigo de R. Rosati na seção "Tema do dia", intitulado ironicamente "Sei di destra o di sinistra?", que começava assim: "Está em curso um verdadeiro e grande duelo entre Direita e Esquerda." Em seguida vinha a opinião de Nicola Matteucci, que exprimia a posição oposta: "Sem querer ofender Bobbio, direita e esquerda não são valores, mas termos vazios. A verdadeira disputa é entre liberdade e igualdade." Desde que Matteucci já nos deu tantas provas de que considera a liberdade de direita e a igualdade de esquerda, sequer para ele direita e esquerda são termos vazios. A diferença entre mim e Matteucci está no fato de que, para mim, a liberdade pode ser tanto de direita quanto de esquerda, e a verdadeira disputa entre esquerda e direita repousa em atribuir maior estima à igualdade ou à diversidade. A mesma revista voltava ao assunto no número de 4 de novembro que, sob o título geral "Tema do dia", publicava um artigo ("Sei di sinistra, di destra o...?") apresentando a questão como "o debate mais quente do verão. Os italianos, à espera de novas etiquetas, continuam a se dividir".

Esquerda?[16] A famigerada díade não teria mais nenhum sentido justamente no momento em que a terminologia tradicional permanece designando dois partidos contrapostos?[17]

— Não se venha argumentar que a persistência de uma diversificação que já teria perdido sua razão de ser é um ulterior sinal do atraso italiano. Querem ver como termina o livro de Marcel Gauchet sobre a história desta distinção, mesmo que sua narração histórica esteja limitada à França? "Independentemente do que vier a ocorrer, direita e esquerda têm hoje uma vida autônoma com respeito à matriz em cujo interior foram originariamente desenvolvidas. Conquistaram o planeta. Tornaram-se categorias universais da

16 Nas eleições para a renovação das 630 cadeiras da Câmara dos Deputados, realizadas em 26-27 de março de 1994, defrontaram-se basicamente duas grandes frentes político-partidárias: o Pólo da Liberdade, agregando partidos e movimentos de direita, e uma aliança coordenada pelo Partido Democrático da Esquerda, ex-PCI. Abertas as urnas, a coalizão Pólo da Liberdade obteve 58,1% dos votos, assim distribuídos: Força Itália, de Silvio Berlusconi, 24,6%; Ligado Norte, de Umberto Bossi, 16,8%; e Aliança Nacional, de Gianfranco Fini, 16,7%. A coalizão de esquerda, representada essencialmente pelo Partido Democrático da Esquerda e por sua dissidência, a Refundação Comunista, ficou com 33,8%. E o centro, ocupado pelo Partido Popular, ex-Partido Democrata Cristão, e por alguns outros grupos menores, ficou com 7,3%. Em decorrência desses resultados, o empresário Silvio Berlusconi, magnata das comunicações, foi incumbido pelo presidente Oscar Luigi Scalfaro de formar o governo, dando origem assim ao primeiro gabinete de direita da Itália após o fim do fascismo. Seu gabinete durou até dezembro de 1994. (N. T.)

17 Uma crítica muito severa, à qual será preciso retornar, foi feita por Ida Magli, que contesta não só meu critério de distinção entre direita e esquerda, mas também, de modo mais geral, o uso e o abuso do pensamento dicotômico, considerando-o uma "forma de organização social 'primária', 'selvagem', como Lévi-Strauss demonstrou abundantemente", do que derivaria "a obtusa vontade de não compreender" manifestada por quem continua a dividir o mundo em direita e esquerda. (*La bandiera strappata. I Totem infranti della politica dalla Resistenza a Tangentopoli e oltre*, Parma: Guanda, 1994, p.87).



política. Fazem parte das noções de base que informam genericamente o funcionamento das sociedades contemporâneas".[18]

— Com relação às críticas dirigidas não à substância, mas ao método, não tenho dificuldade em admitir que o método de análise conceitual que me é familiar pode parecer árido demais para quem permaneceu fiel ao método histórico, para quem considera que o fluir da história – do rio em cujas águas jamais podemos nos banhar duas vezes – não possa ser contido ou represado por margens ou diques artificiais sem que perca a força e as características naturais. Em meu ecletismo – não tenho nenhuma hesitação em usar essa palavra, que significa "olhar um problema por todos os lados" e é um modo de pensar que tem um reflexo prático em meu moderantismo político, outra palavra que não me envergonho de pronunciar, desde que entendida não negativamente como oposta a radicalismo, mas positivamente como oposta a extremismo –,[19] nunca considerei os dois métodos incompatíveis. Sempre pensei, ao contrário, que eles se integram reciprocamente. Quem trabalha com o método analítico nunca pode esquecer que a realidade é bem mais rica do que as tipologias abstratas, que devem ser continuamente revistas para dar conta dos novos dados ou de novas interpretações dos dados já conhecidos. Mas o historiador também deve se dar conta de que, para compreender, descrever e ordenar a realidade de fato revelada pelos documentos, não pode abrir mão de conceitos abstratos, cujo significado, saiba ou não saiba, lhe é fornecido pelos fanáticos da análise. Excelente testemunha dessa recíproca colaboração é o recente debate entre historiadores, filósofos

18 M. Gauchet, op. cit., 1994, p.84.

19 Na resenha que fez de meu livro ("La sinistra secondo Bobbio. La sinistra secondo noi", in *Liberazione*, n.11, 19-25 de março de 1994), A. Leone De Castris vê precisamente em meu moderantismo as razões do dissenso: "mas o fato é que, para Bobbio, importa indicar em termos de moderantismo as desgastadas idéias do progresso gradual e sem saltos".

e estudiosos de política, dedicado a estabelecer se a guerra de libertação na Itália foi ou não uma guerra civil. O debate pareceu estéril e inconclusivo até o momento em que foram definidas as características essenciais segundo as quais a guerra civil se distingue da guerra internacional.[20] O único modo de refutar minha tentativa de redefinir a díade especificando o critério da distinção é o de mostrar a insuficiência deste critério e substituí-lo por outro. E para conseguir isso, não vejo que outro método possa ser empregado senão, mais uma vez, o método analítico.

Como já disse, ao segundo grupo de críticos pertencem os que consideram que a díade ainda tem sentido, mas não estão convencidos da adequação do critério que adotei para estabelecer a distinção. Admito que considerar a aspiração à igualdade como razão fundamental dos movimentos de esquerda não é uma idéia pessoal, minha. Eu a acolhi como expressão de uma *communis opinio*, de que tratei em dois capítulos e em algumas notas.

Limitei-me a buscar uma explicação simples das origens desta distinção. Meu objetivo é mostrar não só a validade dela, mas também sua recorrência, não obstante a modificação das situações históricas pelas quais, com base no inconstante juízo a respeito do que é relevante e do que é irrelevante, se modificam os critérios para estabelecer quais pessoas devem ser consideradas iguais e quais devem ser consideradas desiguais. Além do mais, são os que refutam o critério por mim adotado que se põem fora da tradição sem apresentar argumentos para justificar sua preferência ou para combater os argumentos dos adversários.

Há quem tenha sustentado que o traço característico da esquerda é a não-violência.[21] Mas a renúncia ao uso da

20 Cf. N. Bobbio, "Guerra civile?", in *Teoria Politica*, v.VIII, n.1-2, p.297-307, 1992, escrito por ocasião da publicação do livro de Claudio Pavone, *Una guerra civile. Saggio storico sulla moralità della Resistenza*, Turim: Bollati Boringhieri, 1991.

21 G. Vattimo, "Ermeneutica e democrazia", in *MicroMega*, n.3, p.48, 1994. A polêmica de Vattimo é dirigida contra o fundamentalismo,



violência para conquistar e exercer o poder é a característica do método democrático, cujas regras constitutivas prescrevem vários procedimentos para a tomada de decisões coletivas por meio do livre debate, que pode dar origem ou a uma decisão acordada ou a uma decisão tomada pela maioria. Prova disso é que, num sistema democrático, a alternância entre governos de direita e de esquerda é possível e legítima. Além do mais, definir a esquerda mediante a não-violência leva à necessidade de identificar a direita com o governo da violência, o que é específico, conforme a outra grande dicotomia que cruzo com a dicotomia direita-esquerda, da extrema-direita, não da direita genericamente entendida. Também não me parece convincente a figuração da esquerda como a posição que tende à criação de sociedades abertas contra as sociedades fechadas, que expelem os diversos.[22] As sociedades abertas vivem e se expandem no interior das estruturas institucionais dos regimes democráticos. Não preciso sublinhar a importância do livro sobre a "sociedade aberta" de um dos mais conhecidos teóricos da demo-

ou seja, contra a consideração da violência entendida "como afirmação peremptória de uma ultimidade que, tal como o fundamento último da metafísica (e também o Deus dos filósofos), não admite ulterior interrogação sobre o porquê, interrompe o diálogo, silencia".

22 Refiro-me à entrevista concedida a Iolanda Bufalini pelo filósofo espanhol Fernando Savater: "Farei così l'identikit del progressista", in *L'Unità*, p.2, 23 de junho de 1994. Do mesmo autor, ver "La libertà politica come valore universale", in *MicroMega*, n.3, p.67-72, 1994, em que rejeita a igualdade como mutiladora e admite a necessidade de "mecanismos destinados a mitigar os excessos". Savater considera que o valor fundamental das comunidades políticas atuais é a liberdade, entendida como autonomia, mas põe a *libertas a miseria* ao lado da *libertas a coactione*. Por esquerda entende: a) insistência sobre o máximo de transparência e participação; b) universalização da instituição política da liberdade tanto formal quanto substancial (por liberdade substancial entende a *libertas a miseria*). Chama nossa atenção para a consideração de que "o nosso mais autêntico grupo de pertencimento é o grupo humano" (p.71). O pertencimento ao comum grupo humano é o que eu considero o fundamento do valor ideal da igualdade.

cracia, Karl Popper. É verdade, porém, que um governo de direita, embora respeitando as regras da democracia, consente ou promove uma política menos igualitária, como Fernando Savater admitiu ao se referir ao novo prefeito de Madri, do Partido Popular, que diante dos problemas de um grupo de imigrantes comentou: "Podiam muito bem estar na casa deles".

Gostaria de citar ainda um clássico contemporâneo do liberalismo, Isaiah Berlin, que considera de esquerda o liberalismo que se opõe ao excessivo poder da autoridade fundada sobre a força da tradição, na qual identifica a principal característica das direitas.[23] Ao mesmo tempo, Berlin também sustenta que o regime autoritário da União Soviética tornou imprestável o uso da distinção entre direita e esquerda, ao usurpar a palavra esquerda. Observo que semelhante afirmação mostra que "esquerda" tem, para quem a enuncia, um significado axiológico positivo, embora possa ter, como todas as palavras da linguagem política, que não é uma linguagem rigorosa, ambos os significados emotivos, positivo e negativo, conforme quem delas se apropria e o contexto em que tal apropriação ocorre. Isso explica também por que o próprio Berlin chama de esquerda a doutrina liberal que mais lhe agrada, e para cuja reformulação dedicou suas obras mais conhecidas e justamente mais celebradas. Na realidade, o liberalismo de que ele fala – incluindo no mesmo juízo favorável tanto o "New Deal" de Roosevelt, quanto os trabalhistas de Attlee – é o liberalismo social, que se diferencia do liberalismo clássico próprio dos partidos liberal-liberistas por uma componente igualitária, suficiente, por si só, para incluí-lo sem contradições entre as doutrinas de esquerda.[24]

23 Refiro-me ao diálogo entre Isaiah Berlin e Steven Lukes, *Tra filosofia e storia delle idee. La società pluralistica e i suoi nemici*, Florença: Ponte alle Grazie, 1994, em particular ao parágrafo "A esquerda, hoje" (p.88-96).

24 Neste grupo deve-se também incluir D. Cofrancesco que, comentando meu livro, insistiu numa nova proposta de distinção, por mim



Não o liberalismo, mas a liberdade, como valor fundamental – a liberdade e não a igualdade –, seria a característica da esquerda conforme Vittorio Foa, meu velho amigo Vittorio, com quem sempre tive algo para aprender. No diálogo com o filho Renzo, há pouco publicado pela Editora Donzelli, com o título *Del disordine e della libertà*, rememorando a experiência da guerra antifascista, da qual foi um dos protagonistas, Vittorio Foa escreve que "a liberdade constitui o mais forte elemento de animação da esquerda deste século" e, ao mesmo tempo, considera "não generosa" a afirmação de que "a direita é desigualdade".[25] Estamos atentos para não brincar com as palavras, especialmente quando nos encontramos diante de palavras escorregadias como "liberdade" e "igualdade". Todavia, creio poder dizer que o que faz de um movimento de libertação um movimento de esquerda é o fim ou o resultado a que se propõe: a derrubada de um regime despótico fundado na desigualdade entre quem está em cima e quem está embaixo na escala social, percebido como uma ordem injusta, e injusta precisamente porque inigualitária, porque hierarquicamente constituída; e a luta contra uma sociedade na qual existem classes privilegiadas e, portanto, em defesa e pela

já ilustrada na primeira edição (capítulo V, parte 1). Argumenta que o melhor critério para distinguir a direita da esquerda é a posição diante do poder: a direita sublinha sua imprescindibilidade, a esquerda denuncia suas potencialidades repressivas e desumanizadoras. Não me reconheço neste novo critério proposto por Cofrancesco, pois a esquerda, assim entendida, parece se identificar com a anarquia, que tradicionalmente é identificada com os movimentos de esquerda. As palavras têm um significado histórico próprio, que, numa definição, não pode ser completamente descurado.

25 O filho Renzo, que algumas vezes atua como interlocutor do pai neste tema, parece retornar às características tradicionais da esquerda, em contraste com a tese paterna, falando de "justiça e solidariedade", sustentando que a função da esquerda se exauriu na medida em que se afirmaram algumas de suas idéias fundamentais, como a igualdade social e a combinação dos direitos individuais com os direitos sociais, vale dizer, a sua função igualitária.

instauração de uma sociedade de iguais juridicamente, politicamente, socialmente, contra as mais comuns formas de discriminação, como são as que estão elencadas no Artigo 3 da Constituição Italiana, corretamente considerado a maior contribuição dada pelos partidos de esquerda à formação da Carta Constitucional da Itália.[26] Nem todas as lutas de libertação são por si mesmas lutas de esquerda, ou apenas de esquerda, a começar pela própria Resistência antifascista, da qual participaram pessoas e movimentos que não eram de esquerda (basta pensar em De Gaulle na França). De resto, o próprio Foa dá à Resistência, quase sem perceber, tanto o fato lhe é natural, a típica interpretação de esquerda, quando afirma que "a nós jovens antifascistas parecia absolutamente claro que só se pode ser livre se se eliminam os fatores fundamentais, sociais, culturais e morais da desigualdade". É a interpretação segundo a qual a Resistência foi uma luta não só pela liberdade, mas também pela igualdade. Vittorio Foa não pensa então que esta sua interpretação deva ser incluída entre as interpretações de esquerda, que ela foi a dos comunistas e em parte também a do Partido da Ação, precisamente porque concebe aquele movimento popular não só como libertário, mas também como igualitário? Quanto à relação entre direita e desigualdade, disse e repeti várias vezes que a direita é inigualitária não por más intenções – e portanto, para mim, a afirmação de que o inigualitarismo é a característica principal dos movimentos de direita não se mostra como um juízo moral –, mas porque considera que as desigualdades entre os homens são não apenas inelimináveis (ou são elimináveis apenas com o sufocamento da liberdade) como são também úteis, na medida em que promovem a incessante luta pelo melhoramento da sociedade. O que há de "não generoso" em semelhante juízo?

26 Ver a íntegra deste Artigo na nota acrescentada na abertura do capítulo 8 ("A estrela polar") do presente livro. Bobbio também comenta esta passagem da Constituição Italiana no capítulo 6 ("Igualdade e desigualdade"), especialmente p.108, nota 11. (N. T.)



Retorno agora à distinção, que está na base de todo meu raciocínio, entre significado descritivo e significado emotivo das palavras. Faço isso porque se trata de uma distinção fundamental, sobre a qual nenhum crítico depositou a devida atenção. Quem se considera de esquerda, do mesmo modo que quem se considera de direita, admite que as respectivas expressões estão referidas a valores positivos. Esta é a razão pela qual um e outro não deixam de incluir a liberdade entre estes valores. Como procurei mostrar, desenvolvendo melhor o argumento nesta nova edição, o contraste entre libertários e autoritários corresponde a uma outra distinção, que não se superpõe à distinção entre direita e esquerda, mas com ela se cruza. Do ponto de vista analítico em que me coloquei, o objetivo foi o de fazer emergir da prática política habitualmente seguida e das opiniões correntes, tanto as doutas quanto as populares, o significado descritivo dos termos, independentemente do seu significado emotivo. Embora eu me considere emotivamente de esquerda, como afirmei no último capítulo (que, contrariamente às minhas intenções, acabou por fazer que meu livro fosse entendido como um manifesto eleitoral), a análise que busquei realizar prescinde completamente de juízos de valor. De fato, logo num dos primeiros artigos que comentaram o livro foi escrito que "já há tempo Bobbio se empenha em restituir plena cidadania política e moral aos termos 'esquerda' e sobretudo 'direita'".[27] Por isto, o argumento

27 R. Rosati, op. cit., p.24. Na primeira entrevista que concedi por ocasião da publicação do livro, mencionei a Nello Ajello o significado emotivo inconstante daqueles termos, conforme o momento e as pessoas que se considerem, afirmando: "Ocorre que a direita não está mais em condições de se envergonhar. Após a Libertação [do fascismo], dizer-se de direita era um ato de coragem ou mesmo de desfaçatez. Hoje, podemos quase dizer que é um ato de coragem confessar-se de esquerda. A esquerda é contestada e se autocontesta. A uma onda de esquerda seguiu-se uma onda de direita. Até há uma dezena de anos, considerava-se a esquerda como positiva e a direita como negativa: hoje vale o contrário. Modificou-se o significado valorativo dos termos. Porém, para além destas cambiantes avalia-

mais freqüentemente adotado pelos críticos – o de que o sistema soviético teria destruído a esquerda e em conseqüência demonstraria a inutilidade da distinção – é irrelevante do ponto de vista analítico. O ideal da igualdade pode encontrar diversas soluções no plano prático. Que algumas delas tenham se revelado boas e outras não, que algumas agradem e outras não, é um problema de grande importância prática, mas inteiramente distinto.[28]

Além daqueles que criticam a distinção e daqueles que não aceitam o critério, há os titubeantes, que aceitam a distinção, não refutam o critério por mim estabelecido, mas consideram-no hoje insuficiente. Refiro-me em particular àqueles que reconhecem que "a crise das ideologias, a variabilidade dos critérios de julgamento moral, a natureza técnica e sempre mais complexa dos problemas políticos, o pluralismo e a segmentação das filiações sociais fazem de cada cidadão um sujeito político 'transversal' com respeito ao esquema axial direita–esquerda", mas consideram que, além do tema tradicional da igualdade, seria necessário, para redefinir a díade, incluir outros critérios como "os da autonomia e da identidade das pessoas, do pluralismo das culturas e dos pertencimentos, da radical contextualidade dos valores morais, da dispersão da 'esfera pública' provocada pelos meios de comunicação nas sociedades informáticas".[29]

ções, eles continuam a descrever uma dupla de realidades relativamente estáveis." ("Gli estremi nemici", in *La Repubblica*, 6 de março de 1994).

28 Assim como não é um argumento contra a identificação da esquerda com a aspiração à igualdade a constatação de que hoje a esquerda persegue este ideal com palavras mas não com fatos, como sustenta A. Jacono, "Eguaglianza e differenza, il problema è qui", in *Il Manifesto*, 22 de maio de 1994, sobretudo deixando entender que, ao assim proceder, a esquerda trabalha menos por seu objetivo. Será necessário reafirmar mais uma vez que não há nenhum contraste entre o ideal da igualdade e o reconhecimento da diversidade? A diferença entre direita e esquerda está no diverso critério com base no qual se julga quem são os iguais e quem são os diversos.

29 D. Zolo, "La sinistra di Bobbio", in *L'Unità*, 19 de março de 1994.



É incontestável que, hoje, uma das razões da desorientação da esquerda vem do fato de que no mundo contemporâneo emergiram problemas que os movimentos tradicionais da esquerda jamais se tinham posto, ao mesmo tempo em que perderam validade alguns dos pressupostos sobre os quais haviam se apoiado não só o próprio projeto de transformação da sociedade mas também a sua força. Eu mesmo já insisti várias vezes sobre isso.[30] Nenhuma pessoa de esquerda (*sinistrorso*) pode deixar de admitir que a esquerda de hoje não é mais a de ontem. Mas, enquanto existirem homens

Zolo retornou mais amplamente ao assunto ao participar da apresentação da primeira edição deste livro, em Florença, promovida por F. Focardi, presidente do Círculo "*In Formazione*". Sua intervenção está em fase de publicação na revista *Eidos*. Após ter relevado qualidades e defeitos, põe em evidência a cada vez maior dificuldade de distinguir a direita da esquerda na sociedade contemporânea e conclui que a esquerda deveria se identificar cada vez mais com a defesa dos direitos de cidadania, em favor sobretudo dos direitos não aquisitivos e dos direitos de autonomia. Quanto aos direitos sociais, conquista histórica da esquerda, sustenta que uma esquerda digna deste nome tem hoje a obrigação de resistir à tentativa liberal de desmantelar os aparatos do Estado social. Ver também A. Bolaffi, "L'uguaglianza ci divide" (cujo subtítulo é "Verdades incômodas e algumas dúvidas"), in *Il Messaggero*, 1° de março de 1994. Após apresentar meu então recém-publicado livro como a abertura da campanha eleitoral e recordar a opinião de Forattini, segundo a qual "direita e esquerda são categorias confortáveis e instrumentos ideológicos imprestáveis", Bolaffi parece no entanto bem convencido da minha tese, lamentando que a minha reflexão "pare justamente onde deve iniciar". De acordo, mas de onde recomeçar? Ao que tudo indica, do reconhecimento da diversidade, que Bolaffi considera incompatível com o direito à igualdade. O princípio máximo da justiça, "*Suum cuique tribuere*", está fundado precisamente sobre a exigência de se reconhecer a diversidade. A regra áurea da justiça, segundo a qual os iguais devem ser tratados de modo igual, implica que os desiguais devem ser tratados de modo desigual. O critério de distinção entre direita e esquerda está no diverso critério pelo qual os iguais se distinguem dos desiguais.

30 A última vez, no volume *Sinistra punto zero*, op. cit. (cf. no presente volume a nota 2 do Prefácio à primeira edição, p.27 ).

cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação e de sofrimento perante as iniqüidades das sociedades contemporâneas – hoje talvez menos ofensivas do que em épocas passadas, mas bem mais visíveis –, eles carregarão consigo os ideais que há mais de um século têm distinguido todas as esquerdas da história.

Em conclusão, não ousaria dizer que o debate sobre a contestadíssima contraposição, ocorrido por ocasião do aparecimento de meu livro, tenha dado muitos passos avante. Não excluo minha responsabilidade por não ter conseguido acrescentar, à resenha dos textos precedentes e ao comentário das teorias alternativas, uma *pars construens* suficientemente documentada e elaborada.[31] Por ter levado a sério as críticas dos comentadores e as dúvidas dos leitores, ampliei nesta nova edição o capítulo em que exponho a tese central, atualizando-o com base em livros que não conhecia ou que foram posteriormente publicados; além do mais, dividi este capítulo em dois, de modo a ficar em melhores condições de esclarecer e ao mesmo tempo justificar o posto que atribuo aos supremos valores da igualdade e da liberdade na interpretação da "grande divisão": grande na história da luta política na Europa do último século e, em minha obstinada e convicta opinião, mais viva do que nunca. Não saberia dizer se fui bem-sucedido. Mas não poderia deixar de responder aos meus críticos. O único modo de considerá-los seriamente era o de corrigir erros materiais, tornar mais claras certas expressões obscuras ou ambíguas e enriquecer a documentação das notas, sem renunciar às minhas teses de fundo e procurando, quando fosse o caso, torná-las, senão menos discutíveis, merecedoras de ainda continuarem a ser discutidas.[32]

31 Como destacou G. Pasquino numa resenha de meu livro, in *Reset*, n.5, p.76-7, abril de 1994.

32 Menciono algumas outras resenhas de que tive notícia: A. Massarenti, "Bobbio e lo spazio della sinistra", in *Il Sole-24 ore*, 6 de março de 1994; G. Paolini, "Insieme a Norberto Bobbio a destra e a sinistra", in *Il Gazzettino*, 21 de março de 1994; R. Virgilio, "Quale eguaglianza?", in *Anemos*, n.III, p.3, março-abril de 1994; M. Ostinelli, "Eguaglianza, destra e sinistra", in *Corriere del Ticino*, 23 de abril de 1994; B. Vasari, "Ciò che ci distingue. Destra e sinistra: una contrapposizione che conserva intatta la sua validità", in *Lettera ai compagni. Rivista della FIAP*, abril de 1994; G. Borelli, "Bobbio tra destra e sinistra", in *L'Arena*, 13 de junho de 1994; B. Lai, "Destra e sinistra", in *L'Unione Sarda*, 18 de maio de 1994.



Escrevi estas páginas no momento em que adquiria particular rancor um debate sobre os intelectuais, que transcorria há meses, confuso e irreverente como sempre acontece quando os intelectuais brigam entre si: os contendores desejavam saber se houvera uma hegemonia dos intelectuais de esquerda (naturalmente perversa) e se havia de novo, por quais razões e com que força de penetração uma cultura de direita que até então estivera marginalizada. Nunca como neste atual período de transição a cultura de direita suscitou tanta curiosidade e tanto interesse, mesmo por parte de quem não é de direita. Ao que parece, todos os que entraram neste debate, e são muitos, estão certos de que "direita" e "esquerda" não são "caixas vazias". E então? Seriam todos discursos insensatos? De qualquer modo, não é certamente insensato o discurso, com o qual tenho o prazer de encerrar este novo convite à discussão, de quem encontra no iluminismo pessimista (expressão que eu próprio havia empregado muitos anos atrás)[33] a postura que, sendo capaz de acolher as vozes da literatura pessimista, não se deixa por elas ensurdecer. "Talvez seja a esquerda democrática que possa e deva escutar as vozes que ensinam que o homem é malvado, mas precisa ser ao mesmo tempo auxiliado de todos os modos, incluindo os mais prosaicos, como a assistência à saúde e a aposentadoria."[34]

Turim, outubro de 1994.

*Norberto Bobbio*

33 N. Bobbio, *Politica e cultura*, Turim: Einaudi, 1955, p.202.

34 C. Magris, "Cultura: la destra e la sinistra. Il pessimismo contro l'illuminismo", in *Corriere della Sera*, 26 de junho de 1994.

## PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO ITALIANA

Nunca se escreveu tanto como hoje contra a tradicional distinção entre direita e esquerda, considerada uma distinção que já teria tido o seu tempo e estaria despojada de qualquer sentido, se é que teve algum no passado.[1] Nunca como hoje, nos dias em que escrevo estas linhas, às vésperas das próximas eleições para a renovação do Parlamento italiano, a cena política da Itália esteve tão dominada por dois alinhamentos que se proclamam, respectivamente, de direi-

1 O melhor estudo que conheço sobre o assunto, escrito em 1990, mas ainda não publicado – *Destra e sinistra. L'identità introvabile*, de Marco Revelli –, começa assim: "Estranho destino tiveram, neste último lapso de século, os conceitos, antitéticos e complementares, de direita e esquerda. Dois conceitos que, nos limites de pouco mais de um decênio, deixaram de ser o critério constitutivo e fundante do discurso político, e não só do ineliminável antagonismo por ele pressuposto – critério não apenas *descritivo* da realidade, mas também *prescritivo* do agir –, e se tornaram sucata ideológica para ser exibida no grande museu de cera ao lado das velhas ilusões de palingenesia e das roupas abandonadas do militante político" (p. 1). Recentemente, houve mesmo quem se perguntasse se não estaríamos nos aproximando de uma sociedade de ambidestros: "uma sociedade na qual, eliminadas a direita e a esquerda em política, sairiam também de cena o sacro e o profano, o alto e o baixo, e todos os outros habituais companheiros" (M. Bettini, "Le anime perse vanno a sinistra", in *La Repubblica*, 31 de julho de 1993).

ta e de esquerda e que, sob essas duas bandeiras, se preparam para lutar furiosamente um contra o outro pelo governo do país.

Donde ser possível perguntar: direita e esquerda ainda existem? E se existem ainda, e estão em campo, como se pode dizer que perderam completamente o significado? E se ainda têm um significado, qual é ele?[2]

---

[2] A tomada de consciência da necessidade de começar a discutir a razão e o significado da esquerda, inclusive por pessoas alinhadas à esquerda, pode ser datada do seminário sobre o conceito de esquerda ocorrido em Roma em outubro de 1981, cujas principais contribuições foram recolhidas no volume *Il concetto di sinistra*, Milão: Bompiani, 1982. No primeiro ensaio, "Sinisteritas", Massimo Cacciari pergunta-se não só como redefinir a esquerda, mas também se "ainda faz sentido desejar fazê-lo". Seguem as respostas de Elvio Fachinelli, Federico Stame, Paolo Flores d'Arcais, Gianni Vattimo, Fernando Vianello, Giulio Giorello e Marco Mondadori, Michele Salvati, Salvatore Veca, Giacomo Marramao. Todo o livro está atravessado por uma postura que critica a esquerda por ter-se identificado com o marxismo mas que se redime por reivindicar a redescoberta de suas próprias boas razões para além da crise do marxismo. No ensaio de Flores d'Arcais – que não por acaso é um dos fundadores da revista *MicroMega*, cujo subtítulo é "As razões da esquerda" –, afirma-se que uma "coleção de valores" e não só de "emoções" acompanha historicamente o conceito de esquerda e que o inventário desses valores é simples: "liberdade, igualdade, fraternidade". Conclusão: "Não se comete nenhum arbítrio ao interpretar o conceito de esquerda como estenograma de liberdade, igualdade, fraternidade" ("Servitù ideologiche o liberi valori", p.45-75; a passagem citada está na p.59). Desde então, foram inúmeros os debates sobre a esquerda e o seu futuro. Limito-me a recordar o volume *Sinistra punto zero*, organizado por G. Bosetti, Roma: Donzelli, 1993, no qual também há um artigo meu, "La sinistra e i suoi dubbi", p.83-97, e o seminário internacional, organizado pela Fundação Carlo Rosselli, "What is left?", ocorrido em Turim em 3-4 de dezembro de 1992, para cuja apresentação escrevi no jornal *La Stampa* de 3 de dezembro um artigo intitulado "Sinistra e destra" (sob a rubrica "Una distinzione che non è finita"), que provocou algumas sérias objeções da parte de Geno Pampaloni ("Destra e sinistra, storico pasticcio", em *La Nazione*, 13 de dezembro de 1992).



Há anos recolho anotações sobre este tema, que alimentou um debate interminável e do qual nasceram teses as mais disparatadas e contraditórias. Reconheço, no entanto, que tais anotações são poucas gotas em um imenso oceano. Muitas das páginas que agora vêm à luz foram escritas há muito tempo e nunca chegaram a ser publicadas, ainda que as teses nelas defendidas tenham sido apresentadas em seminários e debates públicos.[3] A atual confusão de linguagens no discurso político está agravada pelo fato de que parece não ser mais possível desconsiderar duas palavras-chave nesse discurso – precisamente "direita" e "esquerda, com freqüência e com diversos argumentos renegadas. Duas palavras que são ainda hoje tão carregadas de significado emotivo que acirram os ânimos, a ponto mesmo de serem usadas pelas duas partes ou para magnificar seu respectivo campo ou para insultar o campo adversário. Justamente por isso, pareceu-me chegado o momento favorável para retomar aqueles antigos papéis, ordená-los, acrescentar-lhes uma conclusão, algumas notas, e colocá-los ao alcance do público.

No decorrer do trabalho, procurei não me deixar influenciar demais pelas opiniões inconstantes, freqüentemente improvisadas em um ou outro artigo de jornal ou de revista, com base nas quais se corre o risco de não se compreender nem a sobrevivência da distinção, apesar de todas as refutações, nem os ódios e os amores que continuam

---

[3] Refiro-me em particular ao seminário "Ética e Política" que, a partir de 1979, passou a ter lugar no Centro de Estudos Piero Gobetti, de Turim, sob a coordenação de Pietro Polito e Marco Revelli e com a colaboração de um grupo de jovens e estudiosos. Algumas sessões do seminário foram dedicadas à esquerda: "L'identità della sinistra", 1983; "La sinistra e il pensiero conservatore" (1985-1987); "La sinistra alle soglie del 2000" (1993-1994). Nesse último ciclo, foram apresentadas contribuições de M. Revelli, "Sinistra/sinistre"; F. Martini, "Sinistra e mercato"; M. Bovero, "Sinistra e valori"; e eu próprio apresentei uma comunicação sobre "La sinistra e i suoi dubbi" (agora em *Sinistra punto zero*, op. cit.).

a mantê-la viva.[4] Examinei sucessivamente os argumentos pró e contra (para usar uma expressão corrente: as "retóricas") de que se serviram os contendores, as razões que a cada vez foram usadas para defender a morte ou a sobrevivência da contraposição, os critérios adotados pelos que a defenderam, tomando em particular consideração alguns autores que dedicaram à formulação do critério previamente escolhido uma análise pessoal e documentada.

Nos últimos dois capítulos pude expor, à guisa de conclusão das leituras e das observações que pouco a pouco fui fazendo, aquele que, em meu juízo, é o núcleo irredutível, ineliminável, e como tal sempre ressurgente, ao mesmo tempo ideológico, histórico e existencial da dicotomia. Olhando as coisas com uma certa distância, nunca me pus o problema de também estabelecer uma valoração [*valutazione*]. Não me pergunto quem tem razão e quem não tem, pois não creio que seja de alguma utilidade confundir o juízo histórico com minhas opiniões pessoais, embora não faça nenhum mistério, no final das contas, de qual das partes me sinto mais próximo.

Turim, fevereiro de 1994.

*Norberto Bobbio*

4 Um belo exemplo da disparidade de opiniões (mas seria melhor dizer, dos humores) que se manifestam quando pessoas são interrogadas diretamente, quase que por divertimento, sobre essa sempre presente e incômoda distinção, da qual todos desejariam se libertar, é a página de *Asterischi Laterza* (outubro-dezembro de 1993), que reproduz 12 respostas que conhecidos intelectuais deram à pergunta: "Existem ainda uma direita e uma esquerda, existem ainda ideologias e políticas que distinguem esses dois alinhamentos no Ocidente, e portanto entre nós, na Itália?" A maioria considerou que a distinção ainda teria valor, mas os critérios para justificá-la foram os mais variados.

# 1

# A Distinção Contestada

1 "Direita" e "esquerda" são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, como veremos melhor a seguir, uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda.

Como já afirmei várias vezes a propósito daquilo que chamei de as "grandes dicotomias" em que qualquer campo do saber está dividido, também da dupla de termos antitéticos direita e esquerda pode-se fazer um uso descritivo, um uso axiológico, um uso histórico: descritivo, para dar uma representação sintética de duas partes em conflito; axiológico, para exprimir um juízo de valor positivo ou negativo sobre uma ou outra das partes; histórico, para assinalar a passagem de uma fase a outra da vida política de uma nação. O uso histórico, por sua vez, pode ser descritivo ou avaliativo [*valutativo*].

A contraposição entre direita e esquerda representa um típico modo de pensar por díades, a respeito do qual já foram apresentadas as mais diversas explicações – psicológicas, sociológicas, históricas e mesmo biológicas. Conhecem-se exemplos de díades em todos os campos do saber. Não há disciplina que não seja dominada por um tipo qualquer de díade onicompreensiva: em sociologia, sociedade–comunidade; em economia, mercado–plano; em direito, privado–público; em estética, clássico–romântico; em filosofia, transcendência–imanência. Na esfera política, direita–esquerda não é a única, mas pode ser encontrada onde quer que se queira.

Existem díades em que os dois termos são antitéticos, outras em que são complementares. As primeiras nascem da interpretação de um universo concebido como composto de entes divergentes, que se opõem uns aos outros; as segundas, da interpretação de um universo harmonioso, concebido como composto de entes convergentes, que tendem a se encontrar e a formarem juntos uma unidade superior. A dupla direita–esquerda pertence ao primeiro tipo. Já que muitas vezes o modo de pensar por tríades é gerado pelo modo de pensar por díades, sendo dele, por assim dizer, um desenvolvimento, bem diverso é o processo caso se parta de uma díade de termos antitéticos ou de uma díade de termos complementares. No primeiro caso, a passagem ocorre por síntese dialética, ou por negação da negação; no segundo, por composição.

As reflexões seguintes nascem da constatação de que, nestes últimos anos, tem sido repetidamente afirmado, ao ponto mesmo de se converter em lugar-comum, que a distinção entre direita e esquerda – que por cerca de dois séculos, a partir da Revolução Francesa, serviu para dividir o universo político em duas partes opostas – não tem mais nenhuma razão para ser utilizada. É usual a referência a Sartre, que parece ter sido um dos primeiros a dizer que direita e esquerda são duas caixas vazias. Que, por isso, não teriam mais nenhum valor heurístico ou classificatório, e



menos ainda avaliativo [*valutativo*]. Delas se fala freqüentemente com um certo enfado, como de uma das tantas armadilhas lingüísticas em que se deixa aprisionar o debate político.

2 São várias as razões desta opinião que se difunde cada vez mais, e da qual seria possível apresentar infinitos testemunhos quotidianos. Vejamos algumas delas.

Na base e na origem das primeiras dúvidas sobre o desaparecimento da distinção, ou ao menos sobre a sua menor força representativa, estaria a chamada crise das ideologias. Pode-se tranqüilamente objetar, como já foi feito, que na realidade as ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas. A árvore das ideologias está sempre verde. Além do mais, como já foi diversas vezes demonstrado, não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise. E depois, "esquerda" e "direita" não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. "Esquerda" e "direita" indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações [*valutazioni*] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer. Pode-se naturalmente replicar que os contrastes existem, mas não são mais os do tempo em que nasceu a distinção; modificaram-se tanto que tornaram anacrônicos e inadequados os velhos nomes. Mas isto é o que veremos a seguir.

Recentemente, chegou-se mesmo a afirmar que, como o conceito de esquerda reduziu drasticamente sua própria capacidade conotativa a ponto mesmo de que se dizer de esquerda é hoje uma das expressões menos verificáveis do vocabulário político, a velha dupla poderia ser substituída

por outra: progressistas–conservadores.[1] Mas houve também quem, de modo ainda mais radical, rejeitou toda e qualquer persistente visão dicotômica, defendendo que mesmo esta última dicotomia é uma das tantas "sandices" [*"baggianate"*] ditas em "politiquês", das quais devemos nos libertar para formarmos, de agora em diante, novas agregações com base não em posições, mas em problemas.[2]

1 Cf. F. Adornato, "Si fa presto a dire sinistra", in *La Repubblica*, 7 de julho de 1993, e "La rivoluzione italiana", idem, 21 de abril de 1993 ("A nova revolução italiana está reescrevendo as categorias direita–esquerda"). Uma definição diferente da díade direita–esquerda foi recentemente defendida por Sergio Benvenuto em "Tramonto della sinistra?", in *Studi Critici*, v.II, n.1-2, p.111-25, outubro de 1992, em que se propõe a substituição da díade direita–esquerda, hoje destituída de valor após a crise do comunismo que se arrastou por detrás da própria crise da social-democracia, pela díade que remete à contraposição entre Hermes, deus do comércio, e Héstia, deusa do lar. Parece-me que por detrás destas duas figuras míticas oculta-se a oposição, bem conhecida dos sociólogos, entre sociedade e comunidade. O ensaio é muito bem documentado e articulado. Mas a velha e a nova díade não se excluem reciprocamente. Basta considerar que existem muitas esquerdas e muitas direitas, e nada impede que entre elas existam esquerdas e direitas societárias e comunitárias. Do mesmo Benvenuto, ver "Hestia-Hermes: la filosofia tra Focolare e Angelo", in *Aut-Aut*, n.258, p.29-49, novembro-dezembro de 1993.

2 Cf. A. Panebianco, "La disfida dei due poli. Destra e sinistra, vecchie etichette", in *Corriere della Sera*, 20 de janeiro de 1993. Polemizando diretamente com a Aliança Democrática, o autor demonstra ser intolerante com todas "aquelas sandices ditas em 'politiquês' para saber quem é mais ou menos progressista ou mais ou menos moderado", lamenta todo o falatório "deliciosamente ideológico" sobre "pessoas de esquerda que alguns desejariam reformistas e outros não", sobre "direitistas que não se encontram em lugar nenhum" etc. A alternativa a estas estéreis discussões ideológicas seria, segundo o autor, um debate sobre os problemas. "Talvez (mas não é seguro) aquelas esgotadas etiquetas ainda voltem a ter sentido no futuro, mas, de qualquer modo, não será com proclamações sobre posicionamentos ou autoposicionamentos à esquerda ou à direita etc. que se poderá construir um novo sistema político." É um fato, porém, que seja sobre a escolha dos problemas a se discutir, seja sobre o modo de resolvê-los, os contrastes de opinião são inevitáveis, assim como é igualmente inevitável que se distingam as diversas opiniões com base em critérios de valor, que reproduzem contrastes de fundo. Acreditar que quando se discutem problemas concretos seja possível se colocar de acordo sobre uma única solução é fruto da costumeira ilusão tecnocrática.



3 Em segundo lugar, afirma-se que em um universo político cada vez mais complexo como o das grandes sociedades, e, em particular, das grandes sociedades democráticas, torna-se sempre mais inadequada a separação muito nítida entre duas únicas partes contrapostas, sempre mais insuficiente a visão dicotômica da política. Sociedades democráticas são sociedades que toleram, ou melhor, que pressupõem a existência de diversos grupos de opinião e de interesse em concorrência entre si; tais grupos às vezes se contrapõem, às vezes se superpõem, em certos casos se integram para depois se separarem; ora se aproximam, ora se dão as costas, como num movimento de dança. Objeta-se, em suma, que em um pluriverso como o das grandes sociedades democráticas, nas quais as partes em jogo são muitas e têm entre si convergências e divergências que tornam possíveis as mais variadas combinações de umas com as outras, não se pode mais colocar os problemas sob a forma de antítese, de "ou–ou", ou direita ou esquerda, quem não é de direita é de esquerda ou vice-versa.

A objeção vai ao ponto certo, mas não é decisiva. A distinção entre direita e esquerda não exclui de modo algum, sequer na linguagem comum, a configuração de uma linha contínua sobre a qual entre a esquerda inicial e a direita final, ou, o que é o mesmo, entre a direita inicial e a esquerda final, se colocam posições intermediárias que ocupam o espaço central entre os dois extremos, normalmente designado, e bastante conhecido, com o nome de "centro". Se se quiser flertar com a linguagem da lógica, pode-se dizer que, enquanto a visão diádica da política, segundo a qual o espaço político é concebido como dividido em duas únicas partes, uma das quais exclui a outra e nada entre elas se interpõe, pode ser denominada de Terceiro Excluído, a visão

triádica, que inclui entre direita e esquerda um espaço intermediário, que não é nem de direita nem de esquerda, mas está entre uma e outra, pode ser denominada de Terceiro Incluído. No primeiro caso, os dois termos, que mantêm entre si uma relação de "ou–ou", dizem-se contraditórios; no segundo caso, em que existe um espaço intermediário simbolizado pela fórmula "nem–nem", dizem-se contrários. Nada de estranho: entre o branco e o preto pode existir o cinza; entre o dia e a noite há o crepúsculo. Mas o cinza não elimina a diferença entre o branco e o preto, nem o crespúsculo elimina a diferença entre a noite e o dia.

4 O fato de que, em muitos sistemas democráticos com acentuado pluralismo, o Terceiro Incluído tenda a se tornar tão exorbitante que passa a ocupar a parte mais ampla do sistema político, relegando a direita e a esquerda às margens, não elimina nada da antítese originária; o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela a sua própria razão de existir. Conforme as estações e as latitudes, o crespúsculo pode ser mais ou menos longo, mas a maior ou menor duração em nada altera o fato de que sua definição depende das definições do dia e da noite.[3]

A individuação deste espaço intermediário torna possível uma compreensão mais articulada do sistema, já que permite distinguir um centro mais vizinho da esquerda, ou centro-esquerda, e um centro mais vizinho da direita, ou centro-direita, e do mesmo modo, no âmbito da esquerda, uma esquerda moderada que tende ao centro e uma esquerda extrema que ao centro se contrapõe, e igualmente, no âmbito da direita, uma direita atraída pelo centro e uma direita que dele se afasta a ponto de se contrapor em igual medida tanto ao centro quanto à esquerda. Deve-se também ter em conta que, não obstante as possíveis divisões dentro do espaço do centro, restará sempre um centro indiviso, que poderia ser chamado de centro-centro; a tríade torna-se na realidade uma pentíade.

É inútil acrescentar que tal desarticulação do sistema político é favorecida pela adoção do sistema eleitoral proporcional, que multiplica as partes até dar origem a uma multíade, bem visível num plenário circular nos moldes de um anfiteatro, no qual as diversas posições se distribuem de um extremo ao outro sem que, no entanto, o critério de divisão entre os diversos setores de representantes deixe de ser o de direita e esquerda. Enquanto no Parlamento inglês, que reflete a grande díade, senta-se ou à direita ou à esquerda, num plenário como o de Montecitorio,[4] senta-se da direita à esquerda (ou vice-versa). Mas, ao mesmo tempo, a nostalgia de um sistema eleitoral com colégios uninominais (pouco importa se com um ou dois turnos), cuja finalidade seria a de tornar bipolar também o sistema político italiano – nostalgia que, de alguns anos para cá, após ter-se expressado durante um bom tempo em recorrentes projetos de reforma e em um *referendum* popular, conseguiu finalmente ser traduzida em lei pelo Parlamento –,[5] constitui uma

3 Escreve Marcel Gauchet que a Restauração na França é o período em que as denominações de direita e esquerda, nascidas durante a Revolução Francesa, se consolidam e "são reconhecidas de modo definitivo". Com isso, acrescenta: "A consolidação da dupla passa por um *ménage à trois*. Existem direita e esquerda porque existe um centro." E mais: "Para que existam uma direita e uma esquerda, necessita-se ao menos de um terceiro termo, o centro. Mas se existe um centro, cada um dos partidos laterais está prisioneiro de tendências radicais que fazem com que existam ao menos duas direitas, uma direita-direita e uma direita extrema, e, de modo semelhante, duas esquerdas." M. Gauchet, *Storia di una dicotomia*, op. cit., p.65.

4 Referência à sede da Câmara dos Deputados da Itália, que funciona no Palácio de Montecitorio, projetado por Bernini em 1650 e localizado na Praça do Parlamento, centro histórico de Roma. (N. T.)

5 Após ter sofrido ajustes ao longo dos anos 80, o sistema eleitoral italiano foi definitivamente reformulado em abril de 1993, graças a um *referendum* popular que aprovou a substituição do método proporcional, vigente desde a Constituição de 1948, por uma modalidade de método uninominal (majoritário) por distritos. (N. T.)

prova histórica, diga-se o que se disser e antes de qualquer argumento doutrinário, da persistência da visão dicotômica do universo político, inclusive num sistema que se configura como uma reta composta por numerosos segmentos. De resto, não há melhor confirmação da persistência do modelo dicotômico do que a presença, em um universo pluralista, de uma esquerda que tende a considerar o centro uma direita camuflada, ou de uma direita que tende a considerar o mesmo centro o disfarce de uma esquerda que não deseja declarar-se como tal.

5 Diferente do Terceiro Incluído, seja-me permitida esta digressão, é o Terceiro Inclusivo. O Terceiro Incluído busca um espaço entre dois opostos, e enfiando-se entre um e outro não os elimina, mas os distancia, impede que se toquem e entrem em choque, ou impede a alternativa seca, ou direita ou esquerda, permitindo uma terceira solução. O Terceiro Inclusivo tende a ir além dos dois opostos e a englobá-los numa síntese superior, e, portanto, anulando-os enquanto tais: dito de outro modo, ao invés de duas totalidades que se excluem reciprocamente e não são, como a frente e o verso da medalha, visíveis simultaneamente, faz deles duas partes de um todo, de uma totalidade dialética. Esta se distingue tanto da totalidade mecânica, na qual o todo deriva da combinação de partes componíveis, e componíveis porque compatíveis, quanto da totalidade orgânica, na qual as partes singulares estão em função do todo, e portanto não são antitéticas entre si, mas convergentes para o centro. A unidade dialética, ao contrário, caracteriza-se por ser o resultado da síntese das duas partes opostas, das quais uma é a afirmação ou tese e a outra é a negação ou antítese; a terceira parte, como negação da negação, é um *quid novum*, não como composto, mas como síntese. Enquanto o Terceiro Incluído pode ser representado pela fórmula "nem–nem", o Terceiro Inclusivo encontra sua própria representação abreviada na fórmula "e–e".

No debate político, o Terceiro Inclusivo apresenta-se normalmente como uma tentativa de Terceira Via, isto é,



de uma posição que, diferentemente da do centro, não está no meio da direita e da esquerda, mas pretende ir além de uma e de outra. Em termos práticos, uma política de Terceira Via é uma política de centro, mas idealmente ela se apresenta não como uma forma de compromisso entre dois extremos, mas como uma superação simultânea de um e de outro, e portanto como uma simultânea aceitação e supressão deles (e não, como na posição do Terceiro Incluído, refutação e separação). Não Terceiro-entre, mas Terceiro-além, no qual o Primeiro e o Segundo, ao invés de serem separados um do outro e deixados entregues à oposição entre si, são aproximados em sua interdependência e suprimidos por sua unilateralidade. Qualquer figura de Terceiro sempre pressupõe as outras duas: mas o Terceiro Incluído descobre sua própria essência expelindo-as, ao passo que o Terceiro Inclusivo faz isso nutrindo-se delas. O Terceiro Incluído apresenta-se sobretudo como práxis sem doutrina, o Terceiro Inclusivo, sobretudo como doutrina em busca de uma práxis que, no momento em que é posta em operação, se realiza como posição centrista.

Destas Terceiras Vias o pensamento político, ou talvez seja melhor dizer o imaginário político, nos oferece uma miríade de exemplos. Creio ter insistido sobre isso mais do que o necessário, pois nestes últimos anos passou a fazer certo sucesso na esquerda em crise o ideal do socialismo liberal ou do liberal-socialismo, que é uma típica expressão de um pensamento terceiro-inclusivo. A combinação triádica nasce sempre no meio de uma crise, como reação ao temido esgotamento da vitalidade histórica de uma antítese. Toda forma de pensamento sintético apresenta sempre um aspecto algo paradoxal, pois busca manter juntos dois sistemas de idéias opostos, que a história havia mostrado serem, até aquele momento, incompatíveis, e portanto alternativos; mas o paradoxo acaba por se justificar em decorrência do comprovado insucesso daqueles sistemas quando considerados ou aplicados unilateralmente.

Outro típico exemplo histórico de síntese dos opostos, derivado desta vez das fileiras da direita, mas num período

de crise igualmente grave, foi a ideologia da revolução conservadora, nascida após a Primeira Guerra Mundial como resposta da direita à revolução subversiva que havia levado a esquerda ao poder em um grande país, e parecia destinada a se difundir em outras regiões.[6] Porém, no que diz respeito ao nosso tema – a contraposição entre direita e esquerda e o seu desaparecimento –, uma teoria terceiro-inclusiva pode ser sempre interpretada, em suas intenções, como uma síntese dos opostos, e praticamente como uma tentativa de salvar o que é salvável da própria posição, chamando para si, e assim neutralizando, a posição adversária.

6 Uma terceira razão para se declarar superada e rejeitar a velha díade está em observar que ela perdeu grande parte de seu valor descritivo, já que a sociedade em contínua transformação e o surgimento de novos problemas políticos – e, aqui, chamo de problemas políticos os que requerem soluções por meio dos instrumentos tradicionais da ação política, isto é, da ação que tem por finalidade a formação de decisões coletivas que, uma vez tomadas, passam a vincular toda a coletividade – fizeram nascer movimentos que não se inscrevem (e eles próprios consideram ou presumem não se inscrever) no esquema tradicional da contraposição entre direita e esquerda. O caso atual mais interessante é o dos Verdes. Os Verdes são de direita ou de esquerda? Levando em conta os critérios que costumam ser habitualmente adotados para justificar a distinção (sobre os quais retornaremos em seguida), parece que podem ser considerados, conforme as circunstâncias, de direita e de esquerda, ou nem de direita nem de esquerda. Para empregar uma palavra que se tornou de uso comum na linguagem política, embora

6 Sobre o tema, com particular referência à Itália, foi publicada recentemente a segunda edição, atualizada e ampliada, do livro de Marcello Veneziani, *La rivoluzione conservatrice in Italia*, Milão: SugarCo, 1994. A primeira edição é de 1987.



com significado maliciosamente pejorativo, os Verdes poderiam ser definidos como um movimento "transversal", no sentido de que atravessam os campos inimigos passando indiferentemente de um campo ao outro, e ao assim fazerem mostram cabalmente que existe um terceiro modo de pôr em crise a díade: mais do que estar *no meio de* (o Centro), mais do que ir *além de* (a Síntese), o mover-se *por* – um modo que se resolve em uma atenuação ou desautorização da díade mais do que em uma refutação ou em uma superação.

A maior prova desta ubiqüidade do movimento dos Verdes está no fato de que do tema ecológico se apoderaram pouco a pouco todos os partidos, sem modificarem em nada sua bagagem usual, quando muito acrescentando uma ou outra valise a mais. Quem hoje ousaria tomar posição contra a exigência de se levar em consideração aqueles que, por uma forma muitas vezes inconsciente de antropomorfização da realidade natural, são chamados de direitos da natureza com respeito ao homem, dos quais nascem, pela correlação necessária entre o direito de um e o dever de outro, as obrigações do homem com respeito à natureza (ficando em aberto a questão de saber se o direito nasceu antes da obrigação ou vice-versa)? Existem porém vários modos de justificar esta radical mudança de posição (em particular do homem ocidental) diante da natureza, por efeito da qual passamos da consideração da natureza como objeto de mero domínio e dócil instrumento das necessidades humanas à idéia da natureza (inclusive a inanimada) como sujeito de direitos ou como objeto de uma utilização não mais arbitrariamente ilimitada. Segundo um ponto de vista mais metafísico-religioso, até mesmo a natureza pertence a um mundo criado não pelo homem, e do qual o próprio homem faz parte como sujeito em meio a outros sujeitos. Por outro lado, um ponto de vista mais pragmático e utilitarista afirma que no universo finito em que o homem está destinado a viver, até mesmo os recursos de que pode dispor para sobreviver são finitos, e por isso devem ser sempre utilizados levando em conta seu possível esgotamento. Portanto, não se pode excluir que, precisamente em decorrência destes diversos

fundamentos filosóficos, que pressupõem opostos sistemas de valores, crenças opostas, concepções do mundo verdadeiramente antitéticas, a difusão dos movimentos dos Verdes esteja destinada não a tornar anacrônica a velha díade, mas a reafirmá-la no meio destes mesmos movimentos, já muito atormentados em seu interior não obstante sua formação recente, e nos quais o diverso modo de conceber a relação do homem com a natureza – trate-se do débito que o homem tem para com todos os outros entes não humanos ou simplesmente do débito que tem para com os outros homens, em particular para com as gerações futuras, em outras palavras, de limites impostos ao homem de fora ou que o homem impõe a si próprio – está destinado a introduzir, como em parte já introduziu, a distinção entre Verdes de direita e Verdes de esquerda.

7 A sensivelmente ampliada capacidade humana não só de explorar a natureza e de se servir dela para a satisfação das próprias necessidades, mas também de manipulá-la e desviá-la de seu curso natural, trouxe à tona problemas de dimensão moral e jurídica (como os de que se ocupa a bioética) que exigem, e exigirão ainda mais no futuro, a tomada de decisões eminentemente políticas (no sentido anteriormente definido). Tais decisões, sendo totalmente novas com respeito a qualquer outra decisão do passado, parecem não poder mais serem acomodadas, sejam elas quais forem, nas categorias tradicionais de direita e esquerda, que se formaram numa época em que o aparecimento daqueles problemas não era sequer previsível. Tratando-se de problemas eminentemente morais, as duas partes contrapostas se dividiram até agora, seguindo o costumeiro modo em que se divide o universo moral, em laxistas e rigoristas. Mas tal distinção entre laxistas e rigoristas não se presta para ser confrontada com a distinção entre direita e esquerda. O laxismo é de direita ou de esquerda? O rigorismo é de esquerda ou de direita?

Na verdade, existe uma esquerda rigorista e uma direita laxista, e vice-versa. As duas dicotomias, porém, não se superpõem. Com respeito a este cruzamento, o problema mais embaraçoso é o do aborto. Geralmente, a refutação do aborto faz parte de programas políticos da direita. A esquerda é preponderantemente abortista. Fizeram-me observar que esta posição parece contrastar uma das definições mais comuns de esquerda, segundo a qual ser de esquerda significa estar do lado dos mais fracos. Na relação entre a mãe e o nascituro, quem é o mais fraco? Não seria o segundo? Responde-se que este é certamente mais fraco em comparação com a mãe, mas que a mulher é mais fraca em comparação com o macho que, ao menos na maior parte dos casos, a obrigou a engravidar. Não foi por acaso que a tendência abortista teve enorme incremento ao se difundir a partir das reivindicações dos movimentos feministas, que foram favorecidos pelos partidos de esquerda.



8 Mas todas as razões até aqui elencadas são "secundárias". A razão principal pela qual a clássica díade foi posta em discussão é outra, de relevância histórica e política bem maior. Os dois termos de uma díade governam-se um ao outro: onde não há direita não há mais esquerda, e vice-versa. Dito de outro modo, existe uma direita na medida em que existe uma esquerda, existe uma esquerda na medida em que existe uma direita. Em conseqüência, para tornar irrelevante a distinção, não é necessário demonstrar, como vimos até aqui, a inoportunidade dela (é inútil continuar a dividir o universo político com base no critério das ideologias contrapostas, se não existem mais ideologias); a sua imperfeição (é insuficiente dividir o campo político em dois pólos, uma vez constatado que existe também um terceiro pólo, não importa se intermediário ou superior); ou o seu anacronismo (entraram na cena política programas, problemas, movimentos que não existiam quando a díade nasceu e pôde desempenhar um útil papel). Basta desautorizar um dos dois termos, não lhe reconhecendo mais nenhum direito à existência; se tudo é esquerda, não há mais direita e, reciprocamente, se tudo é direita, não há mais esquerda.

Em toda dupla de termos antitéticos nem sempre os dois termos têm igual força. Além do mais, não está dito que um dos dois seja sempre mais forte e o outro sempre mais fraco. A força respectiva pode mudar conforme os pontos de vista e os critérios para dimensioná-la. Existem duplas em que o termo forte é prevalentemente apenas um: na dupla guerra–paz, por exemplo, o termo forte foi até agora prevalentemente "guerra", tanto que "paz" sempre foi tradicionalmente definida como "não-guerra", algo que vem depois da guerra (*De jure belli ac pacis*, de Grotius; *Guerra e paz*, de Tolstói). Já na dupla ordem–desordem, o termo forte é "ordem". Na dupla antitética direita–esquerda, limitada à linguagem política, a força respectiva dos dois termos não é dada constitutivamente – ao contrário do que ocorre na linguagem biológica, e por extensão na linguagem religiosa e ética, em que o termo forte é "direita" –, mas depende dos tempos e das circunstâncias. Na história italiana após a Unidade, ao predomínio da Direita segue-se o predomínio da Esquerda. Mas predomínio não significa exclusão do outro. Tanto no caso do predomínio da Direita sobre a Esquerda, quanto no caso contrário, as duas partes continuam a existir simultaneamente e a extrair cada uma delas a própria razão de ser da existência da outra, mesmo quando uma ascende na cena política e a outra desce. Quando o fascismo, considerado um movimento de direita, caiu fragorosamente – e, segundo grande parte da opinião pública mundial, de modo bem justo –, a esquerda por contraste subiu tanto, que a direita pareceu ter desaparecido, ou pelo menos ter perdido a tal ponto a reputação que seria impossível a sua própria sobrevivência.

Em uma situação deste gênero pode-se explicar que grupos ou movimentos minoritários, que segundo a geografia política tradicional e consolidada deveriam ser chamados de direita, tenham começado a sustentar que a velha díade não teria mais razão de ser, e a luta política exigiria que se fosse então "além" da direita e da esquerda – um "além", veja-se bem, que é apresentado não como uma síntese que englobaria dois opostos e ao englobá-los acabaria por confirmá-los, mas como o seu completo desconhecimento e a sua radical falsificação. Como se vê, em uma situação na qual uma das duas partes se torna tão predominante que deixa à outra um espaço pequeno demais para ser considerado ainda politicamente relevante, a desautorização da díade se torna um expediente natural para ocultar a própria fragilidade. A direita foi derrotada? Mas que sentido tem então colocar o problema nestes termos – pergunta-se o derrotado – , se a distinção entre direita e esquerda está esgotada? Em um universo no qual as duas partes contrapostas são interdependentes, no sentido de que uma existe se também existe a outra, o único modo de desvalorizar o adversário é o de desvalorizar a si mesmo. Onde o que era parte se torna tudo, é porque a contraposição esgotou sua tarefa e é preciso recomeçar desde o início, e ir "além".



9 Podemos constatar hoje, a cada dia, após os acontecimentos dos últimos anos, que convulsionaram a ordem mundial dissolvendo os regimes comunistas longamente exaltados como o irrefreável avanço da esquerda na história – e de todo modo considerados, até por aqueles que os combatiam, como a mais radical realização prática das idéias e dos movimentos de esquerda –, que a relação entre a parte forte e a parte fraca da díade está se invertendo. Desce a esquerda, sobe a direita. Já se pode perceber que a idéia de que a velha díade deve ser posta em dúvida está sendo sustentada predominantemente por grupos ou movimentos que se autoproclamaram de esquerda, ou assim foram considerados, julgados, condenados e agredidos pelos adversários, ao menos até o momento em que o animador vento da história parecera soprar naquela direção. Não se passou muito tempo desde quando podíamos ouvir a pergunta: "Mas ainda existe a direita?". Após a queda dos regimes comunistas, ouve-se aflorar com a mesma malícia a pergunta inversa: "Mas ainda existe a esquerda?".

Creio que ninguém está em condições de enumerar e recordar todos os seminários e debates públicos que se

realizaram nestes últimos anos para responder a estas questões: "A crise da esquerda"; "As dúvidas da esquerda e sobre a esquerda"; "A esquerda em dificuldade"; "A esquerda em agonia". Todas estas questões podem ser resumidas no título do seminário que se desenrolou em Turim, em dezembro de 1992: "What is left?", que significa simultaneamente: "O que é a esquerda? e "O que dela restou?". Mas também neste caso foram dadas as respostas mais disparatadas e contraditórias, das negativas mais radicais – "A esquerda não existe mais", "A esquerda foi sepultada sob as ruínas do universo soviético" –, às confiantemente positivas – "Se a esquerda é o que tradicionalmente significava, então o colapso do sistema bolchevique é um triunfo para a esquerda, ao lhe abrir possibilidades que haviam sido sepultadas por aquele sistema de tirania desde 1917".[7]

A crise do sistema soviético teria tido como conseqüência, neste caso, não o fim da esquerda, mas de uma esquerda historicamente bem delimitada no tempo. Desta constatação derivaria uma outra conseqüência sobre a qual o debate está mais do que nunca aberto: não existe uma única esquerda, mas muitas esquerdas, assim como, de resto, muitas direitas.[8] Naturalmente, sustentar que existem muitas esquerdas significa reafirmar a tese tradicional segundo a qual deve existir um critério para distinguir a esquerda da direita. Deste modo, a díade sobreviveria à grande crise. Houve

7 Entrevista de Noam Chomsky a Stefano del Re, "Sfida capitale", in *Panorama*, p.133, 3 de janeiro de 1993. As contestações da díade provêm hoje, com freqüência cada vez maior, também da esquerda. Entre as muitas que podem ser citadas, bom exemplo é o livro de C. Lasch, *Il paradiso, il progresso e la sua critica*, Milão: Feltrinelli, 1992. O primeiro capítulo intitula-se "A obsolescência dos conceitos de direita e esquerda", p.17ss. O autor, que declara ter sido um homem de esquerda, sustenta que a reanimação da direita jogou a esquerda na confusão e pôs em evidência a inutilidade das velhas etiquetas.

8 Cf. N. Urbinati, "La sinistra vive se diventa un arcipelago", in *L'Unità*, 3 de dezembro de 1992, escrito por ocasião do seminário "What is left?".



quem constatou que nos países do Leste europeu as primeiras eleições democráticas aconteceram sem que se reproduzisse, entre os vários partidos em luta, a distinção entre partidos de direita e partidos de esquerda. Mas mesmo quem adotou este argumento aparentemente forte em favor do desaparecimento da díade não pôde deixar de observar e reconhecer a anomalia desta situação de transição do totalitarismo à democracia, prevendo que, no futuro próximo, quando as instituições democráticas se estabilizarem, seja provável que os partidos se agreguem novamente em torno dos dois pólos tradicionais.[9]

10 Para terminar, o derradeiro e, ao que tudo indica, mais decisivo motivo para negar a díade não se refere à contestação recíproca, ao fato de que as duas partes de um todo, o sistema político, estão destinadas a cair juntas (se não há mais direita, não há mais esquerda). Refere-se ao reconhecimento de que as duas etiquetas se tornaram meras ficções e, na realidade, diante da complexidade e novidade dos problemas que os movimentos políticos devem enfrentar, os "destros" [*"destri"*] e os "esquerdos" [*"sinistri"*] dizem, no fim das contas, as mesmas coisas, formulam, para uso e consumo de seus eleitores, mais ou menos os mesmos programas e propõem-se os mesmos fins imediatos. Direita e esquerda não existiriam mais, e não teriam mais razão de existir, não porque estivera presente até certo ponto apenas a esquerda e, depois, estaria presente apenas a direita, mas porque entre uma parte e outra não haveriam mais aquelas (pretensas) diferenças que mereceriam ser indicadas com nomes diversos. De fato, são apenas estes nomes diversos que acabam por gerar a falsa crença de que existem ainda contraposições que na realidade não existem mais, bem

9 Extraio estas notícias da revista *ToD. The Working Paper Series. International Project: Transitions to Democracy in a World Perspective*, cujo número de dezembro de 1992 contém um artigo de Jan Vermeersch, "The Left in Eastern Europe", p.1-20.

como para alimentar disputas artificiais e enganosas. Isto vale sobretudo na luta política em curso na Itália de nossos dias, na qual com freqüência cada vez maior ouvem-se vozes de observadores insatisfeitos que, estando fora das rixas, passam a afirmar que já teriam desaparecido as razões de tanto rancor, pois nos opostos alinhamentos sustentam-se muitas vezes as mesmas idéias, ou melhor, que a esquerda em dificuldades sustenta, para se renovar, idéias de direita e acaba por eliminar o contraste tradicional.[10]

Como se poderia provar com outros testemunhos, esta confusão, esta auto-anulação da esquerda, não corresponde totalmente à realidade. Porém, para uma resposta conclusiva, remeto aos capítulos finais, em que busco dissolver as dúvidas até aqui ilustradas.

10 Refiro-me em particular a dois artigos de Ernesto Galli della Loggia, "Se la sinistra fa la destra", in *Corriere della Sera*, 15 de dezembro de 1993, e "La differenza necessaria", idem, 24 de dezembro de 1993. O tema da confusão entre direita e esquerda aparece em um recente filme do diretor francês Eric Rohmer, *A árvore, o prefeito e a mediateca* (1993). No filme, o prefeito defende as razões da *mediateca* (progresso), ao passo que as razões da árvore (natureza) são defendidas por um professor. Entre as duas posições, qual *é* a de esquerda e qual a de direita? A resposta parece ser dada pelo próprio diretor: "Este filme 'político' não *é* um filme com tese ... Hoje em dia os programas da esquerda e da direita se assemelham, só que a direita se tornou tão violenta quanto era a esquerda nos anos 60. O essencial hoje não *é* impor este ou aquele regime; todos os regimes são imperfeitos, e a coisa mais urgente *é* salvar a vida no planeta e evitar de todos os modos os conflitos entre as pessoas." Tiro a citação de *Scheda Aiace*, n.14, temporada 1993-1994.

# 2

## Extremistas e Moderados

1 Sejam ou não válidos os argumentos examinados até aqui para negar a díade, a tese da negação parece ser corroborada por um dado de fato facilmente verificável nestes últimos anos. E que, como todos os fatos, tem a cabeça mais dura do que qualquer raciocínio, mesmo o mais sutil: trata-se da transmigração que alguns autores – em geral, os que são elevados à condição de modelos de vida e são inseridos no círculo restrito dos *"maîtres à penser"*[1] pela própria vontade dos discípulos – fazem da direita para a esquerda ou vice-versa. Recordemos os casos mais clamorosos. Nietzsche, inspirador do nazismo (que esta inspiração derivasse de uma má interpretação ou, como creio, de uma das interpretações possíveis, é um problema que não nos diz respeito aqui), é hoje muitas vezes posto ao lado de Marx como um dos pais da nova esquerda. Carl Schmitt, que por um certo período de tempo foi não só promotor, mas teórico do Estado nazista, acabou por ser, ao menos na Itália, redescoberto e homenageado sobretudo por estudiosos de esquerda, apesar de ter sido adversário, durante o grande debate constitucionalista da época de Weimar,[2] de Hans

1 Em francês no original: pensadores que, com seus textos e atividades, orientam o modo de pensar de um grupo ou de uma sociedade. (N. T.)

2 Referência à República Democrática Parlamentar organizada na

Kelsen, maior teórico da democracia daqueles anos. Heidegger, cujas simpatias pelo nazismo foram várias vezes e abundantemente documentadas, embora sempre desmentidas ou atenuadas por seus admiradores (de direita e de esquerda), é hoje tomado como intérprete do nosso tempo, não só na Itália, mas também, e sobretudo, na França, por filósofos que se consideram de esquerda. Reciprocamente, como é bem conhecido, alguns teóricos da direita neofascista tentaram apropriar-se do pensamento de Antonio Gramsci, tanto que, em ambientes nos quais se buscou dar nova roupagem e nova dignidade ao pensamento de direita, chegou a existir por algum tempo uma corrente de idéias que foi chamada de "gramscismo de direita".

Apesar de particularmente evidente nestes anos de crise das ideologias tradicionais e de conseqüente confusionismo doutrinário, a interpretação ambiguamente contrastante de um autor não é de fato algo novo: o mais ilustre precedente, que serve solenemente para esclarecer o aparente paradoxo, é Georges Sorel. O autor de *Reflexões sobre a violência* desempenhou politicamente a função e o papel de inspirador de movimentos da esquerda: dele nasceu a corrente do sindicalismo revolucionário italiano, que teve seus quinze minutos de fama nas vicissitudes do socialismo em nosso país; em seus últimos anos de vida, ele próprio se tornou simultaneamente admirador de Mussolini e de Lenin, e muitos de seus seguidores italianos confluíram para o fascismo; seus dois maiores admiradores na Itália foram dois honestos conservadores, Pareto e Croce, que, apesar de todas as diferentes

---

cidade de Weimar, Alemanha, nos desdobramentos da crise derivada da Primeira Guerra Mundial. O debate constitucionalista mencionado por Bobbio transcorreu entre janeiro e agosto de 1919, representando o marco inaugural da experiência. A República de Weimar viveu em permanente tensão e conheceu dificuldades de todo tipo, apesar de ter sido uma época de grande efervescência política e cultural. Encerrou-se em 1933, com a chegada dos nazistas ao poder. (N. T.)



etiquetas que lhes foram atribuídas, jamais poderiam ser definidos como pensadores de esquerda. Já mencionei o movimento da revolução conservadora. Hitler mesmo se definiu, em um artigo no *Volkische Beobachter*, de 6 de junho de 1936, como "o mais conservador revolucionário do mundo". Menos conhecido é que, em um discurso no Parlamento italiano, Alfredo Rocco pediu que "lhe atribuíssem a antítese" de "revolucionário conservador" (mas, com aquele inciso, Rocco demonstrava estar perfeitamente consciente do paradoxo).

Sobretudo estes dois derradeiros exemplos, mas também o de Sorel – dois conservadores revolucionários e um revolucionário conservador –, permitem-nos eliminar qualquer suspeita de que a simultaneidade de uma posição de direita e de esquerda (em uma declaração ou em uma interpretação póstuma) não tenha sido usada para desfechar um novo golpe na díade. Neste ponto, abre-se um problema completamente novo sobre o qual vale a pena deter-se com algumas observações, até mesmo pelo relevo que o que direi neste capítulo terá no capítulo 6. Bem consideradas as coisas, o que a revolução e a contra-revolução têm em comum não depende do pertencimento a dois alinhamentos opostos tradicionalmente chamados de esquerda e direita. Se assim fosse, teriam razão os que defendem que a díade deveria ser abandonada por não servir mais para distinguir posições cultural e politicamente antitéticas. A verdade, em minha opinião, é outra: o que os autores revolucionários e contra-revolucionários, e os respectivos movimentos, têm em comum é o fato de pertencerem, no âmbito dos respectivos alinhamentos, à ala extremista contraposta à ala moderada. A díade extremismo–moderantismo não coincide com a díade direita–esquerda e obedece, como veremos, a um critério de contraposição no universo político diverso do que conota a distinção entre direita e esquerda.

Numa primeira aproximação, vê-se que a díade extremismo–moderantismo tem bem pouco a ver com a natureza das idéias professadas, mas diz respeito à sua radicalização e

conseqüentemente às diversas estratégias empregadas para fazê-las valer na prática. Explica-se, assim, por que revolucionários (de esquerda) e contra-revolucionários (de direita) podem ter certos autores em comum: não os têm como de direita ou de esquerda, mas como extremistas respectivamente de direita e de esquerda que, exatamente por assim serem, se distinguem dos moderados de direita e de esquerda. Se é verdade que o critério que subjaz à distinção entre direita e esquerda é diverso do que subjaz à distinção entre extremistas e moderados, isto comporta que ideologias opostas podem encontrar pontos de convergência e de acordo em suas alas extremas, embora permaneçam distintas com respeito aos programas e aos fins últimos dos quais depende sua colocação em uma ou em outra parte da díade. Ludovico Geymonat, que sempre se proclamou um extremista (de esquerda), inclusive quando da assim chamada refundação do Partido Comunista Italiano, reuniu certa vez alguns de seu artigos políticos e os intitulou de *Contra o moderantismo*:[3] em seu juízo, o bloco moderado seria aquele que se constituiu, e dura até hoje, após a Libertação, e compreende o assim chamado arco constitucional italiano, que vai dos comunistas aos democratas-cristãos – uns e outros renunciaram à transformação revolucionária da sociedade herdada do fascismo e se satisfizeram com a democracia. Em uma revista de extrema-direita, *Elementos*, o neo-fascista Solinas escreveu: "Nosso drama hodierno se chama moderantismo. Nosso principal inimigo são os moderados. O moderado é naturalmente democrático."

Destas duas citações fica bem claro que um extremista de esquerda e um de direita têm em comum a antidemocracia (um ódio, senão um amor). Porém, a antidemocracia aproxima-os não pela parte que representam no alinhamento político, mas apenas na medida em que representam as alas extremas naquele alinhamento. Os extremos se tocam.[4]

2 A antidemocracia porém é apenas um dos pontos de acordo entre os "opostos extremismos". Filosoficamente, isto é, de um ponto de vista bem mais geral, do ponto de vista da visão geral do mundo e da história, em toda forma de extremismo político existe uma forte veia de antiiluminismo. Refiro-me não apenas ao antiiluminismo de origem historicista, do qual existe uma corrente politicamente conservadora, que vai de Hegel a Croce, e uma politicamente revolucionária, como a marxiana (o marxismo italiano sempre foi historicista), mas também, e sobretudo, ao antiiluminismo irracionalista, que pode ser também ele distinguido em uma corrente de inspiração religiosa, de De Maistre e Donoso Cortés, autores hoje benevolamente reconsiderados, e em uma de origem vitalista, de Nietzsche a Sorel. Esta última corrente pode-se combinar melhor com a esquerda, enquanto a outra, a fideísta, é irredutivelmente e conscientemente tradicionalista e reacionária, nascendo

3 Cf. L. Geymonat, *Contro il moderatismo. Interventi dal '45 al '78*, organizado por M. Quaranta, Milão: Feltrinelli, 1978. Tendo em mente este livro de Geymonat, respondi em uma entrevista concedida a Loris Campetti, publicada em *Il Manifesto* de 28 de maio de 1991, que eu me considerava um moderado, porque apenas as alas moderadas dos dois alinhamentos opostos são compatíveis com a democracia. Não por acaso, o mesmo jornal publicou em 21 de novembro de 1993, dia de eleições, um editorial intitulado "Agora ou nunca", que conclui do seguinte modo: "O extremismo é mais sábio e menos perigoso do que o centrismo bem-pensante. Não consideramos com muita seriedade o teste de hoje. O extremismo é a sabedoria do momento presente."

4 A revista de direita *L'Italia Settimanale*, de 21 de dezembro de 1994, publica um artigo de Filippo Rossi, "Il '68 in rosso e nero", p.51-3, em que se relata o episódio pouco conhecido de uma tentativa feita por um grupo de estudantes de direita de organizar, "em nome do anticapitalismo e do antiamericanismo", uma convergência com a extrema esquerda. Em *Il Borghese*, Giano Accame chegou a escrever que estimava os chineses por terem rompido "o cordão umbilical com os partidos", episódio noticiado pelo *Corriere della Sera* de 16 de dezembro de 1994, em um artigo de Daria Gorodisky com um título sugestivo, "Sessantotto, Evola e Marcuse uniti nella lotta?".

precisamente de uma "reação" à ruptura de uma ordem histórica considerada sagrada, criada e conservada por uma providência imperscrutável, de uma revalorização do "*noli altum sapere sed time*" contra o "*sapere aude*" de Kant.[5]

De um ponto de vista mais particular de filosofia da história, ou seja, das formas e dos modos em que é interpretado o movimento histórico (progresso ou regresso? movimento cíclico ou constante?), enquanto o moderantismo é gradualista e evolucionista, e considera como guia para a ação a idéia de desenvolvimento ou, metaforicamente, de um crescimento do organismo a partir de seu embrião segundo uma ordem preestabelecida, o extremismo, seja qual for o fim por ele prefigurado, é catastrófico: interpreta a história como se procedesse por saltos qualitativos, por rupturas, às quais a inteligência e a força da ação humana não são estranhas (neste sentido, é menos determinista do que o moderantismo). A "catástrofe" Revolução de Outubro (evento produzido por uma vontade coletiva consciente) não pode ser remediada senão com a "catástrofe" contra-revolucionária (não por acaso os pródomos do fascismo na Itália são as "*squadre d'azione*"[6]): comunismo e fascismo se convertem um no outro. A tese dos opostos extremismos, que, do ponto de vista dos moderados, não são opostos, mas sob muitos aspectos análogos, acabou por obter uma confirmação, embora em uma história menor, nos assim chamados "anos de chumbo", durante os quais a sociedade italiana foi continuamente alarmada por atos terroristas provenientes de ambas as partes extremas do universo político. Esta mesma tese, em um plano bem mais alto, de história maior, de história universal, está na base do debate historiográfico a respeito da assim chamada "guerra civil européia" – cujo protagonista principal é o historiador Ernst Nolte – , de acordo com o qual bolchevismo e fascismo (ou nazismo) estão ligados por um fio duplo, o segundo sendo a inversão do primeiro, e a reação que segue à ação, a revolução-contra, mas sempre revolução, a catástrofe após a catástrofe.

5 Retomo aqui algumas das teses expostas em um artigo de alguns anos atrás, "L'ideologia del fascismo", in *Il fascismo. Antologia di scritti critici*, organizado por C. Casucci, Bolonha: Il Mulino, 1982, p.598-624.

6 As *squadre d'azione* foram a primeira tropa de choque do fascismo italiano. A partir delas, formaram-se as milícias fascistas. Atuaram, desde 1920, no Vale do Pó e na Emilia, financiadas por proprietários rurais e integradas por ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, desempregados e estudantes, que atacavam, sob o comando de chefes locais (os *ras*), sedes sindicais, partidárias, associativas, culturais e jornalísticas. Introduziram uma qualidade anárquica e regional no fascismo, especializando-se na condução de ações brutais e violentas, sob o pretexto de combater o "perigo vermelho" e a "catástrofe bolchevique". Após a conquista do poder por Mussolini, muitos *squadristi* abandonaram o Partido Fascista, por discordarem das novas diretrizes ou por acharem que o "perigo bolchevique" tinha passado; tais dissidentes tornaram-se incômodos para o fascismo, que algumas vezes chegou a usar a autoridade do Estado contra eles. O lema dos *squadristi* foi tomado de D'Annunzio: "*Me ne frego*" ("Pouco se me dá"). (N. T.)



3 Naturalmente, não tem nenhum sentido perguntar qual das duas concepções da história é a mais verdadeira: uma e outra são o produto de uma história "profética" que procede não por dados ou conjecturas, mas por sinais premonitórios e extrapolações de longo prazo: uma história cujo critério de avaliação não é a maior ou menor verdade, mas a maior ou menor força propulsora da ação e, como tal, nada tem a ver com a historiografia dos historiadores que não pretende ensinar, ou melhor, é tanto menos instrutiva quanto mais pretende ser, com base em dados e hipóteses, explicativa. Pode-se, além disso, observar que as diversas visões da história são elas próprias historicamente condicionadas. O movimento histórico prevalentemente pacífico do século passado, durante o qual a Europa concluiu a primeira Revolução Industrial – que não foi uma revolução no sentido rigoroso da expressão e portanto jamais assumiu o aspecto de uma catástrofe, tendo sido, além do mais, acompanha-

da numa relação de ação recíproca por um desenvolvimento sem precedentes das ciências úteis (tecnologicamente utilizáveis) –, favoreceu a idéia do progresso gradual e sem saltos, por etapas obrigatórias, e irreversível, indicado tanto por Kant quanto por Hegel, tanto por Comte quanto por Marx, seja qual tenha sido a forma assumida pela história profética naquele século que produziu muitos exemplos conhecidos deste gênero de histórias.

Ao contrário, o movimento sob tantos aspectos oposto do século XX – compreendendo as primeiras duas guerras mundiais e totais na história da humanidade, uma terceira guerra sem exércitos combatentes (embora ameaçadoramente dispostos em campo), a revolução comunista na Rússia e na China, o nascimento violento e a morte igualmente violenta dos regimes fascistas, o rápido processo de descolonização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, não menos rápido e imprevisível do ponto de vista de uma história anticatastrófica, a dissolução do universo comunista, o "*sapere aude*" conduzido até o ponto de fazer aparecer o "vulto demoníaco" não mais apenas do poder, mas também do saber – exigiu e continua a exigir uma visão antitética do desenrolar histórico, uma visão, precisamente, catastrófica, na qual encontrou espaço até mesmo o medo de um fim da história e, senão do fim, ao menos da irreparável corrupção (irreparável para o destino humano) da natureza benéfica. Esta visão da história, compartilhada inclusive por observadores menos apocalípticos que se pretendem imparciais, favoreceu a comprovação do fim da Idade Moderna, que se deseja caracterizada pela idéia do progresso, e o nascimento de uma nova época histórica que, à espera de receber um nome mais apropriado ou menos insignificante, tem sido chamada por enquanto de "pós-moderna".

4 Também com respeito à moral e à doutrina da virtude, os extremistas das margens opostas se encontram e, ao se encontrarem, conseguem achar seus bons motivos para se



contraporem aos moderados: as virtudes guerreiras, heróicas, da coragem e da ousadia, contra as virtudes consideradas pejorativamente mercantis da prudência, da tolerância, da razão calculadora, da paciente busca da mediação, necessárias nas relações de mercado e naquele mais amplo mercado de opiniões, de idéias, de interesses em conflito, que constitui a essência da democracia, na qual é indispensável a prática do compromisso. Não é por acaso que tanto os extremistas de esquerda quanto os de direita mantêm sob suspeita a democracia, inclusive do ponto de vista das virtudes que ela alimenta e das quais necessita para sobreviver. No linguajar de uns e outros, democracia é sinônimo de mediocracia, entendida como domínio não só da camada média, mas também dos medíocres. O tema da mediocridade democrática é tipicamente fascista. Mas é um tema que encontra seu ambiente natural no radicalismo revolucionário de qualquer coloração. Exemplar esta passagem de Piero Gobetti: "Fora do governo uma mediocracia mais ou menos sábia que professa *a priori* uma função de assistência e de ajuda ao povo tenta corromper com as reformas e a obra de conciliação toda ação direta, para iludir os rebeldes com propostas pacíficas que a ela atribuiriam uma iluminista função educativa."[7] O juízo de mediocridade é associado ao de reformismo, de resolução pacífica dos contrastes e, ainda mais em geral, de visão pragmática da política e dos conflitos que nela se desenrolam. Tive a oportunidade de ler em um artigo não menos exemplar de um escritor de

7 P. Gobetti, *La rivoluzione liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*, Turim: Einaudi, 1983, p.84. [É interessante recordar que Gobetti (1901-1926) foi um liberal progressista que mantinha sólidas relações com a esquerda italiana dos anos 20. Antonio Gramsci (1890-1937), organizador do Partido Comunista Italiano, confiou a ele a crítica teatral do diário *L'Ordine Nuovo* e sempre o considerou um aliado de grande importância. Gobetti fundou e dirigiu a revista *La Rivoluzione Liberale*, que circulou de 1922 a 1925. Em fevereiro de 1926, foi assassinado por fascistas italianos em Paris. (N. T.)]

esquerda (que me fez ter um sobressalto): "as idiotices do contratualismo".

A contraposição do guerreiro ao comerciante comporta inevitavelmente a justificação, se não a exaltação, da violência: a violência resolutiva, purificadora, "parteira da história", para a esquerda revolucionária (Marx); "única higiene do mundo", para a direita reacionária (Marinetti); e assim por diante monotonamente enumerando.

5 Todavia, mesmo que a antidemocracia, a aversão pela democracia como conjunto de valores e como método, não seja o único ponto em comum entre extremistas de direita e de esquerda, ele é por certo, em minha opinião, o ponto historicamente mais persistente e significativo. O fascismo, antes de se tornar pela primeira vez regime na Itália como resposta à ameaçada Revolução Bolchevique, nasce como ideologia conservadora radical na França em fins do século XIX, em parte também como reação à revolução, não só ameaçada como também tentada, embora como prova geral de uma revolução que não se fará, dos *Communards* da Comuna de Paris. No conhecido estudo dedicado à história do fascismo francês, não por acaso intitulado *Ni droite ni gauche* [*Nem direita nem esquerda*],[8] o nascimento desta ideologia, chamada com razão de pré-fascista, é caracterizado principalmente por uma furibunda reação contra a democracia burguesa, igual e simétrica à do socialismo maximalista, cujo bode expiatório foi a social-democracia, ou seja, a esquerda em sua versão moderada, que aceitou as regras do jogo da democracia burguesa e foi por ela corrompida. Não obstante todas as características comuns, que justificam, como já se disse, o uso instrumental dos próprios autores, pelos quais, segundo Barrès, pode-se sustentar que "o pai intelectual do fascismo é Sorel", fascismo e comunismo representam na história deste século a grande antítese entre direita e esquerda. Mas como? Não só não a enfraqueceram, mas a exasperaram. Repito, mas como? Em minha opinião, a única explicação é a de que o critério com que se distingue uma direita de uma esquerda não coincide com o critério com base no qual se distingue, no âmbito dos alinhamentos de direita e esquerda, a ala extremista da ala moderada. Tanto é verdade que, na prática política, fascismo e comunismo excluem-se não obstante o inimigo comum, que é a democracia formal, ou apenas formal, com suas regras que permitem a alternância entre direita e esquerda. Excluem-se exatamente porque reproduzem, em seus traços peculiares, as características salientes (sobre as

8 Cf. Z. Sternhell, *Ni droite ni gauche. L'ideologie fasciste en France*, Paris: Editions du Seuil, 1983 (trad. it. *Né destra né sinistra. La nascita dell'ideologia fascista*, Nápoles: Akropolis, 1984). Este conhecido e importante livro é, como indica o subtítulo, uma história da ideologia fascista na França que, nascida antes do fascismo italiano – que foi em parte por ela influenciado –, caracterizou-se pela confluência do socialismo com o nacionalismo, ou seja, pela união de uma ideologia típica da esquerda com uma ideologia típica da direita. O livro poderia ser igualmente intitulado "*E* direita *e* esquerda", com uma expressão que significa não a exclusão das duas ideologias opostas, mas a sua síntese. Na extrema-direita italiana, o tema foi algumas vezes retomado com uma formulação que elimina a dúvida sobre a dúplice possível escolha entre negação e síntese: "para além da direita e da esquerda". Todas as três fórmulas representam a proposta de uma terceira via que pode ser interpretada tanto como excludente quanto como includente. Entretanto, o que esta "terceira posição" tem de característico nas suas várias interpretações é, segundo Sternhell, "a ruptura da ordem liberal" (p.29), sempre acompanhada de uma crítica à democracia. A afirmação de um dos protagonistas do movimento – "*Nous rejoignons (et dépassons quelquefois) la gauche par nos programmes et la droite par nos méthodes*" (p.240-1) [Em francês no original: "Nós incorporamos (e algumas vezes ultrapassamos) a esquerda em nossos programas e a direita em nossos métodos." (N. T.)] – é exemplar da ideologia da "ultrapassagem": esta "terceira via", que refutando a díade tradicional ou, o que é o mesmo, passando por cima dela, mantém sempre uma certa ambigüidade, explica por que alguns dos personagens considerados no livro passaram, ao longo da vida, da esquerda para a direita (como de resto também ocorreu na Itália), e algumas vezes, como no caso dos sorelianos, da extrema-esquerda para a extrema-direita.

quais retornaremos) daquilo que até agora foi típico da direita e da esquerda.

6 Entre as várias terceiras vias de que se falou, já chegou a ser proposta uma entre socialismo e liberalismo. No entanto, jamais chegou a ser concebida, por ser inconcebível, uma terceira via entre comunismo e fascismo. O que têm em comum, vale dizer, o fato de conduzirem às extremas conseqüências os traços salientes das ideologias respectivamente de esquerda e de direita, é precisamente o que os faz doutrinariamente inconciliáveis e praticamente incompatíveis. Uma aliança forçada, e portanto destinada a não durar, entre fascistas e conservadores na própria frente de luta da direita, ou seja, entre direita extrema e direita moderada, foi possível; aliás, o fascismo histórico é o resultado desta aliança. Do lado oposto, uma análoga aliança entre comunismo e socialismo democrático foi esboçada nas democracias populares e, mais do que esboçada, foi proposta no pacto de unidade de ação entre comunistas e socialistas italianos após a Libertação. Uma aliança entre comunistas e fascistas tem algo de monstruoso. Na contraposição entre extremismo e moderantismo é questionado sobretudo o método, na antítese entre direita e esquerda são questionados sobretudo os fins. O contraste com respeito aos valores é mais forte do que o contraste com respeito ao método. O que pode explicar por que, em determinadas circunstâncias de grave crise histórica, possa ter algum sucesso uma aliança entre extremistas e moderados de direita, como ocorreu nos regimes fascistas, quando as direitas moderadas, em estado de necessidade, aceitaram a supremacia da direita extrema. Do mesmo modo, apenas o estado de necessidade pode explicar que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o espantalho de uma restauração pura e simples do passado tenha induzido os socialistas, ao preço porém de uma dolorosa e destrutiva cisão, a aliar-se com os comunistas, isto é, com o extremismo de esquerda.

Para dizer a verdade, existiu um exemplo clamoroso de aliança prática entre fascismo e comunismo: o pacto de



não-agressão e de divisão reciprocamente vantajosa entre a Alemanha de Hitler e a União Soviética de Stalin. Mas tratou-se de uma aliança essencialmente tática, que teve breve duração, e foi ideologicamente sem conseqüências, exceto pela formação de alguns pequenos grupos, politicamente insignificantes, de bolcheviques nazistas.[9]

9 Na confusão, mais mental do que política, da Rússia de hoje, pode-se encontrar um personagem como Alexander Dughin, que prega a revolução conservadora, orgulha-se de ter traduzido Evola e Guénon para o russo e apresenta-se como teórico do nacional-bolchevismo (de uma reportagem sobre sua recente viagem à Itália: N. Aspesi, "Va dove ti porta il vento", in *La Repubblica*, 26 de junho de 1994).

# 3

## A Díade Sobrevive

1 Não obstante ser a díade seguidamente contestada por muitas partes e com vários argumentos – e de modo mais intenso, mas sempre com os mesmos argumentos, nestes tempos recentes de confusão geral –, as expressões "direita" e "esquerda" continuam a ter pleno curso na linguagem política. Todos os que as empregam não dão nenhuma impressão de usar palavras irrefletidas, pois se entendem muito bem entre si.

Nestes últimos anos, entre analistas políticos e entre os próprios atores da política, boa parte do discurso político tem girado em torno da pergunta: "Para onde vai a esquerda?". São cada vez mais freqüentes, a ponto mesmo de se tornarem repetitivos e enfadonhos, os debates sobre o tema "o futuro da esquerda" ou "o renascimento da direita". Ajustam-se seguidamente as contas com a velha esquerda para buscar-se a fundação de uma esquerda nova (mas se trata sempre de esquerda). Ao lado da velha direita, derrotada, surgiu com desejo de revanche uma "nova direita". Os sistemas democráticos com partidos numerosos continuam a ser descritos como se estivessem dispostos em um arco que vai da direita à esquerda, ou vice-versa. Não perderam nada de sua força significante expressões como "direita parlamentar", "esquerda parlamentar", "governo de direita", "governo de esquerda". No interior dos próprios partidos, as várias

correntes que disputam o direito de dirigir segundo os tempos e as ocasiões históricas costumam se chamar com os velhos nomes de "direita" e "esquerda". Quando nos referimos aos políticos, não temos nenhuma hesitação em definir, por exemplo, Occhetto como de esquerda e Berlusconi como de direita.[1]

Sempre houve e ainda há uma esquerda democrata-cristã. No Movimento Social Italiano ganhou projeção, há alguns anos, uma corrente (Pino Rauti) que declarava seu desejo de caminhar em direção à esquerda. Mesmo em um partido minúsculo e exangue como o Partido Liberal os dirigentes costumam se dividir em direita e esquerda.

Se na crise de dissolução do Partido Comunista Italiano os termos "direita" e "esquerda" foram pouco usados ou usados com muita cautela, é porque, no interior de um partido que se atribuiu historicamente a direção da esquerda no mundo, apenas a palavra "esquerda" tem um significado positivo, e nenhuma das partes que disputavam entre si a direção do futuro partido aceitaria de boa vontade ser chamada de direita. Além do mais, seria constrangedor estabelecer qual das duas alas em campo, a dos "não" e a dos "sim", deveria ser considerada a direita ou a esquerda:[2] a velha guarda que rejeitava a mudança radical poderia ser considerada "direita", com base no critério segundo o qual a conservação é de direita e a mudança, de esquerda, mas ao mesmo tempo poderia ser de "esquerda" no que diz respeito a um empenho mais determinado na luta anticapitalista que

1 Referência a Achile Occhetto, antigo secretário-geral do Partido Comunista Italiano e, depois, do Partido Democrático da Esquerda, e a Silvio Berlusconi, então primeiro-ministro do governo formado pela coalizão de direita, liderada por Força Itália. (N. T.)

2 Na crise que culminou com a transformação do Partido Comunista Italiano (PCI) em Partido Democrático da Esquerda (PDS), debateram-se basicamente correntes favoráveis e contrárias à mudança do nome do partido, questão que tinha bem mais do que um mero valor simbólico ou terminológico, dizendo respeito tanto à identidade da agremiação quanto à sua efetiva orientação política. (N. T.)



caracterizou o movimento operário, por um século o grande protagonista da esquerda histórica; e vice-versa, a parte mais inovadora poderia pretender o nome de esquerda por ser mais favorável à renovação, mas apresentava um programa que, com base nos critérios tradicionais, deveria ser considerado mais de direita.

Não podemos nos eximir de assinalar este paradoxo. De um lado, multiplicam-se os escritos em que, por uma ou outra das razões examinadas no capítulo precedente, põe-se em discussão, refuta-se, às vezes ridiculariza-se, a díade. De outro, nunca como nestes últimos tempos o mundo político e cultural italiano, em sua quase totalidade – graças ao *referendum* que condenou um sistema eleitoral que até então impedira a alternância entre governo e oposição, característica essencial dos bons governos representativos –, orientou-se em direção ao sistema uninominal que permitiria, ou nos faz crer que permita, uma drástica redução dos partidos, o abandono definitivo dos governos de centro, a instauração em nosso país da desejada alternância. Mas alternância entre o quê? Ora, certamente entre uma esquerda e uma direita, entre uma aliança em torno do PDS (que quer dizer, parece inútil explicar, Partido Democrático da Esquerda) e uma outra aliança em torno da Liga do Norte, da Aliança Nacional (ex-MSI) e do movimento Força Itália de Berlusconi. Como chamar a primeira senão de esquerda e a segunda senão de direita? Que nem todos os que entram na primeira aliança queiram ser chamados de esquerda e nem todos os que entram na segunda queiram ser chamados de direita (cada um escolhe a etiqueta que lhe parece fornecer maiores consensos), não elimina o fato de que o sistema político italiano encaminha-se para ser um sistema mais nitidamente dividido entre uma esquerda e uma direita. Bem mais do que tem sido até hoje.[3]

3 Assim escrevi antes das eleições de 26-27 de março de 1994. A campanha eleitoral se desenrolou principalmente entre duas coalizões, a Aliança Progressista e o Pólo da Liberdade, mas na linguagem

2 Não deve surpreender que, em um universo como o da política, constituído de modo eminente por relações de antagonismo entre partes contrapostas (partidos, grupos de interesse, facções e, nas relações internacionais, povos, pessoas, nações), o modo mais natural, simples e mesmo comum de representar aquelas relações seja uma díade ou uma dicotomia. Nossa mente corre imediatamente para célebres exemplos históricos, como patrícios–plebeus, guelfos–guibelinos, Whigs–Tories.

A própria categoria da política é representada, em uma bem conhecida teoria, pela díade "amigo–inimigo", que resume em nível da mais alta abstração a idéia da política como espaço do antagonismo, cuja forma extrema é a guerra, que é *naturaliter* dicotômica (*mors tua vita mea*). Na guerra, interna ou externa, não há lugar para o Terceiro. Este apenas aparece como mediador, para fazê-la cessar, ou, como árbitro, para estabelecer a paz. A guerra, como duelo, só conhece dois parceiros (não importa se cada um deles tem aliados), dos quais um está destinado a vencer e o outro a perder. Uma guerra em que, no final, não há vencidos e vencedores, é uma guerra que não alcança seu objetivo. Os Terceiros, que não participam do jogo, são os chamados neutros, no sentido preciso de que não estão nem de uma parte nem de outra, e como tal não são beligerantes. No momento em que se deixam envolver no conflito tornam-se aliados ou de uma parte ou de outra. As partes em jogo, por mais numerosos que sejam seus aliados, são sempre apenas duas.

Considerando a grande e única dicotomia amigo–inimigo, a inevitável redução a apenas duas partes em conflito, ou seja, o processo de bipolarização que se segue necessariamente à atração dos diversos contendores potenciais para dois únicos pólos, ocorre com base no princípio, e na prática conseqüente, segundo o qual o amigo de meu inimigo é meu inimigo, ou, inversamente, o inimigo de meu inimigo é meu amigo. Onde não existem mais do que duas posições possíveis, ou amigo ou inimigo – e é esta, como se disse, a contraposição que exprime melhor do que qualquer outra a visão dualista da política –, dão-se quatro possíveis combinações: amigo pode ser tanto o amigo do amigo quanto o inimigo do inimigo; inimigo pode ser tanto o inimigo do amigo quanto o amigo do inimigo. Certas uniões ou alianças, que nas relações internacionais e nas relações entre partidos no interior de um Estado singular parecem inaturais, são na realidade a conseqüência natural da lógica dicotômica. Nas relações humanas, o exemplo extremo de antítese é constituído pela guerra; mas a lógica dicotômica, por outro lado, não é estranha à própria visão tradicional religiosa ou metafísica, inclusive do mundo natural (luz–trevas, ordem–caos e, no limite, Deus–demônio).

---

dos jornais e das pessoas comuns a primeira representava a esquerda e o segundo a direita, com uma simplificação sem precedentes em nosso país.



3 Depende unicamente de um fato acidental que, na visão diádica da política, as duas partes da díade tenham recebido o nome de "direita" e "esquerda". Como é bem conhecido, o uso destas duas palavras remonta à Revolução Francesa, ao menos no que diz respeito à política interna. Trata-se de uma banal metáfora espacial, cuja origem foi inteiramente casual e cuja função tem sido apenas a de dar um nome, de dois séculos aos dias de hoje, à persistente, e persistente porque essencial, composição dicotômica do universo político. O nome pode mudar. Mas a estrutura essencial e originariamente dicotômica do universo político permanece.

Se, mais tarde, a díade direita–esquerda terminou por se tornar preeminente, a ponto de continuar a ter curso até hoje, embora contestada, isto não exclui a presença de outras metáforas espaciais, que têm porém menor extensão e valem apenas em certos contextos particulares. Com referência à posição (*rango*), por exemplo, é de uso comum a díade "alto–baixo": Câmara alta e Câmara baixa no sistema parlamentar inglês; alto clero e baixo clero na hierarquia eclesiástica; segundo uma conhecida distinção de grande utilidade

na teoria das formas de governo, o poder pode proceder de baixo para cima ou de cima para baixo. Em uma visão hierárquica da política (que existe ao lado da visão antagônica), ocorre também a díade "adiante–atrás": o *princeps* é, no significado originário da palavra, o primeiro da fila, ao qual os outros seguirão, e não por acaso se chamam sequazes, ou homens do séquito. Na concepção leninista (recorde-se o moderno Príncipe de Gramsci), que é uma visão literalmente principesca da política, o partido é a vanguarda do proletariado, e a vanguarda implica necessariamente uma retaguarda. Com respeito à visibilidade de quem detém o poder e à maneira como são tomadas as decisões coletivas, a díade existente é "superficial–profundo": sob este aspecto, a contraposição historicamente mais relevante é a entre o governo visível dos Estados democráticos e o invisível, que se exerce no gabinete secreto do soberano absoluto em que são admitidos apenas alguns poucos íntimos confiáveis, já que os negócios de Estado devem ser tratados em uma profundidade inacessível à massa dos súditos. Com respeito à diferença de programas ou de posições em determinadas batalhas políticas, entre partidos ou movimentos, surge em cena a mais comum metáfora espacial "próximo–distante", com a qual se pode dizer que o centro-direita está próximo da direita assim como o centro-esquerda está próximo da esquerda, e a esquerda está mais distante da direita do que o centro, e assim por diante. Em um sistema partidário muito fragmentado, como foi até hoje o italiano, alguns partidos são mais próximos entre si, outros mais distantes: o conceito de maior ou menor vizinhança entre partidos torna-se relevante quando, após uma eleição, analisam-se as diversas transferências de eleitores de um partido a outro, e leva-se em consideração a eventualidade da transferência entre partidos próximos como mais provável do que a transferência entre partidos distantes.

Entre estas metáforas, algumas refletem um universo vertical, tais como alto–baixo, superficial–profundo; outras, um universo horizontal, como adiante–atrás e próximo–distante.



4 Além da metáfora espacial, outra metáfora ocupa um posto bem relevante na linguagem política: a metáfora temporal, que permite distinguir os inovadores dos conservadores, os progressistas dos tradicionalistas, os que se deixam guiar pelo sol do futuro dos que procedem guiados pela inextinguível luz que vem do passado. Não está dito que a metáfora espacial, que deu origem à dupla direita–esquerda, não possa coincidir, em um de seus significados mais freqüentes, com a metáfora temporal.

Deve-se porém acrescentar, para evitar perguntas inúteis, que o uso ainda prevalente da dupla que indica a antítese principal, da qual dependem todas as outras na linguagem política, não deve levar a pressupor que seu significado seja unívoco e, sobretudo, que tenha permanecido imutável no tempo. Atenuam-se ou mesmo extinguem-se certos conflitos, mas surgem outros em seu lugar. Enquanto existirem conflitos, a visão dicotômica não poderá desaparecer, mesmo se, com o passar do tempo e a modificação das circunstâncias, a antítese até então principal vier a se tornar secundária e vice-versa. Não obstante as grandes modificações históricas destes últimos anos, das quais se pode extrair legitimamente a impressão de que um dos dois eixos perdeu sua força antagônica, a visão dual não desapareceu: pense-se na grande antítese entre o Norte e o Sul do mundo, que domina, e dominará ainda mais no futuro, a cena política, ainda que seja, como todas as díades aplicadas a um universo complicado, como o das relações de convivência entre os homens, bastante simplificadora.

5 Limitei-me até aqui a constatar o uso contínuo da díade. Trata-se agora de considerar que, como todas as demais palavras da linguagem política – linguagem em geral não rigorosa, pois extraída em grande parte da linguagem comum –, "direita" e "esquerda" também possuem um significado descritivo e um significado avaliativo [*valutativo*]. O significado descritivo, embora sendo variável, nunca chega a permitir que se atribuam à mesma palavra dois

significados inteiramente contrários. Só no reino do Grande Irmão as palavras têm o significado oposto ao comum, mas o objetivo desta alteração é o de enganar os destinatários da mensagem e, portanto, o de impossibilitar a compreensão do que ocorre realmente e a comunicação recíproca entre os súditos.[4] Ao contrário, na linguagem política corrente, no chamado "politiquês", as palavras podem ter um significado ambíguo, chegando mesmo a possibilitar interpretações diversas e algumas vezes a ampliar o número dos possíveis fruidores da mensagem, embora não a ponto de subverter seu significado corrente.

Por outro lado, com respeito ao significado avaliativo [*valutativo*], exatamente porque os dois termos descrevem uma antítese, a conotação positiva de um implica necessariamente a conotação negativa do outro. Saber qual dos dois é o axiologicamente positivo e qual o axiologicamente negativo não depende do significado descritivo, mas dos opostos juízos de valor que são dados às coisas descritas. O que comporta uma notável conseqüência no uso de "direita" e "esquerda" na linguagem política e em outras linguagens, nas quais, a começar da linguagem religiosa, "direita" tem sempre uma conotação positiva e "esquerda", sempre uma conotação negativa. Nem todas as díades são axiologicamente reversíveis. A dupla direita–esquerda o é certamente na linguagem comum, mas não na linguagem política.

4 Como se pode perceber, Bobbio refere-se à sociedade futurista imaginada pelo escritor inglês George Orwell em *1984*. 9. ed. Trad. de Wilson Velloso, São Paulo: Nacional, 1976. Nele, o Grande Irmão, líder máximo do Estado, comanda um totalitário, sofisticado e onipresente sistema de controle e vigilância permanente sobre os atos e os pensamentos dos indivíduos. Neste sistema, não faltaria sequer uma operação destinada a constituir uma nova linguagem, a "Novilíngua", cujo objetivo seria, nas palavras de um dos personagens, "estreitar a gama do pensamento", de modo a tornar "a crimidéia literalmente impossível", posto que não existiriam mais palavras para expressá-la: "todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por *uma* palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado subsidiário eliminado, esquecido". (N. T.)



Mais precisamente, na visão diádica de um determinado universo as duas partes em que este universo é dividido são descritivamente exaustivas, no sentido de que qualquer ente do universo pertence necessariamente a uma ou a outra das duas partes, e *tertium non datur*, mas são também, ao mesmo tempo, axiologicamente opostas, no sentido de que, se se atribui valor positivo a uma delas, a outra tem necessariamente valor negativo. Com base no "ou–ou" descritivo, todo ente do universo pertence a uma ou a outra das partes da díade. Com base no "ou–ou" axiológico, uma das partes tem o sinal oposto ao da outra, mas, abstratamente falando, não há nenhuma razão para que uma represente sempre o bem e a outra sempre o mal. Resta o fato de que, quando uma delas, seja qual for, representa o bem, em um determinado contexto, a outra representa necessariamente o mal.

O observador neutro, por exemplo um historiador ou um sociólogo, considera que sua tarefa específica é ilustrar o significado descritivo e, em conseqüência, mostrará quais grupos se consideram, ou são considerados em uma dada situação, de direita ou de esquerda. Os militantes, por sua vez, tenderão a atribuir ao seu programa um valor positivo, ao programa dos adversários um valor negativo. Esta diferença entre o observador neutro e o militante torna nem sempre confiáveis, e portanto de dúbia utilidade, as sondagens de opinião repetidamente feitas a respeito do que os entrevistados pensam ser direita e esquerda. Precisamente porque a díade tem uma conotação axiológica muito forte, quem pertence a um dos alinhamentos tenderá a definir a própria parte com palavras axiologicamente positivas e a outra, ao contrário, com palavras axiologicamente negativas. Dando um exemplo não estranho e de imediata compreensão: para um partidário da direita a igualdade como elemento tradicional da ideologia de esquerda torna-se nivelamento; para um partidário da esquerda, a desigualdade, entendida como dado de fato não ideologicamente conotado na definição de direita, torna-se ordenação hierárquica.

Todavia, mesmo que tenham o cuidado de usar os dois termos com todas as devidas cautelas, as sondagens confirmam a presença continuamente operante e discriminadora da díade.

# 4

## Em Busca de um Critério de Distinção

1 Não obstante as repetidas contestações, a distinção entre direita e esquerda continua a ser usada. Se assim é, o problema se desloca: agora, não se trata mais de comprovar sua legitimidade, mas de examinar os critérios propostos para a sua legitimação. Em outras palavras: desde que "direita" e "esquerda" continuam a ser usadas para designar diferenças no pensar e no agir políticos, qual a razão, ou quais as razões, da distinção? Não se deve esquecer que a contestação da distinção nasceu precisamente da idéia de que os critérios até então adotados ou não seriam rigorosos ou ter-se-iam tornado enganosos com o passar do tempo e a mudança das situações. Felizmente, ao lado dos contestadores sempre existiram, e nestes últimos anos são mais numerosos do que nunca, também os defensores, que propuseram soluções para a questão do critério ou dos critérios. E como as respostas dadas são mais concordantes que discordantes, a distinção acaba sendo, de certo modo, por elas ratificada.

O livro de Laponce, professor da Universidade de Toronto, *Left and Right. The Topography of Political Perceptions*,[1] publicado em 1981, é a principal obra sobre o tema, ponto

1 Cf. J. A. Laponce, *Left and Right. The Topography of Political Perceptions*, Toronto: University of Toronto Press, 1981.

de chegada das análises precedentes e ponto de partida das pesquisas posteriores. O autor faz algumas observações gerais e sugestivas a respeito das metáforas espaciais usadas na linguagem política e distingue principalmente a ordenação espacial vertical, alto–baixo, da ordenação horizontal, direita–esquerda. Como afirmei no capítulo anterior, existem outras metáforas, mas no momento limitar-me-ei a estas duas.

Laponce considera que a vertical é uma ordenação forte, e a horizontal uma ordenação fraca, nascida da Revolução Francesa quando a relação horizontal teria substituído a vertical. Na realidade, poder-se-ia observar que durante a Revolução Francesa nasceram os nomes "direita" e "esquerda", mas não a concepção horizontal da política, se com esta expressão entendemos o contraste entre partes contrapostas que é o elemento essencial, comum portanto, a todas as épocas, da luta política ou da política como luta. Dimensão vertical e dimensão horizontal da política estão uma ao lado da outra, inclusive porque representam duas relações diferentes, independentes uma da outra, do universo político: a relação governantes–governados de um lado, e a relação ou dos governantes entre si, ou dos governados entre si, do outro. A dimensão vertical de modo algum elimina a dimensão horizontal: uma e outra caminham normalmente juntas, e apenas em casos extremos podem, ora uma ora outra, desfalecer: a primeira numa guerra civil, a segunda, num sistema despótico em que apenas um detém o poder máximo e as divisões na base são proibidas. O autor limita-se a dizer que a metáfora horizontal jamais eliminou por completo a vertical. E não a eliminou, deve-se acrescentar, pela simples razão de que não podia eliminá-la: as duas metáforas têm funções representativas diversas e a esfera das relações políticas só pode ser globalmente representada se uma e outra estiverem juntas.

Outra observação curiosa e discutível é a que afirma ser a díade particularmente importante na democracia, pois as eleições reduzem os grupos contendores a dois, um contraposto e alternativo ao outro. À parte a consideração de que



a redução a dois contendores alternativos é o efeito não das eleições em geral, mas de um determinado sistema eleitoral, o que produz o dualismo na democracia é algo bem mais universal do que o sistema eleitoral: é o princípio de maioria, pelo qual, com respeito a qualquer tipo de decisão coletiva, se formam necessariamente uma maioria e uma minoria.

De resto, o princípio dual em política está presente, bem além desta ou daquela forma particular de regime político, na conhecida e já mencionada definição de política como esfera da relação amigo–inimigo, que o afortunado inventor desta fórmula, Carl Schmitt, confronta, embora com uma indébita violação ou contaminação de planos diversos, com as duplas verdadeiro–falso, belo–feio etc. Mas sempre será preciso distinguir, o que Laponce não parece estar disposto a fazer, uma dualidade como amigo–inimigo, e outras a ela semelhantes, nas quais um dos dois termos é sempre positivo e o outro é sempre negativo, da dupla direita–esquerda, na qual ambos os termos podem ter uma conotação positiva ou negativa segundo as ideologias e os movimentos que representam, e portanto segundo as pessoas ou os grupos que deles se apropriam. Enquanto a afirmação de que o falso é a negação do verdadeiro, ou o feio do belo, confere a falso e feio uma conotação de valor negativa, a afirmação de que a esquerda é a negação da direita, ou vice-versa, não comporta um juízo de valor negativo sobre a esquerda ou sobre a direita, pois o juízo axiologicamente negativo de uma negação depende unicamente do fato de que tenha sido dado um juízo axiologicamente positivo à coisa negada.

É inquestionável que em seu significado original, antes de se tornar uma metáfora da linguagem política, a dupla direita–esquerda teve uma conotação de valor unívoca, pelo fato de um dos dois termos, direita, sempre ter tido uma conotação positiva, e o outro, esquerda, sempre negativa. Também é inquestionável que esta unidirecionalidade foi mantida na maior parte dos usos metafóricos da dupla, a começar da linguagem religiosa, na qual os bons se sentam à direita, os maus à esquerda do Pai. Mas a univocidade não vale na linguagem política, na qual tanto a direita quanto

a esquerda podem representar o lado positivo ou negativo da contraposição. Na linguagem política os bons e, respectivamente, os maus podem ser encontrados tanto à direita quanto à esquerda. Depende de que parte provenha o juízo. O juízo de valor positivo ou negativo que conforme as circunstâncias se dá à direita ou à esquerda é parte integrante da própria luta política, na qual a metáfora espacial perdeu completamente o significado originário e representa apenas dois lugares não axiologicamente conotados, pois o sentar-se à direita ou à esquerda tem como ponto de referência não o pai comum, mas unicamente o presidente de uma assembléia, neutro por definição.

Laponce chega mesmo a sustentar, com uma afirmação que me parece fatualmente infundada, que, em contraste com a linguagem tradicional, especialmente a religiosa, na qual a esquerda representa o lado mau, na linguagem política a esquerda está sempre associada a traços altamente positivos, como futuro, criatividade, justiça. Enquanto a maior parte das culturas não políticas, ao menos no Ocidente, é dominantemente de direita [*destrorso*], a cultura política contemporânea seria, segundo o autor, dominantemente de esquerda [*sinistrorso*] (mas a maior parte de seus exemplos estão referidos à França, com base na análise das eleições de 1880 a 1970). A observação de que revistas como *New Left* e *Keep Left* não têm correspondentes à direita é desmentida pelo surgimento, nos últimos decênios, de uma combativa e ambiciosa "*nouvelle droite*". E como esta dominância à esquerda representa, segundo o autor, um aspecto negativo do nosso tempo, isto mostra quanto a sua pesquisa é ideologicamente orientada, embora o seja de modo aberto, não sub-reptício.

A análise das tendências ideológicas do nosso tempo, conduzida com bastante rigor e apoiada em uma rica documentação extraída de sondagens feitas em diversos países e em diversos momentos, está dominada pela contraposição entre religião e política, consideradas respectivamente como momento positivo e momento negativo da história: a dominância da esquerda seria uma prova da negatividade da



política. Isto equivaleria a dizer, conduzindo às extremas conseqüências uma tese mais acenada que desenvolvida, que haveria uma correlação, naturalmente perversa, entre a positividade da esquerda e a negatividade da política. Da contraposição entre momento religioso e momento político deriva a insistência com que o autor, equilibrando-se entre as várias propostas de distinção que emergem das várias sondagens analisadas, destaca o fato de que a distinção entre direita e esquerda se resolve em última instância na distinção entre sacro e profano, no interior da qual encontram seu posto outras diferenças, como aquela entre ordem hierárquica e ordem igualitária e aquela entre postura tradicionalista favorável à continuidade e postura aberta ao novo ou progressista, favorável à ruptura, à descontinuidade. Uma das afirmações que percorrem todo o livro, reaparecendo nas mais diversas ocasiões, é que a religião está à direita o ateísmo, à esquerda. Na realidade, a distinção assim proposta termina por coincidir com a distinção entre dimensão vertical e dimensão horizontal, que no início parecia indicar uma distinção diversa daquela entre direita e esquerda, definida por contraste com aquela entre alto e baixo. No fim do livro, o deslocamento do tema, limitado à dupla direita–esquerda, em direção à distinção, bem mais geral e comprometida, entre religião e política, chega a ponto de representar a luta entre religião e política quase como a luta entre o bem e o mal, na qual o triunfo final pertence, não obstante todas as batalhas perdidas, à religião.

Se se confrontam os resultados da pesquisa de Laponce, bem como sua insistência em contrapor o sacro ao profano, com a variedade e a complexidade das ideologias e dos movimentos que têm sido chamados de direita ou de esquerda, pode-se ver o quanto aqueles resultados são parciais, e portanto inadequados, sobretudo no que diz respeito à identificação da direita. Há na Europa uma antiga tradição de direita reacionária, que é religiosa, de De Maistre a Donoso Cortés, a Carl Schmitt; mas há também uma direita não religiosa e pagã, que se serve da religião como *instrumentum regni*. Toda a "*nouvelle droite*" destes últimos decênios

não é religiosamente orientada. Não atinge a nenhuma das fontes religiosas da direita tradicionalista. Se, além do mais, tem-se presente a distinção, analisada no capítulo anterior, entre extremismo e moderantismo, torna-se necessário ajustar as contas com uma direita moderada que tem uma visão completamente laica da política: penso num personagem como Vilfredo Pareto, cujas simpatias pela direita histórica o conduziram às portas do fascismo em seus últimos anos e cuja ridicularização das crenças religiosas de todas as espécies o levaram a ser comparado, não sem bons motivos, com Voltaire.

Também é igualmente parcial a atribuição a toda a esquerda de uma visão não religiosa, até mesmo ateísta, da vida e da sociedade. Partindo precisamente da consideração da ideologia igualitária, que o próprio Laponce vê como um dos traços característicos da esquerda, não se pode deixar de reconhecer quanta importância o igualitarismo de inspiração religiosa sempre teve nos movimentos revolucionários, dos Niveladores ingleses e dos seguidores de Winstanley à Teologia da Libertação. E, vice-versa, existe toda uma tradição de pensamento não igualitário, da qual Nietzsche é a expressão máxima, que considera o igualitarismo e seus produtos políticos, a democracia e o socialismo, o efeito deletério da predicação cristã.

# 5

## Outros Critérios

1 Entre os estudiosos italianos, Dino Cofrancesco é quem tem insistido com maior freqüência sobre o tema e merece atenção por seu sutil espírito analítico. Segundo ele, se com a dessacralização do marxismo-leninismo terminou para sempre a leitura maniqueísta da oposição direita–esquerda, esta não resulta inteiramente destituída de sentido: "a libertação do homem do poder injusto e opressivo ... *permanece, pensando bem, o núcleo duro da esquerda como* 'categoria do político' capaz de resistir a todo processo de desmitificação". De outra parte, também a direita "representa uma modalidade do humano", na medida em que exprime o "enraizamento no solo da natureza e da história", a "defesa do passado, da tradição, da herança".[1] Não o sacro, como em Laponce, mas a tradição assume uma função preeminente na definição de direita proposta nesta nova interpretação, ao passo que o traço característico da esquerda seria o conceito, que é também um valor (e, tal como "tradição", um valor positivo) de emancipação. A referência à tradição, diversamente entendida e analisada em seus vários significados, seria pois um traço constante da dicotomia direita–esquerda.

1 D. Cofrancesco, "Destra/Sinistra. Se cade lo spartiacque", in *Il Secolo XIX*, 14 de agosto de 1990.

O autor insiste, em minha opinião acertadamente, na legitimidade da dicotomia, contra todos os velhos e novos detratores. E detém-se mais na busca de uma redefinição da direita do que da esquerda, o que é importante particularmente num contexto histórico em que a direita foi mais contestada do que a esquerda. Uma definição, para não ser contingente, ocasional, sujeita à variedade de posições historicamente determinadas, deve mover-se, segundo o autor, em direção à individuação da postura mental, da idéia inspiradora, em uma palavra, da "alma" de quem se professa de direita (o que também vale, naturalmente, para quem se professa de esquerda). A alma da direita pode ser expressa sinteticamente no mote: "Nada fora e contra a tradição, tudo na e pela tradição." Se se constata depois que existem diversas modalidades de direita, isto depende dos diversos significados de "tradição". Cofrancesco indica seis destes significados: "tradição" como arquétipo, como elevação ideal de uma época axial, ou decisiva, na história da humanidade, como fidelidade à nação, como memória histórica, como comunidade de destino e, enfim, como consciência da complexidade do real. Por detrás destas diversas acepções do termo despontam diversos movimentos, ou então apenas diversas tomadas de posição pessoais, mas a alma comum pode explicar como ocorre historicamente a passagem de uma a outra, segundo os diversos momentos. Para dar um exemplo, a passagem, "nos anos entre as duas guerras mundiais, de não poucos militantes políticos da direita conservadora para a direita tradicionalista e desta para direita totalitária".[2]

O objetivo a que Cofrancesco se propõe não é tanto a compilação de um repertório de opiniões, que são de resto interessadas, passionais, ideologicamente marcadas, de pessoas ou grupos que se dizem de direita ou de esquerda, mas

2 Idem, *Destra e sinistra*, Gênova: Presso il Basilisco, 1981, p.34. Cf. também a coletânea de ensaios curtos, *Destra e sinistra, per un uso critico di due termini-chiave*, Verona: Bertani, 1984.



a elaboração de uma distinção "crítica" dos dois conceitos. O autor entende por crítica uma análise avaliativa [*valutativa*], ou meramente descritiva, que renuncie a carregar os termos em questão de significados de valor reciprocamente excludentes e que tenha bem presente que direita e esquerda não são conceitos absolutos mas historicamente relativos, ou seja, "apenas dois modos possíveis de catalogar os diversos ideais políticos" e, portanto, "nem os únicos nem sempre os mais relevantes".[3] O "uso crítico" dos dois conceitos só se torna possível, segundo Cofrancesco, se se renuncia a concebê-los como se designassem totalidades históricas concretas, e se os interpreta como posturas de fundo, como intenções, de acordo com a definição de Karl Mannheim. Em outras palavras, só se consegue explicar certas confusões, ou superposições, que induzem a considerar que a distinção é originariamente incorreta ou tornou-se inútil em um determinado contexto histórico, no qual homens de direita e de esquerda estão no mesmo terreno de luta, se os dois termos são usados em sentido fraco para designar um comportamento político, e não são, ao contrário, interpretados como a expressão de uma vocação que permanece constante para além dos sistemas de governo adotados (como a expressão, chego quase a dizer – a palavra não é usada por nosso autor, mas se tornou de amplo uso em uma certa historiografia –, de uma "mentalidade").

Deste ponto de vista, "o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a *tradição*; o homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc.".[4] "Tradição" e "emancipação" podem ser ainda interpretadas como metas últimas ou fundamentais, e, como tais, irrenunciáveis, tanto de uma parte quanto de outra: metas

3 Idem, "Per un uso critico dei termini 'destra' e 'sinistra'", in *La Cultura*, n.3-4, p.399, 1975.

4 Ibidem, p.403.

que podem ser alcançadas por meios diversos segundo as épocas e as situações. Na medida em que os próprios meios podem ser adotados, conforme as circunstâncias, tanto pela esquerda quanto pela direita, conclui-se que direita e esquerda podem se encontrar e até mesmo trocar de lado, sem porém deixarem de ser o que são. Mas é precisamente deste possível encontro, no que se refere ao uso de certos meios, que nascem as confusões sobre as quais se apóiam os contestadores da distinção.

Com exemplos históricos apropriados, Cofrancesco examina alguns temas que, contrariamente a afirmações apressadas e preconceituosas, não são por si sós nem de direita nem de esquerda, pois pertencem a ambas as partes, embora tal pertencimento não elimine a contraposição de fundo entre elas: o militarismo, o laicismo, o anticomunismo, o individualismo, o progresso técnico, o recurso à violência. Como se pode ver, trata-se de uma distinção entre a diferença essencial, que diz respeito à inspiração ideal, à intenção profunda, à mentalidade, e uma série de diferenças não essenciais, ou apenas presumidas, freqüentemente usadas como armas polêmicas na luta política contingente, diferenças que, tomadas por essenciais, são empregadas para dar falsas respostas à questão da natureza da díade e para negá-la, quando, em uma situação específica, parece momentaneamente desfalecer. Que a relação entre diferença essencial e diferenças não essenciais possa ser resolvida na distinção entre um valor final constante e valores instrumentais variáveis, e portanto intercambiáveis, é algo que se pode deduzir da afirmação de que "liberdade e autoridade, bem-estar e austeridade, individualismo e antiindividualismo, progresso técnico e ideal artesão são considerados, em ambos os casos, como *valores instrumentais*, a serem pois promovidos e refutados conforme a contribuição que puderem dar, respectivamente, ao reforço da tradição e à emancipação de todos os privilégios".[5]

5 Ibidem.



A esta distinção baseada na mentalidade, Cofrancesco acrescenta, sem contrapô-la, outra distinção baseada em duas posturas não avaliativas mas cognitivas, por ele chamadas de romântica ou espiritualista, a primeira, clássica ou realista, a segunda. A segunda é a postura do espectador crítico, enquanto a primeira é a postura de quem vive a política sentimentalmente. Das seis grandes ideologias nascidas a partir da Revolução Francesa, três são clássicas: o conservadorismo, o liberalismo, o socialismo científico; e três são românticas: o anarco-libertarismo, o fascismo (e o radicalismo de direita) e o tradicionalismo.

Uma vez estabelecido que estas seis ideologias esgotam o campo, no mínimo como tipos-ideais, o passo ulterior de nosso autor é constatar que a distinção entre direita e esquerda não coincide com a distinção entre tipos clássicos e românticos. Pondo à prova a possível combinação entre elas, chega à conclusão de que são de direita duas ideologias românticas, o tradicionalismo e o fascismo, e uma clássica, o conservadorismo; são de esquerda uma ideologia romântica, o anarco-libertarismo, e uma clássica, o socialismo científico; quanto à clássica restante, o liberalismo, é de direita e de esquerda conforme os contextos.

Diante da díade direita–esquerda, Cofrancesco não toma posição, parecendo julgá-la imparcialmente como historiador e analista político. Mas não esconde sua preferência pelo modo clássico de se colocar diante da díade direita–esquerda, quando comparado com o modo romântico. Parece quase querer dizer: a mim não importa tanto a contraposição entre direita e esquerda quanto a escolha da posição no âmbito do modo clássico e não do romântico. Sobretudo quando se trata de ingressar no concreto debate político italiano e escolher a parte ou as partes em que o intelectual deve se colocar.

Mesmo nas páginas de um autor que rejeita o discurso ideológico para aprofundar um discurso crítico e analítico aflora – e, acrescento, não poderia deixar de aflorar, em se tratando de um tema tão politicamente engajado como este da contestada, mas sempre iminente, díade – um desenho

ideal: "A cultura política italiana deve se habituar de novo ao sentido das distinções, à paixão analítica, ao gosto pelas classificações, e deve perder, por sua vez, a atitude de assinar manifestos, de combater mesmo quando os objetos da disputa são confusos e os dados à disposição incertos e controvertidos."[6] É como dizer que o próprio modo de enfrentar o tema da díade, com método analítico e não com espírito de parte, já é o indicador de uma orientação política, que é uma coisa diante da distinção entre direita e esquerda, mas é, por si mesmo, uma tomada de posição política, um colocar-se, e uma sugestão para se colocar, mais de uma parte que de outra.

Resta saber se a dupla, tal como redefinida por Cofrancesco (de um lado, a tradição, de outro, a emancipação), é verdadeiramente uma dupla de contrários, como deveria ser se estivesse concebida para representar o universo antagônico da política. O oposto de tradição não deveria ser emancipação, mas inovação. E, reciprocamente, o oposto de emancipação não deveria ser tradição ou conservação, mas ordem imposta do alto, governo paternalista ou algo assim. Certamente, ambas as duplas de contrários (tradição–inovação, imposição–emancipação) terminariam por repropor a distinção habitual, não muito original, entre conservadores e progressistas, considerada, ao menos idealmente, como própria do sistema parlamentar, como divisão principal entre dois grupos parlamentares contrapostos. Mas o deslocamento à direita de um termo nobre como tradição, em vez de imposição ou ordem hierárquica, e o deslocamento à esquerda de outro termo igualmente nobre como emancipação, em vez de inovação, podem ser considerados um sintoma daquela postura crítica pretensamente não ideológica que o autor se impôs desde o início da pesquisa. Uma postura que, ao empregar dois termos axiologicamente positivos ao invés de um positivo e um negativo, fez o autor correr o risco de colocar em dúvida a contraposição e, assim, de fazer dos dois termos, não dois opostos, mas dois distintos.[7]

2 Enquanto Cofrancesco parte da necessidade de distinguir o elemento essencial e os elementos inessenciais da dupla, Elisabetta Galeotti parte da exigência preliminar de distinguir os contextos em que a dupla é usada; eles seriam quatro: a linguagem ordinária, a linguagem da ideologia, a análise histórico-sociológica e o estudo do imaginário social (no qual insere a obra de Laponce, amplamente comentada).[8]

---

6 Idem, *Destra e Sinistra*, op. cit., p.22. Cofrancesco retornou freqüentemente à distinção com novos argumentos e esclarecimentos. Refiro-me ao verbete "Sinistra" do *Grande dizionario enciclopedico*, de Utet Editore; e a "Fascismo a sinistra? Quello zoccolo duro che rimanda a destra", in *Messaggero Veneto*, 12 de fevereiro de 1991. Em um novo volume, *Parole della politica*, feito para utilização dos estudantes da Universidade de Pisa, para o ano acadêmico 1992-1993 (Pisa: Libreria del Lungarno, 1993), retoma o tema em dois breves ensaios, "Destra e sinistra", p.13-20, e "Sinistra", p.57-63, e propõe um novo critério de distinção baseado na diferente postura da direita e da esquerda com relação ao poder. Para um delineamento deste novo critério, cf. nota 7.

7 Retomando o assunto em seu último livro, *Parole della politica*, Dino Cofrancesco, após ter-se referido explicitamente à minha tese ("seja atribuído ao mérito de Bobbio a tentativa de remeter a secular contraposição a um juízo de fato, pelo qual 'os homens são entre si tão iguais quanto desiguais'"), propõe um novo critério de distinção, sustentando que o fato do qual se deve partir é o *poder*, passível de ser considerado ora como princípio de coesão, ora como fonte de discriminação. A direita o entende do primeiro modo, a esquerda do segundo: "Os de esquerda são obsidiados pelo abuso do poder; os de direita, pela sua latência; os primeiros temem a oligarquia, origem de toda prepotência, os outros, a anarquia, fim de toda convivência civil" (p.17). A análise deste critério pode ser ainda enriquecida, segundo o autor, com a consideração das três formas clássicas de poder: político, econômico e cultural ou simbólico. Depois de ter ilustrado as vantagens do novo critério, considera provável que o grande conflito do futuro seja entre individualismo e holismo (p.18). Mais adiante retoma a mesma tese (p.61-3). De Cofrancesco, ver também, "Destra e sinistra. Due nemici invecchiati ma ancora in vita", in *Quindicinale Culturale di Conquiste del Lavoro*, 17-18 de abril de 1993.

8 Cf. E. Galeotti, "L'opposizione destra-sinistra. Riflessioni analiti-

O ponto de vista de que parte esta nova intérprete da distinção é o da análise ideológica, e mais uma vez o objetivo da análise é o de encontrar os conceitos mais compreensivos e exaustivos que permitam classificar com o máximo de simplificação, e ao mesmo tempo de completeza, as ideologias dominantes nos dois últimos séculos. Retornando em parte às conclusões de Laponce, os dois termos escolhidos são "hierarquia" para a direita e "igualdade" para a esquerda. Também neste caso a oposição não é a que se poderia esperar. Por que "hierarquia" e não "desigualdade"?

A autora está preocupada com o fato de que o uso do termo menos forte "desigualdade", em vez de o termo mais forte "hierarquia", desloque injustamente para a direita a ideologia liberal que, apesar de não acolher todas as idéias de igualdade que habitualmente caracterizam a esquerda, e podendo portanto ser vista sob certos aspectos como anti-igualitária, não pode ser confundida com as ideologias segundo as quais a desigualdade entre os homens é natural, intrínseca, ineliminável, e que por isso devem ser mais corretamente chamadas de "hierárquicas" e não de "inigualitárias". Seria como dizer que existe inigualitarismo e inigualitarismo: depende do gênero de desigualdades que um ou outro acolhem e rejeitam. As desigualdades sociais que o liberalismo tolera seriam qualitativamente diversas das desigualdades a que se refere o pensamento hierárquico. Uma sociedade liberal, na qual a liberdade de mercado gera desigualdades, não é uma sociedade rigidamente hierarquizada.

A distinção entre inigualitarismo liberal e inigualitarismo autoritário é clara, e foi bom que a autora a tivesse destacado. Porém, parece-me bem mais discutível que esta distinção tenha alguma coisa a ver com a distinção entre

che", in Vv. Aa., *La destra radicale*, organizado por F. Ferraresi, Milão: Feltrinelli, 1984, p.253-75. Cf. também E. Galeotti-F. Ferraresi, "Destra-Sinistra", in *Lessico della politica*, organizado por G. Zaccaria, Roma: Edizioni Lavoro, 1987, p.171-83.



direita e esquerda. Não tão discutível quanto opinável. Uma linguagem como a da política já é por si mesma pouco rigorosa, pois é em grande parte feita de palavras extraídas da linguagem comum. Mais do que pouco rigorosa do ponto de vista descritivo, é composta de palavras ambíguas, senão mesmo ambivalentes, no que se refere à conotação de valor. Pense-se por exemplo nas diversas cargas emotivas a que corresponde, seja em quem a pronuncia seja em quem a escuta, a palavra "comunismo", segundo apareça no contexto de um discurso de um comunista ou de um anticomunista. Em qualquer dissenso político, a opinião – entendida como a expressão de uma convicção, não importa se privada ou pública, individual ou de grupo – tem suas raízes em um estado de ânimo de simpatia ou de antipatia, de atração ou de aversão, no que diz respeito a uma pessoa ou a um evento: como tal, é ineliminável, insinua-se por toda parte e, se não é sempre percebida, é porque procura se esconder e permanece escondida às vezes até mesmo para quem a manifesta. Que se cometa uma injustiça com o liberalismo ao colocá-lo mais à direita do que à esquerda é uma opinião que deriva, em quem a exprime, de um uso axiologicamente positivo de "liberalismo" e ao mesmo tempo de um uso axiologicamente negativo de "direita".

O discurso sobre direita e esquerda que estou analisando nasceu no âmbito de uma pesquisa sobre a nova direita radical, realizada por estudiosos que têm por esta uma profunda (e, em minha opinião, bem justificada) aversão. Ao mesmo tempo, a autora nunca escondeu suas simpatias pelo pensamento liberal. Enquanto o contexto da investigação induz a que se acentuem os aspectos negativos da direita, a postura da investigadora considera o liberalismo uma ideologia positiva. Pode-se por isso suspeitar que o deslocamento do critério de distinção entre direita e esquerda do conceito de "desigualdade" para o conceito de "hierarquia" seja um estratagema, talvez inconsciente, para que não recaia sobre o liberalismo a condenação que se costuma fazer cair, em um determinado clima histórico, sobre a direita.

A respeito de opiniões não se discute. Pode-se apenas observar historicamente que desde quando surgiram os partidos socialistas na Europa as ideologias e os partidos liberais passaram a ser considerados, na linguagem comum, ideologias e partidos ou de direita (seria diferente o caso dos *liberals* americanos), como na Itália ou na França, ou de centro, como na Inglaterra ou na Alemanha. Por isso, fico tentado a concluir que se deve pôr em dúvida a oportunidade de substituir um critério de contraposição simples e claro como igualdade–desigualdade por um outro critério menos compreensivo e portanto menos convincente, como igualdade–hierarquia, unicamente para salvar de um juízo negativo a ideologia predileta. Este me parece um outro caso, interessante e bastante significativo, da combinação de uma postura analítica com uma postura ideológica, de que se falou no tópico precedente. Um caso que mostra, mais uma vez, posto que fosse necessário, a dificuldade intrínseca ao problema e as muitas razões que explicam o caráter fugidio da díade, sobre o qual já discorremos no capítulo 1.

Mais do que discutir uma opinião, talvez seja útil buscar compreender suas motivações. Já que a causa principal da correlação está, em meu modo de ver, no fato de se ter restringido o espaço da direita ao espaço da direita subversiva, o salvamento, se é que se pode falar assim, da ideologia liberal poderia ser obtido com um diverso estratagema, vale dizer, distinguindo uma direita subversiva de uma direita moderada, a que corresponderiam, de outra parte, uma esquerda moderada e uma esquerda subversiva. Esta solução teria a dupla vantagem de não forçar a linguagem comum e de não empregar um critério de distinção que me parece desequilibrado.

Elisabetta Galeotti enfrenta ainda um outro problema de grande interesse, a respeito do qual o escasso espírito analítico com que são habitualmente enfrentados os problemas políticos provocou muita confusão: o problema da "diferença". Diz-se que a descoberta do "diverso", tema por excelência dos movimentos feministas, teria posto em crise a dupla direita–esquerda. A autora observa corretamente que não é bem assim: a presença do diverso é compatível tanto com a ideologia de direita, como é natural, quanto com a ideologia de esquerda, já que o igualitarismo, ou seja, o nivelamento de toda diferença, é apenas o limite extremo, mais ideal que real, da esquerda. A igualdade de que fala a esquerda é quase sempre uma igualdade *secundum quid*, jamais uma igualdade absoluta.



É incrível a dificuldade para se fazer compreender que a descoberta de uma diversidade não tem qualquer relevância com respeito ao princípio de justiça, o qual, prescrevendo que os iguais devem ser tratados de modo igual e os desiguais de modo desigual, reconhece que ao lado dos que são considerados iguais existem os que são considerados desiguais ou diversos. Quanto à questão de saber quem são os iguais e quem são os desiguais, trata-se de um problema histórico, que não se resolve de uma vez para sempre, pois são mutáveis os critérios adotados para unir os diversos em uma categoria de iguais ou desunir os iguais em uma categoria de diversos. A descoberta do diverso é irrelevante no que diz respeito ao problema da justiça, desde que se demonstre que se trata de uma diversidade que justifica um tratamento diverso. A confusão é tanta que a maior revolução igualitária dos nossos tempos, a revolução feminina, com a qual nas sociedades mais avançadas as mulheres adquiriram direitos paritários em muitíssimos campos, a começar da esfera política até chegar à esfera familiar e terminar na esfera do trabalho, foi feita por movimentos em que as mulheres davam particular evidência, de modo fortemente polêmico, à diversidade.

A categoria do "diverso" não tem qualquer autonomia analítica com respeito ao tema da justiça: não só as mulheres são diversas dos homens, como cada mulher e cada homem são diversos uns dos outros. A diversidade torna-se relevante quando está na base de uma discriminação injusta. Porém, que a discriminação seja injusta não depende da diversidade, mas do reconhecimento de que inexistem boas razões para um tratamento desigual.

3 As várias reflexões históricas e críticas que Marco Revelli faz sobre direita–esquerda também nascem, como as de Elisabetta Galeotti, do debate sobre a "nova direita".[9] A amplitude do horizonte histórico explorado por Revelli e a vastidão de suas elaborações sobre o assunto não têm precedentes. Como já pude dizer várias vezes, uma das razões da crise da díade está na refutação a ela feita pelos restauradores de uma direita que mergulhara em dificuldades após a derrocada do fascismo. Na realidade, o nascimento de uma nova direita era por si mesmo uma confirmação da velha díade: o termo "direita" designa a parte de uma dupla que tem como contraparte o termo "esquerda". Como já repeti muitas vezes, não há direita sem esquerda e vice-versa.

Revelli[10] também se pergunta sobre as diversas argumentações que foram adotadas para negar a distinção: argu-

9 Reconheço que dos autores que se ocuparam da díade, Revelli é o que, em minha opinião, explorou melhor do que qualquer outro a vasta literatura sobre o tema e examinou os argumentos pró e contra. É também o estudioso de cujas reflexões e pesquisas extraí os maiores estímulos, graças à colaboração que pudemos manter nos seminários desenvolvidos nestes últimos anos no Centro de Estudos Piero Gobetti, em Turim. Os escritos de Revelli sobre o assunto são dois, ambos inéditos: o primeiro, *Destra e sinistra: l'identità introvabile*, manuscrito de 65 páginas que, embora mais curto, é o mais completo; o segundo, de idêntico título, *Destra e sinistra. L'identità introvabile*, edição provisória. Turim. 1990. 141 páginas. bem mais amplo do que o precedente na parte histórica e crítica mas despojado da parte reconstrutiva. Minha exposição das teses de Revelli baseia-se essencialmente no primeiro texto, com algumas referências ao segundo texto nas duas notas seguintes. Espero que os dois textos sejam publicados o quanto antes.

10 No segundo texto de Revelli (cf. nota precedente), as razões da dissolução da díade são assim apresentadas: razões históricas, ou seja, a várias vezes declarada crise das ideologias; o fenômeno de derivação schmittiana da despoliticização e a superação do pensamento antinômico (Starobinski); o argumento oposto, "catastrófico", da politicização integral ou da radicalização do conflito; uma razão espacial, segundo a qual teria ocorrido a passagem da dimensão axial-linear à dimensão esférica do espaço político (Cacciari), onde não é mais



mentações históricas, políticas, conceituais e assim por diante. Convencido da complexidade do problema, examina os diversos pontos de vista dos quais a distinção pode ser observada e distingue oportunamente os diversos critérios com base nos quais pode ela ser sustentada, critérios que foram historicamente adotados.[11] Seu vasto conhecimento a respeito das complexas vicissitudes do debate o leva a examinar o problema sob todos os aspectos até aqui considerados e a propor uma completa fenomenologia dele. No que diz respeito à natureza da distinção, que é problema preliminar, sobre o qual os precedentes autores também expressaram sua opinião, Revelli insiste em um ponto que merece um comentário.

"Direita" e "esquerda" não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do "espaço político". Representam uma determinada topologia política, que nada tem a ver com a ontologia política: "Não se é de direita ou de esquerda no mesmo sentido em que se diz que se é 'comunista', 'liberal'

possível a distinção entre direita e esquerda, que se teriam tornado relativas e intercambiáveis; uma razão temporal, consistente na sempre mais segura aceleração do tempo (Jünger e Koselleck); o argumento organicista, segundo o qual, dada a natureza orgânica da sociedade, esta não toleraria fraturas explícitas nem contraposições estáveis. No final, estes seis argumentos são resolvidos em dois pólos temáticos: de um lado, a crise de identidade das tradicionais famílias políticas; de outro, a idéia organicista e totalizante da ordem social, na qual nenhuma distinção é mais possível.

11 No segundo texto de Revelli (cf. nota 9), também deste ponto de vista mais completo, são enumerados e examinados os seguintes critérios: temporal, segundo o qual a distinção entre direita e esquerda remete-se à contradição entre estabilidade e mudança; espacial, ao qual se refere a distinção entre princípio igualitário e princípio hierárquico; o critério decisionista, segundo o qual a autodireção e a autonomia se contrapõem à heteronomia; o critério sociológico, que remete à contraposição entre elites no poder e classes subalternas; o critério gnoseológico, no qual se inspiraria a contraposição entre *logos* e *mythos*.

ou 'católico'."[12] Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. Podem designar diversos conteúdos conforme os tempos e as situações. Revelli exemplifica com a passagem que a esquerda oitocentista fez do movimento liberal para o movimento democrático, e deste para o movimento socialista. Aquilo que é de esquerda assim o é com respeito àquilo que é de direita. O fato de direita e esquerda representarem uma oposição quer simplesmente dizer que não se pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. Mas não diz nada sobre o conteúdo das duas partes contrapostas. A oposição permanece, mesmo que os conteúdos dos dois opostos possam mudar.

Neste ponto pode-se também observar que esquerda e direita são termos que a linguagem política passou a adotar no decorrer do século XIX, e preserva até hoje, para representar o universo conflituoso da política. Mas este mesmo universo pode ser representado, e foi de fato representado em outros tempos, por outras duplas de opostos, algumas das quais têm um valor descritivo forte, como "progressistas" e "conservadores", outras têm um valor descritivo fraco, como "brancos" e "negros". A dupla brancos–negros indica apenas uma polaridade, isto é, significa apenas que não se pode ser ao mesmo tempo branco e negro, mas não esclarece absolutamente nada sobre as orientações políticas de um e de outro. A relatividade dos dois conceitos também se demonstra pela observação de que o caráter indeterminado dos conteúdos, e portanto a sua possível mobilidade, faz que uma certa esquerda, ao se deslocar para o centro, possa se tornar uma direita com respeito a uma esquerda que permaneceu imóvel, e, simetricamente, uma certa direita que se desloca para o centro torna-se uma esquerda com respeito a uma direita que não se movimentou. Na ciência política é bastante conhecido o fenômeno do "esquerdismo" [*"sinistrismo"*], tanto quanto o fenômeno simétrico do "direitismo"

12 Revelli, *Destra e sinistra*, datilogr., op. cit., p.30.



[*"destrismo"*], segundo os quais a tendência ao deslocamento para as posições extremas tem por efeito, em circunstâncias de particular tensão social, a formação de uma esquerda mais radical à esquerda da esquerda oficial, e de uma direita mais radical à direita da direita oficial: o extremismo de esquerda desloca a esquerda mais para a direita, assim como o extremismo de direita desloca a direita mais para a esquerda.

A insistência, de resto bem justificada, na imagem espacial do universo político que o uso metafórico de "direita" e "esquerda" faz nascer, exige uma nova observação: quando se diz que os dois termos da dupla constituem uma antítese, vêm-nos à mente a imagem de uma medalha e seu reverso, sem que seja prejudicada a colocação da direita na frente e da esquerda no reverso, ou vice-versa. As expressões familiares que são usadas para representar esta colocação são "de cá" e "de lá", "de uma parte" e "de outra", "por um lado" e "por outro". Os exemplos anteriormente mencionados de deslocamento da esquerda para a direita ou vice-versa, ao contrário, colocam a direita e a esquerda não uma contra a outra, mas uma após a outra em uma linha contínua, que permite passar gradualmente de uma a outra. A única imagem que não aceita a díade é a da esfera, como observa Revelli, ou a do círculo: de fato, se se desenha o círculo da esquerda para a direita, todo ponto está à direita do ponto seguinte e à esquerda do ponto precedente; e inversamente, se se desenha o círculo da direita para a esquerda. A diferença entre a metáfora da medalha e a metáfora do círculo é que a primeira configura o universo político como dividido em dois, ou dual, e a segunda consente uma imagem plural, feita de vários segmentos alinhados sobre uma mesma linha. Revelli observa corretamente que um sujeito que ocupasse todo o espaço político eliminaria qualquer distinção entre direita e esquerda: é o que ocorre de fato em um regime totalitário, no interior do qual não é possível nenhuma divisão. Se for o caso, pode ser considerado de direita ou de esquerda quando confrontado com outro regime totalitário.

Uma vez estabelecido e admitido que direita e esquerda são dois conceitos espaciais, não são conceitos ontológicos,

não têm um conteúdo determinado, específico e constante no tempo, deve-se concluir que são caixas vazias passíveis de serem preenchidas com qualquer mercadoria ?

Examinando as interpretações precedentes, não podemos deixar de constatar que, não obstante a diversidade de pontos de partida e de metodologias usadas, há um certo ar familiar entre elas, tanto que muitas vezes parecem ser variações de um único tema. O tema que retorna em todas as variações é o da contraposição entre visão horizontal ou igualitária da sociedade e visão vertical ou inigualitária. Destes dois termos, o primeiro foi o que manteve valor mais constante. Poder-se-ia quase dizer que a dupla gira em torno do conceito de esquerda e que as variações deste conceito derivam sobretudo das diversas possíveis contraposições ao princípio da igualdade, entendido ora como princípio inigualitário ora como princípio hierárquico ou autoritário. O próprio Revelli, após ter proposto cinco critérios de distinção entre direita e esquerda – com base no tempo (progresso – conservação), com respeito ao espaço (igualdade–desigualdade), com respeito aos sujeitos (autodireção–heterodireção), com respeito à função (classes inferiores–classes superiores) e com respeito ao modelo de conhecimento (racionalismo–irracionalismo) – e após ter observado que a convergência destes elementos só se manifestou raramente, parece ao final atribuir um posto de particular relevo ao critério da igualdade–desigualdade, como sendo sob certos aspectos "fundador dos outros", que se tornariam, deste modo, "fundados". Como princípio fundador, a igualdade é o único critério que resiste à usura do tempo, à dissolução a que estiveram sujeitos os outros critérios, tanto que, como já se disse muitas vezes, a própria distinção entre direita e esquerda acabou por ser posta em questão. Somente assim seria possível uma "refundação" da díade, quer dizer, uma "reorganização" dos critérios derivados "do valor fixo da igualdade" ou do "caráter crucial da igualdade como valor".

# 6

## Igualdade e Desigualdade

1 Das reflexões feitas até aqui, das quais considero não ser possível excluir ao menos a atualidade, bem como da consulta a jornais e revistas realizada ao longo dos últimos anos, resulta que o critério mais freqüentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar.[1] Com base no

1 Esta idéia é amplamente aceita, inclusive por pessoas que pertencem a alinhamentos opostos. Em um recente "Dialoghetto sulla 'sinisteritas'", de Massimo Cacciari, diálogo que se desenvolve entre Tiquiades, o interlocutor, e Filipoli, que exprime as idéias do autor, o primeiro pergunta o que é que poderia convencer as camadas possuidoras a aceitarem políticas redistributivas, e Filipoli dá a seguinte resposta: "A existência de condições de base para a igualdade, e portanto de políticas de defesa das camadas menos protegidas, mais fracas, vale para mim como componente essencial da qualidade de vida." Em seguida, esclarece: "A igualdade é componente da qualidade de vida, assim como uma certa renda, um certo ambiente, certos serviços ... É a igualdade que *torna possível* a diversidade, que torna possível a cada um valer como pessoa – mas não, é evidente, aquela abstrata e totalitária idéia de igualdade que significa a eliminação dos não-iguais." (*MicroMega*, p.15, 1993). Em uma entrevista concedida ao *L'Unità*, 27 de abril de 1993, em que prenuncia a Aliança

espírito analítico com que conduzi a investigação, prescindo completamente de qualquer juízo de valor — tal como o de saber se a igualdade é preferível à desigualdade —, até mesmo porque estes conceitos tão abstratos podem ser interpretados, e têm sido interpretados, de muitas maneiras e sua maior ou menor preferibilidade depende do modo como são interpretados. O conceito de igualdade é relativo, não absoluto. É relativo ao menos a três variáveis que precisam ser consideradas toda vez que se introduz o discurso sobre a maior ou menor desejabilidade, e/ou sobre a maior ou menor realizabilidade, da idéia de igualdade: a) os sujeitos entre os quais se trata de repartir os bens e os ônus; b) os bens e os ônus a serem repartidos; c) o critério com base no qual os repartir.

de direita, Domenico Fisichella, após ter declarado que "Bobbio tem razão, não podemos deixar cair a distinção entre direita e esquerda", embora admitindo que "historicamente certos motivos culturais migraram de uma parte a outra", responde do seguinte modo à pergunta destinada a saber se existem elementos distintivos constantes entre direita e esquerda: "Claro. Constantes que definem uma antropologia de direita existem. Enquanto a esquerda está fundada sobre a idéia de igualdade, a direita apóia-se sobre a idéia do não igualitarismo." Em uma intervenção publicada em *L'Unità*, 26 de novembro de 1992, Ernst Nolte, que certamente não pode ser incluído entre os historiadores de esquerda, fala da esquerda igualitária como de "uma esquerda eterna", que rivaliza conforme os tempos e as circunstâncias históricas com a esquerda liberal. A esta esquerda eterna apresenta-se agora a grande tarefa de lutar contra todas as divisões raciais "em favor de uma mescla de todas as raças e de todos os povos". Em uma entrevista precedente também concedida ao *L'Unità*, 11 de julho de 1992, o mesmo Nolte havia declarado que a esquerda continua a exprimir as demandas da igualdade, mas deveria reduzir as próprias pretensões, entre as quais a de promover a integração, de um dia para o outro, de milhões de imigrados à Europa. Mas quando é que a esquerda apresentou uma proposta deste gênero? Ainda em *L'Unità*, 28 de novembro de 1993, em uma entrevista concedida a Giancarlo Bosetti, Giovanni Sartori, porém, respondendo a Nolte, nega que a idéia de igualdade possa caracterizar a esquerda, pois desde os gregos caracteriza a democracia.



Em outras palavras, nenhum projeto de repartição pode deixar de responder a estas três perguntas: "Igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?"[2]

Combinando estas três variáveis, pode-se obter, como é fácil imaginar, uma variedade enorme de tipos de repartição, todos passíveis de serem chamados de igualitários apesar de serem muito diversos entre si. Os sujeitos podem ser todos, muitos ou poucos, até mesmo um só; os bens a serem distribuídos podem ser direitos, vantagens ou facilidades econômicas, posições de poder; os critérios podem ser a necessidade, o mérito, a capacidade, a posição (*rango*), o esforço, e outros mais; e no limite a ausência de qualquer critério, que caracteriza o princípio maximamente igualitário, que proponho chamar de "igualitarista": "A todos a mesma coisa."[3]

2 Detive-me mais amplamente sobre estes temas no verbete "Igualdade", composto para a *Enciclopedia del Novecento*, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, Roma, v.II, p.355-65, do qual reproduzo aqui o sumário: 1. Igualdade e liberdade; 2. Igualdade e justiça; 3. As situações de justiça; 4. Os critérios de justiça; 5. A regra de justiça; 6. A igualdade de todos; 7. A igualdade diante da lei; 8. A igualdade jurídica; 9. A igualdade de oportunidades; 10. A igualdade de fato; 11. O igualitarismo; 12. O igualitarismo e o seu fundamento; 13. Igualitarismo e liberalismo; 14. O ideal da igualdade; Bibliografia.

3 Em *Inequality reexamined* (Oxford University Press, 1991), que cito da tradução italiana publicada com o título *La diseguaglianza. Un esame critico*, Bolonha: Il Mulino, 1992, Amartya Sen, partindo da dupla constatação, de um lado, da diversidade dos homens (que chama de "penetrante") e, de outro, da multiplicidade de modos com que se pode responder à pergunta "igualdade em quê?" (*equality of what?*), afirma que não existem teorias completamente inigualitárias, pois todas propõem a igualdade em alguma coisa como meio que conduz a uma boa vida. O juízo e a mensuração da igualdade dependem da escolha da variável — renda, riqueza, felicidade etc. —, que conforme as circunstâncias é selecionada pelas diversas teorias. Chama esta variável de "focal". A igualdade baseada em uma variável obviamente não coincide com a igualdade baseada em outra. Uma teoria que se apresenta como inigualitária também acaba por

Nenhum destes critérios tem valor exclusivo. Existem situações em que podem se ajustar um ao outro. Mas não se pode ignorar que existem situações em que um deve ser aplicado com base na exclusão de qualquer outro. Na sociedade familiar, por exemplo, o critério prevalente na distribuição dos recursos é mais a necessidade do que o mérito, mas o mérito não está excluído, assim como não está excluído, nas famílias ordenadas autoritariamente, o critério da posição (*rango*). Na fase final da sociedade comunista, de acordo com Marx, deveria valer o princípio "A cada um segundo suas necessidades", baseado na idéia de que as necessidades consistem naquilo em que os homens são naturalmente mais iguais. Na escola, que não pode deixar de ter uma finalidade seletiva, o critério do mérito é exclusivo; do mesmo modo nos concursos para um emprego qualquer, não importa se público ou privado. Em uma sociedade por ações, os dividendos são atribuídos com base nas cotas de propriedade possuídas por cada acionista, assim como na sociedade política os assentos parlamentares são atribuídos com base nos votos obtidos pelas forças políticas, embora mediante cálculos que variam segundo a lei eleitoral adotada. O critério da posição (*rango*) é adotado para definir os lugares em uma cerimônia ou em um banquete oficial. Às vezes o critério da idade prevalece sobre o da posição ou é adotado na escolha entre dois concorrentes com igual mérito. A máxima "a cada um o seu" é em si mesma vazia e deve ser preenchida especificando não apenas a quais sujeitos está referida e qual o bem a ser distribuído, mas

ser igualitária, embora com base em um outro ponto focal. A igualdade em um espaço pode coexistir de fato com a desigualdade em outro (p.39-40). Destas observações, pode-se concluir que é tão irrealista afirmar que todos os homens devem ser iguais quanto todos os homens devem ser desiguais. Realista é apenas afirmar que alguma forma de igualdade é desejável: "É difícil imaginar uma teoria ética que tenha um certo grau de plausibilidade social sem prescrever uma consideração igual para todos em alguma coisa" (p.18).



também qual é o critério exclusivo ou prevalente que, com relação àqueles sujeitos e àquele bem, deve ser aplicado.[4]

Segundo a maior ou menor extensão dos sujeitos interessados, a maior ou menor quantidade e valor dos bens a distribuir, e com base no critério adotado para distribuir tais bens a um certo grupo de pessoas, podem ser distinguidas doutrinas mais ou menos igualitárias.

Com respeito aos sujeitos, o sufrágio universal masculino e feminino é mais igualitário do que o sufrágio universal apenas masculino; o sufrágio universal masculino é mais igualitário do que o sufrágio masculino limitado aos possuidores ou aos não-analfabetos. Com respeito aos bens, a democracia social que estende a todos os cidadãos, além dos direitos de liberdade, também os direitos sociais, é mais igualitária do que a democracia liberal. Com respeito ao critério, a máxima "a cada um segundo suas necessidades" é, como já se disse, mais igualitária do que a máxima "a cada um segundo sua posição", que caracteriza o Estado de estamentos ao qual se contrapôs o Estado liberal.

2 Tais premissas são importantes e necessárias, pois, quando se diz que a esquerda é igualitária e a direita inigualitária não se quer realmente dizer que para ser de

4 Sobre este tema, remeto aos estudos, por mim sempre apreciados – apesar de menos citados de uns anos para cá, em virtude da prevalência crescente, a partir de John Rawls, da literatura anglo-saxã sobre o assunto –, de Charles Perelman, a começar de *De la justice*, Bruxelas: Institut de Sociologie Solvay, 1945, que apresentei e comentei em "Sulla nozione di giustizia", in *Archivio Giuridico*, n.CXLII, p.16-33, 1952, e depois traduzido e publicado com um prefácio meu (*La giustizia*, Turim: Giappichelli, 1959). Ver também outros escritos de Perelman sobre a justiça, in *Justice et raison*, Bruxelas: Presses Universitaires de Bruxelles, 1963. Mais recentemente, o tema foi reconsiderado, renovado e explorado em todos os aspectos no excelente livro de M. Walzer, *Spheres of justice. A defense of Pluralism and Equality*, Nova York: Basic Books, 1983 (trad. it. Feltrinelli, 1987).

esquerda é preciso proclamar o princípio de que todos os homens devem ser iguais em tudo, independentemente de qualquer critério discriminador, porque esta seria não só uma visão utópica – para a qual, é preciso reconhecer, se inclina mais à esquerda do que à direita, ou talvez apenas à esquerda – mas, pior do que isso, uma pura declaração de intenções à qual não parece ser possível dar um sentido razoável. Em outras palavras, afirmar que a esquerda é igualitária não quer dizer que ela também é igualitarista. A distinção deve ser destacada porque, com muita freqüência, como ocorreu com todos os que consideraram a igualdade como característica distintiva da esquerda, se dá de acusar os igualitários de igualitaristas, em decorrência de um insuficiente conhecimento do "abc" da teoria da igualdade.

Uma coisa é a doutrina igualitária ou um movimento nela inspirado, que tendem a reduzir as desigualdades sociais e a tornar menos penosas as desigualdades naturais; outra coisa é o igualitarismo, quando entendido como "igualdade de todos em tudo". Já me ocorreu certa vez de citar uma passagem do *Demônios* de Dostoievski – "Sigalev é um homem genial, um gênio do tipo de Fourier, mas mais audacioso do que Fourier, mais forte do que Fourier. Ele inventou a igualdade" – e de comentá-la observando que, sendo a sociedade ideal sonhada por aquele personagem a realização do princípio "apenas o necessário é necessário", ele teria inventado não a igualdade, que é um conceito em si mesmo vazio e passível de ser preenchido pelos mais diversos conteúdos, mas uma aplicação especial da idéia de igualdade, ou seja, o igualitarismo.[5] Certo, o igualitarismo tem a ver com a igualdade. Mas qual é a doutrina política que não tem a ver, em maior ou menor medida, com a igualdade?

Em sua formulação mais radical, a igualdade é o traço comum das cidades ideais dos utopistas, assim como uma

5 N. Bobbio, "Eguaglianza ed egualitarismo", in *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*, n.LIII, p.321-30, 1976.



feroz desigualdade é o sinal admoestador e premonitório das utopias ao contrário, ou "distopias" ("todos os homens são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros").[6] Igualitarista é tanto a proposição que deu origem às utopias, como a de Thomas Morus, para o qual "até quando ela [a propriedade] perdurar, pesará sempre sobre a maior e melhor parte da humanidade o fardo angustiante e inevitável da pobreza e da desventura", quanto a proposição de Campanella, cuja Cidade do Sol é habitada por filósofos "que decidiram viver de modo filosófico em comum". Inspira tanto as visões milenaristas das seitas heréticas que lutam pelo advento do reino de Deus, quanto as revoltas camponesas dirigidas por Thomas Münzer, que, segundo Melantone, ao pregar que todos os bens tornar-se-iam comuns, "tornou a multidão tão malvada a ponto de não ter mais vontade de trabalhar". Acende de paixão revolucionária as invectivas de Winstan-

6 Embora refutando todas as formas de abdicação ao realismo dos céticos, Thomas Nagel investe contra o utopismo igualitário no volume *I paradossi dell'eguaglianza*, Milão: Il Saggiatore, 1993 (ed. orig. *Equality and Partiality*, Oxford: Oxford University Press, 1991). A obra de Nagel, inspirada em uma "sã insatisfação com o mundo iníquo em que vivemos", busca uma solução para o problema da justiça em uma equilibrada adaptação do ponto de vista individual, ineliminável, ao ponto de vista impessoal. A propósito do utopismo, sustenta que este sacrifica o primeiro ao segundo e o considera perigoso, pois "exerce uma pressão excessiva sobre as motivações individuais" (p.34). É preciso, porém, observar que também nas teorias dos utopistas o princípio "igualdade de todos em tudo" deve ser sempre acolhido com a mais ampla cautela. Até a igualdade proposta pelo discípulo de Babeuf, Filippo Buonarroti, na *Conspiração dos Iguais*, um dos textos em que o igualitarismo é mais exaltado, a igualdade (a "santa igualdade", como é chamada) é prevista especificamente com respeito ao poder e à riqueza, entendendo-se por igualdade de poder a submissão de todos às leis emanadas de todos (aqui a inspiração de Rousseau é evidente) e por igualdade de riqueza a possibilidade de que todos tenham o bastante e ninguém tenha demais (outro princípio rousseauniano). Quanto à resposta dada à pergunta "igualdade entre quem?", do "todos" são até mesmo excluídas as mulheres.

ley, que declarava ser o governo do rei "o governo dos escribas e dos fariseus que não se consideram livres se não são proprietários da terra e de seus irmãos", e ao qual era contraposto o governo dos republicanos como "o governo da justiça e da paz que não faz distinção entre pessoas". Constitui o nervo do pensamento dos socialistas utópicos, do *Códice da Natureza,* de Morelly, à sociedade da "grande harmonia", de Fourier. Chega até a Babeuf, que declara: "Somos todos iguais, não é verdade? Este princípio é incontestável porque, a menos que atingido pela loucura, não se poderia dizer que é noite quando é dia. Pois bem, pretendemos também viver e morrer tão iguais como nascemos: queremos a igualdade efetiva ou a morte." Enquanto Babeuf considera "loucos" ["*folle*"] os que refutam o igualitarismo extremo, aqueles que raciocinam com base no senso comum afirmaram mil vezes no curso da história que loucos são os igualitários ilimitados que sustentam doutrinas tão horríveis teoricamente quanto (por sorte) irrealizáveis praticamente. Todavia, a persistência do ideal utópico na história da humanidade – podemos esquecer que também Marx almejava e prognosticava a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade? – é uma prova irrefutável do fascínio que o ideal da igualdade, além dos ideais da liberdade, da paz e do bem-estar (o "país da abundância"[7]), exerce sobre os homens de todos os tempos e de todas as regiões.

3 As desigualdades naturais existem e se algumas delas podem ser corrigidas, a maior parte não pode ser eliminada. As desigualdades sociais também existem e se algumas delas podem ser corrigidas e mesmo eliminadas, muitas – sobretudo aquelas pelas quais os próprios indivíduos são responsáveis – podem ser apenas desencorajadas. Embora reconhecendo a dificuldade de distinguir as ações pelas quais um indivíduo pode ser responsabilizado, como sabe qualquer juiz encarregado de decidir se tal ou qual indivíduo deve ser considerado culpado ou inocente, é preciso no entanto admitir que o *status* de uma desigualdade natural ou de uma desigualdade social derivada do nascimento em uma família e não em outra, em uma região do mundo e não em outra, é diferente do *status* de uma desigualdade que depende de capacidades diversas, da diversidade dos fins a serem alcançados, da diferença de empenho empreendido para alcançá-los. E a diversidade do *status* não pode deixar de ter uma influência sobre o tratamento dado a uns e a outros por parte dos poderes públicos.

7 No original, "*il paese di cuccagna*": lugar fabuloso imaginado como espaço de plena realização das possibilidades de comer, beber e se divertir à vontade, quase como sinônimo de vida alegre e sem dificuldades. (N. T.)



Disso decorre que quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária.

Considero que esta diversa postura perante a igualdade e, respectivamente, perante a desigualdade tem suas raízes e portanto a possibilidade de explicação em um dado de fato, compreensível por quem quer que seja, dificilmente contestável, mesmo que igualmente difícil de ser verificado. Refiro-me não a este ou àquele critério de repartição, não à aplicação de um ou outro critério a este ou àquele grupo de pessoas, não à preferência pela repartição de certos bens e não de outros. Penso, ao contrário, em uma postura geral essencialmente emotiva, mas passível de ser racionalizada, ou em uma predisposição – cujas raízes podem ser, conjuntamente, familiares, sociais, culturais – irredutivelmente alternativa a outra postura ou a outra predisposição igualmente geral e também emotivamente inspirada.

O dado de fato que considero o ponto de partida de meu raciocínio é o seguinte.[8] Os homens são entre si tão iguais

8 Retomo aqui, em parte, a comunicação apresentada no seminário

quanto desiguais. São iguais por certos aspectos e desiguais por outros. Dando um exemplo bastante óbvio: são iguais diante da morte porque todos são mortais, mas são desiguais diante do modo de morrer porque cada um morre de modo particular, diferente de todos os demais. Todos falam, mas existem milhares de línguas diversas. Nem todos, mas milhões e milhões de indivíduos mantêm uma relação com um além ignorado, mas cada um adora seu próprio Deus ou seus próprios deuses.

Pode-se dar conta deste indiscutível dado de fato estabelecendo que os homens são iguais se considerados como *genus* [gênero] e confrontados com um *genus* diverso, como o dos outros animais e demais seres vivos, dos quais se diferenciam por algumas características específicas e particularmente relevantes, como a que por longa tradição permitiu definir o homem como *animal rationale*. São desiguais entre si se considerados *uti singuli*, isto é, tomados um por um. Entre os homens, tanto a igualdade quanto a desigualdade são fatualmente verdadeiras, pois são confirmadas por provas empíricas irrefutáveis. A aparente contraditoriedade das duas proposições – "os homens são iguais" e "os homens são desiguais" – depende unicamente do fato de que, ao observá-los, ao julgá-los e ao extrair disso conseqüências práticas, se enfatize mais o que têm em comum ou mais o que os distingue. Por isso, podem ser corretamente chamados de igualitários aqueles que, embora não ignorando que os homens são tão iguais quanto desiguais, apreciam de modo especial e consideram mais importante para a boa convivência aquilo que os une; podem ser chamados de inigualitários, ao contrário, aqueles que, partindo do mesmo juízo de fato, apreciam e consideram mais importante, para fundar uma boa convivência, a diversidade.[9]

"Nuova destra e cultura reazionaria negli anni Ottanta", Cuneo, 19-21 de novembro de 1982, intitulada "Per una definizione della destra reazionaria", depois inserida nos anais do seminário, publicados por *Notiziario dell'Istituto Storico della Resistenza di Cuneo e Provincia*, n.23, p.19-32, junho de 1983.



Trata-se de um contraste entre opções últimas, das quais temos dificuldade de saber qual é a origem profunda. Mas é precisamente o contraste entre estas opções últimas que, em minha opinião, consegue melhor do que qualquer outro critério salientar os dois opostos alinhamentos que nos habituamos, por longa tradição, a chamar de esquerda e direita. De um lado, estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais, de outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais.

Este contraste entre opções últimas é acompanhado por uma diversa avaliação da relação entre igualdade–desigualdade natural e igualdade–desigualdade social. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, ineliminávies. O movimento feminista foi um movimento igualitário. A força do movimento dependeu do fato de que um de seus temas preferidos sempre foi, independentemente da veracidade fatual, o reconhecimento de que as desigualdades entre homem e mulher, embora tendo raízes na natureza, são o produto de costumes, leis, imposições do mais forte sobre o mais fraco, e são socialmente modificáveis. Manifesta-se neste novo contraste o chamado "artificialismo", que é considerado uma das características da esquerda. A direita está mais

9 O relevo dado ao que une todos os homens é um velho argumento dos igualitários. Para contestar as idéias dos oligarcas, o sofista Antifonte afirma: "por natureza somos absolutamente iguais, gregos ou bárbaros. Basta observar as necessidades naturais de todos os homens ... Nenhum de nós pode ser definido nem como bárbaro nem como grego. Na verdade, todos respiramos o ar com a boca e o nariz". Citado por L. Canfora, "Studi sull'Athenaion Politeia pseudo-senofontea", in *Memorie dell'Accademia delle Scienze di Torino*, s. V, IV (1980), Classe di scienze naturali, storiche e filosofiche, p.44.

disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado. O artificialismo da esquerda não cede sequer diante das flagrantes desigualdades naturais, as que não podem ser atribuídas à sociedade: pense-se na idéia de libertar os loucos [*matti*] dos manicômios. Ao lado da natureza madrasta está a sociedade madrasta. E a esquerda está geralmente propensa a considerar que o homem é capaz de corrigir tanto uma quanto a outra.

4 Este contraste, no que diz respeito à diversa avaliação [*valutazione*] das igualdades naturais e das igualdades sociais pode ser exemplarmente documentado com a referência a dois autores passíveis de serem elevados à condição de representantes, respectivamente, do ideal igualitário e do ideal inigualitário: Rousseau e Nietzsche, o anti-Rousseau.

O contraste entre Rousseau e Nietzsche pode ser bem ilustrado precisamente pela diversa postura que um e outro assumem perante a naturalidade e a artificialidade da igualdade e da desigualdade. No *Discurso sobre a origem da desigualdade*, Rousseau parte da consideração de que os homens nascem iguais, mas são tornados desiguais pela sociedade civil, isto é, pela sociedade que se superpõe lentamente ao estado de natureza pelo desenvolvimento das artes. Nietzsche, ao contrário, parte do pressuposto de que os homens são por natureza desiguais (e para ele é um bem que o sejam, pois, entre outras coisas, uma sociedade como a grega, precisamente em razão de estar fundada sobre a escravidão e ter seus escravos, era uma sociedade evoluída) e apenas a sociedade, com sua moral gregária, com sua religião da compaixão e da resignação, pode fazer que se tornem iguais. A mesma corrupção que, para Rousseau, gerou a desigualdade, gerou para Nietzsche a igualdade. Onde Rousseau vê desigualdades artificiais, a serem condenadas e abolidas por contrastarem a fundamental igualdade da natureza, Nietzsche vê uma igualdade artificial, a ser execrada na medida em que tende a eliminar a benéfica desigualdade que a natureza



desejou que reinasse entre os homens. A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social. Basta-nos esta citação: a igualdade natural "é um gracioso expediente mental com que se mascara, mais uma vez, à guisa de um segundo e mais sutil ateísmo, a hostilidade das plebes a tudo o que é privilegiado e soberano".[10]

5 A tese aqui apresentada, segundo a qual a distinção entre esquerda e direita refere-se ao diverso juízo positivo ou negativo sobre o ideal da igualdade, e isto deriva em última instância da diferença de percepção e de avaliação daquilo que torna os homens iguais ou desiguais, coloca-se em um nível tão elevado de abstração que serve no máximo para distinguir dois tipos-ideais.

Descendo mais um degrau, a diferença entre os dois tipos-ideais resolve-se concretamente no contraste de avaliação sobre o que é considerado relevante para justificar uma discriminação. A regra áurea da justiça, "Tratar os iguais de modo igual e os desiguais de modo desigual", exige, para não ser uma pura fórmula vazia, que se responda à seguinte pergunta: "Quem são os iguais, quem são os desiguais?" A disputa entre igualitários e inigualitários define-se, de uma parte e de outra, na apresentação de argumentos pró e contra para sustentar que certos traços característicos dos indivíduos pertencentes ao universo considerado justificam ou não justificam um tratamento igual. O direito de voto às mulheres não foi reconhecido enquanto se aceitou que entre homens e mulheres existissem diferenças – tais como a maior passionalidade, a ausência de um interesse específico em participar da vida política, a dependência do homem etc. – passíveis de justificarem uma diferença de tratamento com respeito à atribuição dos di-

10 F. Nietzsche, *Al di là del bene e del male*, in *Opere complete*, org. G. Colli e M. Montinari, Milão: Adelphi, 1968, v.VI, tomo II, p.27.

reitos políticos. Para dar outro exemplo de grande atualidade: em uma época de crescente fluxo imigratório de países pobres para países ricos, e portanto de encontros e desencontros entre pessoas diferenciadas por costumes, língua, religião, cultura, o contraste entre igualitários e inigualitários mostra-se no maior ou menor relevo que se dá a estas diferenças para justificar uma maior ou menor igualdade de tratamento. Também neste caso, como em muitos outros, a maior ou menor discriminação está fundada sobre o maior ou menor relevo que se dá a traços característicos do diverso, que para alguns não justificam e para outros justificam uma diversidade de tratamento. Supérfluo acrescentar que este contraste em uma situação específica tem suas raízes na contrastante tendência, antes ilustrada, a apreender mais aquilo que une do que aquilo que divide os homens. Igualitário é quem tende a atenuar as diferenças, inigualitário quem tende a acentuá-las.

Uma formulação exemplar do princípio da relevância é o Artigo 3 da Constituição Italiana. Este artigo é uma espécie de síntese dos resultados a que chegaram lutas seculares inspiradas no ideal da igualdade, resultados obtidos com eliminação gradual de discriminações fundadas sobre diferenças consideradas relevantes e que pouco a pouco foram caindo por razões históricas múltiplas: resultados de que doutrinas e movimentos igualitários se consideram intérpretes e promotores.[11]

11 O mencionado artigo estabelece: "Todos os cidadãos têm paridade social e são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, língua, religião, opiniões políticas, condições pessoais e sociais." As categorias aqui elencadas são as que a nossa Constituição considera irrelevantes como critério de divisão entre os seres humanos e representam bem as etapas que a história humana percorreu no processo de igualamento. Não está dito que estas sejam as únicas. Em um artigo publicado há alguns anos, mencionei estes dois casos: discriminações ainda não previstas e que poderão se tornar relevantes no futuro próximo, e discriminações que continuam a ser relevantes. Com relação ao primeiro caso, levantava a hipótese fantástica de que um cientista (tudo é possível) considere ter demonstrado, por exemplo, que os extrovertidos sejam superiores por natureza aos introvertidos, e que um grupo político (também isto é possível) proponha que os extrovertidos sejam autorizados a tratar mal os introvertidos. Esta seria uma boa razão para dispor legislativamente que as diferenças psíquicas também são, como todas aquelas até hoje enumeradas, irrelevantes para discriminar um homem ou uma mulher de um outro ou de uma outra. Com relação ao segundo caso, a distinção entre crianças e adultos ainda é relevante no que se refere ao reconhecimento de alguns direitos. ("Eguaglianza e dignità degli uomini" [1963], agora em *Il Terzo Assente*, Turim: Sonda, 1989, p.71-83).



Se hoje, diante destes resultados adquiridos e incorporados constitucionalmente, não há mais razão para distinguir a direita da esquerda, isto não quer dizer em hipótese alguma que direita e esquerda tenham contribuído do mesmo modo para a consecução deles, nem que, uma vez tornada ilegítima uma discriminação, direita e esquerda admitam o fato com a mesma força de convicção.

Uma das conquistas mais clamorosas, embora hoje já comece a ser contestada, dos movimentos socialistas que se identificaram, ao menos até agora, com a esquerda, é o reconhecimento dos direitos sociais ao lado dos direitos de liberdade. Trata-se de novos direitos que começaram a ser incorporados às constituições a partir do fim da Primeira Guerra Mundial e foram consagrados pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem* e por outras Cartas internacionais sucessivas. A razão de ser de direitos sociais, como o direito à educação, o direito ao trabalho, o direito à saúde, é uma razão igualitária. Todos estes três direitos objetivam reduzir a desigualdade entre quem tem e quem não tem, ou colocar um número cada vez maior de indivíduos em condições de serem menos desiguais no que diz respeito a indivíduos mais afortunados por nascimento ou condição social.

Mais uma vez não estou dizendo que uma maior igualdade é um bem e uma maior desigualdade um mal. Não desejo sequer dizer que uma maior igualdade seja sempre e em todos os casos preferível a outros valores como a liber-

dade, o bem-estar, a paz. Com estas referências a situações históricas pretendo simplesmente reafirmar minha tese de que o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de "esquerda", e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais.

# 7
# LIBERDADE E AUTORIDADE

1 A igualdade como ideal supremo, ou até mesmo último, de uma comunidade ordenada, justa e feliz, e portanto, de um lado, como aspiração perene dos homens conviventes, e, de outro, como tema constante das teorias e ideologias políticas, está habitualmente acoplada ao ideal da liberdade, considerado, também ele, supremo ou último.

Ambos os termos têm um significado emotivo muito forte, mesmo quando usados, como acontece em geral, com um significado descritivo impreciso, como no famoso trinômio "*Liberté, Egalité, Fraternité*" (no qual, porém, o mais impreciso é o terceiro termo). Já se disse que a popular injunção "todos os homens devem ser iguais" tem um significado puramente sugestivo, tanto que qualquer problema referente à igualdade não pode ser corretamente apresentado se não se responde a três questões: "Entre quem? em relação a quê? com qual critério?" Do mesmo modo, a injunção "todos os homens devem ser livres" tem um significado puramente emocional se não se responde à questão: "Todos, exatamente todos?", e se não se oferece uma justificativa para as exceções, como as crianças, os loucos [*pazzi*] ou mesmo os escravos por natureza, na concepção de Aristóteles. Em segundo lugar, se não se estabelece bem o que se entende por "liberdade", pois uma coisa é a liberdade de querer, à qual se refere a disputa sobre o

livre-arbítrio, outra, é a liberdade de agir, na qual está particularmente interessada a filosofia política, que dela distingue diversos sentidos, tais como a liberdade negativa, a liberdade de agir propriamente dita e a liberdade como autonomia ou obediência às leis que cada um prescreve a si mesmo.

2 Além do mais, somente a resposta a todas estas questões permite que se compreenda por que existem situações em que a liberdade (mas qual liberdade?) e a igualdade (mas qual igualdade?) são compatíveis e complementares na projeção da boa sociedade, outras situações em que são incompatíveis e se excluem reciprocamente, e outras ainda em que é possível e recomendável uma equilibrada combinação de uma com a outra. A história recente nos ofereceu o dramático testemunho de um sistema social em que o objetivo da igualdade não só formal, mas sob muitos aspectos também substancial, foi alcançado (mas apenas em parte e de modo muito inferior às promessas) em detrimento da liberdade em todos os seus significados (exceção feita, talvez, apenas à liberdade diante da necessidade). Ao mesmo tempo, continuamos a ter sempre presente sob os olhos a sociedade em que vivemos, na qual são exaltadas todas as liberdades, e com particular relevo a liberdade econômica, sem que nos preocupem, ou só nos preocupem marginalmente, as desigualdades delas derivadas e presentes em nosso próprio mundo e, com visibilidade ainda maior, nos mundos mais distantes.

Mas não precisamos recorrer a este grande contraste histórico que dividiu os seguidores das duas ideologias dominantes há mais de um século, liberalismo e socialismo, para nos darmos conta de que nenhum dos dois ideais pode ser realizado em suas extremas conseqüências sem alguma limitação às possibilidades de realização do outro. O exemplo mais evidente é o contraste entre o ideal da liberdade e o ideal da ordem. Não se pode deixar de reconhecer que a ordem é um bem comum a todas as sociedades, tanto que o



termo contrário "desordem" tem uma conotação negativa semelhante à de "opressão", contrário de "liberdade", e de "desigualdade", contrário de "igualdade". Mas a experiência histórica e a experiência cotidiana nos ensinam que "ordem" e "liberdade" são dois bens em contraste entre si, tanto que uma boa convivência somente pode ser fundada sobre um compromisso entre um e outro, de modo a evitar o limite extremo ou do Estado totalitário ou da anarquia.

Repito que não precisamos retomar a grande contradição histórica atual entre comunismo e capitalismo, pois são infinitas as possibilidades de serem apresentados exemplos de casos diminutos ou mínimos de medidas igualitárias que limitam a liberdade e, vice-versa, de medidas libertárias que aumentam a desigualdade.

Uma norma igualitária que impusesse a todos os cidadãos a utilização unicamente dos meios de transporte públicos para aliviar [*alleggerire*] o tráfego ofenderia a liberdade de escolher o meio de transporte preferido. A escola secundária única, tal como instituída na Itália para todos os jovens após os estudos primários, veio ao encontro da exigência de se igualar os pontos de partida, mas limitou a liberdade antes existente, ao menos para alguns, de escolher entre vários tipos de escola. Ainda mais limitativa da liberdade de escolha seria uma maior realização da exigência igualitária (à qual uma esquerda coerente não deveria renunciar) de que todos os jovens, provenham eles da família que for, sejam levados nos primeiros anos de vida a exercer um trabalho manual ao lado do trabalho intelectual. Um regime igualitário que impusesse a todos os cidadãos a utilização de roupas idênticas impediria que cada um escolhesse as indumentárias preferidas. Em geral, qualquer extensão da esfera pública por razões igualitárias, na medida em que precisa ser imposta, restringe a liberdade de escolha na esfera privada, que é intrinsecamente inigualitária, pois a liberdade privada dos ricos é muito mais ampla do que a liberdade privada dos pobres. A perda de liberdade golpeia naturalmente mais o rico do que o pobre, para quem a liberdade de escolher o meio de transporte, o tipo de escola, o modo de

se vestir, está habitualmente impedida, não por uma imposição pública, mas pela situação econômica interna à esfera privada.

É verdade que a igualdade tem por efeito uma limitação da liberdade tanto do rico quanto do pobre, mas com a seguinte diferença: o rico perde uma liberdade usufruída efetivamente, o pobre perde uma liberdade potencial. Os exemplos poderiam ser multiplicados. Cada um pode constatar em sua própria casa que a maior igualdade, que, mais pela mudança dos costumes do que pela vigência de normas constritivas, vem sendo verificada entre os cônjuges referente à educação dos filhos, fez que o marido passasse a assumir obrigações (embora ainda apenas morais) que restringem sua antiga liberdade, ao menos no interior da família.

O mesmo princípio fundamental daquela forma de igualitarismo mínimo própria da doutrina liberal, segundo a qual todos os homens têm direito à idêntica liberdade, salvo exceções a serem justificadas, implica que cada um limite a própria liberdade para torná-la compatível com a liberdade de todos os outros, de modo a não impedir que os outros também usufruam da sua mesma liberdade. O estado de liberdade selvagem, que poderia ser definido como aquele em que uma pessoa é tão mais livre quanto maior é o seu poder – o estado de natureza descrito por Hobbes e racionalizado por Spinoza –, é um estado de guerra permanente entre todos pela sobrevivência, do qual só se pode sair com a supressão da liberdade natural ou, como propõe a doutrina liberal, com a sua regulação.

3 Além do mais, deve-se estabelecer bem o sentido da expressão "idêntica liberdade", usada como se fosse clara, mas que é genérica e ambígua. Genérica, porque, como foi várias vezes observado, não existe a liberdade em geral, mas apenas liberdades singulares, de opinião, de imprensa, de iniciativa econômica, de reunião, de associação, e é sempre necessário, conforme as situações, especificar a qual delas se deseja referir; ambígua, porque ter uma liberdade igual à de



todos os outros significa não apenas ter todas as liberdades singulares possuídas pelos demais, mas também ter a mesma possibilidade de usufruir cada uma destas liberdades singulares. De fato, uma coisa é usufruir em abstrato todas as liberdades usufruídas pelos demais, outra, é usufruir cada liberdade de modo igual a todos os demais. Deve-se levar bem em conta esta diferença, pois a doutrina liberal afirma a primeira em nível de princípio, mas a prática liberal não pode assegurar a segunda a não ser intervindo com medidas igualitárias limitadoras e, portanto, corrigindo o princípio geral.

Com isto, não pretendo afirmar que uma medida igualitária seja sempre limitadora da liberdade. A extensão do sufrágio masculino às mulheres não limitou a liberdade de voto dos homens. Pode ter limitado seu poder, pelo fato de que a sustentação de um determinado governo passou a não depender mais apenas deles, mas o direito de votar não foi restringido. Do mesmo modo, o reconhecimento dos direitos pessoais também aos imigrados não limita os direitos pessoais dos cidadãos. Para obter a forma de igualdade nos casos precedentemente expostos, faz-se necessária uma norma que imponha uma obrigação e, como tal, restrinja a liberdade. Em outros casos, basta uma norma atribuidora de direitos a quem não os possui.

Deve-se, por fim, fazer uma observação elementar, que normalmente não é feita: os conceitos de liberdade e de igualdade não são simétricos. Enquanto a liberdade é um *status* da pessoa, a igualdade indica uma relação entre dois ou mais entes. Prova disso é que "*x* é livre" é uma proposição dotada de sentido, ao passo que "*x* é igual" não significa nada. Donde o efeito irresistivelmente cômico da célebre expressão orwelliana: "Todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros." Ao mesmo tempo, não suscita nenhuma hilariedade, aliás é perfeitamente compreensível, a afirmação de que todos são livres, mas alguns são mais livres do que outros. Assim, tem sentido afirmar com Hegel que existe um tipo de regime, o despotismo, em que apenas um é livre e todos os outros são servos, enquanto não teria

sentido dizer que existe uma sociedade em que apenas um é igual. O que explica, além do mais, por que a liberdade pode ser considerada um bem individual, diversamente da igualdade que é sempre apenas um bem social, e também por que a igualdade na liberdade não exclui que sejam desejáveis outras formas de igualdade, como as da oportunidade e da renda, que, ao requererem outras formas de igualamento, podem entrar em conflito com a igualdade na liberdade.

4 Estas sumárias considerações sobre os valores supremos da igualdade e da liberdade e sobre as relações entre eles são um passo ulterior que considero necessário para precisar a proposta de definir esquerda e direita com base no critério da igualdade e da desigualdade.[1]

1 Gostaria de recordar aqui, entre as várias tentativas de redefinir a esquerda, aquela, sensata e útil, de Peter Glotz, "Vorrei una sinistra col muso più duro", in *L'Unità*, 30 de novembro de 1992. Referindo-se a seu livro *Die Linke nach dem Sieg des Westens* (Stuttgart: Deutsche Verlag, 1992), escreve: "Defini a esquerda como a força que persegue a limitação da lógica de mercado, ou, mais prudentemente, a busca de uma racionalidade compatível com a economia de mercado; a sensibilidade para com a questão social, isto é, o apoio ao Estado Social e a certas instituições democráticas; a transposição do tempo em novos direitos de liberdade; a igualdade de fato das mulheres; a tutela da vida e da natureza; a luta contra o nacionalismo." Elias Diaz ("Derechas y izquierdas", in *El Sol*, Madri, 26 de abril de 1991) considera como sinal de identidade da esquerda "uma maior predisposição às políticas econômicas redistributivas e de nivelamento proporcional, baseadas mais no trabalho do que no capital; uma maior consideração da organização voltada para o que é público e comum mais do que para o que é privado e individual; prevalência dos valores da cooperação e da colaboração sobre os valores do confronto e da concorrência; maior atenção para com os novos movimentos sociais e as suas reivindicações pacifistas, ecológicas, feministas; preocupação com a efetiva realização dos direitos do homem, sobretudo no que se refere aos grupos marginalizados, à terceira idade, à infância etc.; insistência na prioridade para todos do atendimento às necessidades fundamentais, tais como a da boa



Ao lado da díade igualdade–desigualdade, sobre a qual até agora me detive e da qual nascem doutrinas e movimentos igualitários e inigualitários, deve-se colocar outra díade não menos importante historicamente: liberdade–autoridade. Desta derivam doutrinas e movimentos libertários e autoritários. No que diz respeito à definição de esquerda e direita, a distinção entre as duas díades adquire particular relevância, pois um dos modos mais comuns de caracterizar a direita em relação à esquerda é contrapondo a direita libertária à esquerda igualitária. Não tenho qualquer dificuldade em admitir a existência de doutrinas e movimentos mais igualitários e de doutrinas e movimentos mais libertários, mas teria alguma dificuldade em admitir que esta distinção serve para distinguir a direita da esquerda. Exis-

saúde, da escola, da habitação; maior sensibilidade e amizade internacional para com as áreas pobres, dependentes e deprimidas; autonomia da livre vontade e do debate racional tanto para tomar decisões políticas majoritárias e democráticas quanto para construir éticas críticas e modificações, não impostas com argumentos de autoridade ou com dogmas de organizações religiosas dotadas de um caráter carismático e/ou tradicional".
Gostaria também de chamar a atenção para o artigo de Giorgio Ruffolo, "Il fischio di Algarotti e la sinistra congelata", in *MicroMega*, n.1, p.119-45, 1992. Ruffolo observa com justeza que o partido da esquerda, tendo abandonado a mensagem messiânica, escorregou num pragmatismo político sem princípios. A esquerda está congelada, mas não está morta, desde que ainda seja capaz de reconhecer os motivos ideais, sempre atuais, dos quais nasceu.
Por fim, Claus Offe parte da queda do sistema soviético para denunciar um "acentuado deslocamento do espectro político para a direita". Na medida em que o fim do socialismo, por muitos suposta, poderia derivar de uma ausência de ofertas e correspondentemente de demandas, Offe conclui considerando que precisamente a importância dos desafios diante dos quais se encontra a Europa "fará que no futuro os ânimos políticos ainda se dividam em esquerda e direita" (do resumo de sua intervenção no seminário "Marxismo e liberalismo alla soglia del Terzo Millennio", que se realizou no Goethe Institut de Turim, em novembro de 1992, publicado em *L'Unità*, 19 de novembro de 1992, com o título "Dopo l'89 sinistra tra miseria e speranza").

tiram e ainda existem doutrinas e movimentos libertários tanto à direita quanto à esquerda. A maior ou menor estima [*pregio*] atribuída ao ideal da liberdade, que encontra sua realização, como se disse, nos princípios e nas regras que estão na base dos governos democráticos, daqueles governos que reconhecem e protegem os direitos pessoais, civis, políticos, permite, no âmbito da esquerda e da direita, a distinção entre a ala moderada e a ala extremista, já ilustrada no capítulo 2. Tanto os movimentos revolucionários quanto os movimentos contra-revolucionários, mesmo não tendo em comum um projeto global de transformação radical da sociedade, têm em comum a convicção de que em última instância, precisamente pela radicalidade do projeto de transformação, este não pode ser realizado senão pela instauração de regimes autoritários.[2]

Se me for concedido que o critério para distinguir a direita da esquerda é a diversa apreciação [*apprezzamento*] da idéia da igualdade, e que o critério para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é a diversa postura [*atteggiamento*] diante da liberdade, pode-se então repartir esquematicamente o espectro em que se colocam doutrinas e movimentos políticos nas quatro seguintes partes:

2 No texto da primeira edição deste livro escrevi que o critério da liberdade "serve para distinguir o universo político não tanto com respeito aos fins quanto com respeito aos meios, ou ao método, a serem empregados para o alcance dos fins". Referia-me em particular "à aceitação ou à rejeição do método democrático" (p.80). E. Severino observou ("A liberdade é um fim. A igualdade não", in *Corriere della Sera*, 9 de junho de 1944) que "o meio está inevitavelmente subordinado ao fim. Se o fim é a igualdade, a liberdade, como meio, está subordinada à igualdade. Os meios, em geral, são desgastáveis e substituíveis. E não é tão fácil mostrar que a liberdade não é um meio desgastável e substituível". A observação é pertinente. A diferença entre libertários e autoritários está na diversa apreciação [*apprezzamento*] do método democrático, fundada por sua vez sobre a diversa apreciação da liberdade como valor.



a) na extrema-esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários, dos quais o jacobinismo é o exemplo histórico mais importante, a ponto de se ter tornado uma abstrata categoria aplicável, e efetivamente aplicada, a períodos e situações históricas diversas;

b) no centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários, para os quais podemos empregar hoje a expressão "socialismo liberal", nela compreendendo todos os partidos social-democratas, em que pesem suas diferentes práxis políticas;

c) no centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático, mas que, com respeito ao ideal da igualdade, se prendem à igualdade diante da lei, que implica unicamente o dever por parte do juiz de aplicar imparcialmente as leis, e à liberdade idêntica, que caracteriza aquilo que chamei de igualitarismo mínimo;

d) na extrema-direita, doutrinas e movimentos antiliberais e antiigualitários, dos quais creio ser supérfluo indicar exemplos históricos bem conhecidos como o fascismo e o nazismo.

Obviamente, a realidade é bem mais diversificada do que este esquema, construído segundo apenas dois critérios. Em minha opinião, porém, estes são dois critérios fundamentais que, combinados, servem para estabelecer um quadro que preserva a contestada distinção entre direita e esquerda, e ao mesmo tempo responde à bem mais difícil objeção de que são considerados de direita e de esquerda doutrinas e movimentos não homogêneos como, à esquerda, comunismo e socialismo democrático, e, à direita, fascismo e conservadorismo; que explica, ainda, por que tais movimentos, embora não sendo homogêneos, podem estar, em situações excepcionais de crise, potencialmente aliados.

# 8

## A Estrela Polar

1 Uma política igualitária caracteriza-se pela tendência a remover os obstáculos (para retomar uma expressão contida no já mencionado Artigo 3 da Constituição Italiana)[1] que tornam os homens e as mulheres menos iguais. Uma das mais convincentes provas históricas da tese até aqui defendida, segundo a qual o igualitarismo é a característica distintiva da esquerda, pode ser deduzida do fato de que um dos temas principais, senão o principal, da esquerda histórica, comum tanto aos comunistas quanto aos socialistas, é a remoção daquilo que se considerou, não só no século passado mas desde a antiguidade, um dos maiores, senão o maior, obstáculo à igualdade entre os homens: a propriedade individual, o "terrível direito".[2] Certa ou equivocada que

1 É a seguinte a íntegra deste artigo: "Todos os cidadãos têm paridade social e são iguais perante a lei, sem discriminação de sexo, raça, língua, religião, opiniões políticas, condições pessoais e sociais. Cabe à República remover os obstáculos de ordem social e econômica que, limitando de fato a liberdade e a igualdade dos cidadãos, impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a efetiva participação de todos os trabalhadores na organização política, econômica e social do país." (N. T.).

2 Esta expressão encontra-se no célebre livro de Cesare Beccaria, *Dei delitti e delle pene*, no parágrafo dedicado ao delito do furto (o vigésimo-segundo), definido como "o delito cometido por aquela

seja esta tese, é evidente que em geral as descrições utópicas de sociedades ideais, que partem de uma aspiração igualitária, descrevem e simultaneamente prescrevem uma sociedade coletivista; que Jean-Jacques Rousseau, quando se interroga sobre a origem da desigualdade entre os homens, irrompe na famosa invectiva contra o primeiro homem que, circundando seu poder, declarou "isto é meu!"; que de Rousseau retira inspiração o movimento que deu vida à Conspiração dos Iguais, inexoravelmente contrária a qualquer forma de propriedade individual; que todas as sociedades de iguais que se formaram no século passado, nas quais a própria esquerda muitas vezes se reconheceu, consideraram a propriedade individual como uma iníqua instituição a ser abatida; que são igualitários e coletivistas todos os partidos que nascem da matriz marxista; que uma das primeiras medidas da revolução triunfante no mundo dos czares foi a abolição da propriedade individual da terra e das empresas; que as duas obras principais de história e de crítica do socialismo – *Les systèmes socialistes*, de Vilfredo Pareto, e *Socialism*, de Ludwig von Mises – são, a primeira, uma resenha crítica, a segunda, uma análise e uma crítica econômica das várias formas de coletivismo. A luta pela abolição da propriedade individual, pela coletivização, ainda que não integral, dos meios de produção, sempre foi, para a esquerda, uma luta pela igualdade, pela remoção do principal obstáculo para a realização de uma sociedade de iguais. Até mesmo a política das nacionalizações, que por um longo período de tempo caracterizou a política econômica dos partidos socialistas, foi conduzida em nome de um ideal igualitário, não tanto no sentido positivo de aumentar a

infeliz parcela dos homens a quem o direito de propriedade (terrível, e talvez não necessário direito) nada mais deixou a não ser uma nua existência". *Il terribile diritto* é também o título de um livro de S. Rodotà (Bolonha: Il Mulino, 1990). [Uma tradução brasileira de *Dos delitos e das penas*, de Beccaria, foi publicada na Coleção Universidade de Bolso, da Ediouro-Editora Tecnoprint. (N. T.)]



igualdade, mas no sentido negativo de diminuir uma fonte de desigualdade.

Que a discriminação entre ricos e pobres, introduzida e perpetuada pela persistência do direito tido como inalienável à propriedade individual, seja considerada a principal causa da desigualdade, não exclui o reconhecimento de outras razões de discriminação, como a discriminação entre homens e mulheres, trabalho manual e trabalho intelectual, povos superiores e povos inferiores.

2 Não tenho dificuldade em admitir quais e quantos foram os efeitos perversos que derivaram dos modos pelos quais se tentou realizar o ideal. Ocorreu-me, não há muito tempo, de falar, a este propósito, de "utopia invertida" [*utopia capovolta*][3] após ter constatado que uma grandiosa utopia igualitária, a comunista, acalentada por séculos, traduziu-se em seu contrário na primeira tentativa histórica de realizá-la. Nenhuma das cidades ideais descritas pelos filósofos foi proposta como modelo a ser colocado em prática. Platão sabia que a república ideal, da qual havia falado com seus amigos e discípulos, não estava destinada a existir em algum lugar, mas apenas era verdadeira, como Glauco

3 Em um artigo, intitulado precisamente "L'utopia capovolta", publicado em *La Stampa*, de 9 de junho de 1989, agora incluído no livreto *L'utopia capovolta*, da coleção "Terza pagina" de *La Stampa*, Turim, p.127-30, 1990. É singular a consonância com o que escreve Thomas Nagel: "O comunismo faliu na Europa ... Neste momento histórico valerá a pena recordar que o comunismo deve em parte sua existência a um ideal de igualdade que conserva todo o seu fascínio a despeito dos enormes delitos e desastres econômicos que em seu nome foram produzidos. As sociedades democráticas não encontraram uma maneira de trabalhar para a realização deste ideal: e isto constitui um problema para a velha democracia do Ocidente." T. Nagel, *I paradossi dell'uguaglianza*, op. cit., p.14. Esta afirmação apóia-se na seguinte constatação: "Os problemas que geraram o choque entre capitalismo democrático e comunismo autoritário não foram certamente resolvidos com a falência total deste último, nem no mundo avançado, nem no mundo em geral" (ibid.).

diz a Sócrates, "em nossos discursos". No entanto, na primeira vez em que uma utopia igualitária entrou na história, passando do reino dos "discursos" para o reino das coisas, acabou por se transformar em seu contrário.

Mas o grande problema da desigualdade entre os homens e os povos deste mundo permaneceu em toda a sua gravidade e insuportabilidade. E por que não dizer, também, em toda a sua ameaçadora periculosidade para aqueles que se consideram satisfeitos? Mais ainda: na ampliada consciência que a cada dia vamos adquirindo das condições do Terceiro e do Quarto Mundo, daquele que Latouche chamou de "o planeta dos náufragos", as dimensões do problema alargaram-se desmesurada e dramaticamente. O comunismo histórico faliu. Mas o desafio por ele lançado permaneceu. Se, para nos consolarmos, passamos a dizer que nesta parte do mundo, na Europa ocidental, demos vida à sociedade dos dois terços, não podemos fechar os olhos para a maior parte dos países onde a sociedade dos dois terços (ou mesmo dos quatro quintos ou dos nove décimos) não é a da abundância, mas a da miséria.

Diante desta realidade, a distinção entre direita e esquerda, para a qual o ideal da igualdade sempre foi a estrela polar a ser contemplada e seguida, é claríssima. Basta deslocar os olhos da questão social interna dos estados singulares, da qual nasceu a esquerda no século passado, para a questão social internacional para se dar conta de que a esquerda não só não completou seu caminho como mal o começou.[4]

4 E não é diferente se o problema da tarefa universalista da esquerda é colocado do ponto de vista do contraste inclusão–exclusão. A esquerda é tendencialmente inclusiva, a direita tendencialmente exclusiva. Para este ponto de vista, cf. G. Zincone, "L'estensione della cittadinanza", in *Le idee della sinistra*, Roma: Editori Riuniti, 1993, p.75-84; *idem*, "La sindrome americana e la sinistra europea", in *MicroMega*, n.3, p.156-68, 1993.



3 Para concluir, seja-me permitido acrescentar à tese aqui defendida um testemunho pessoal. Sempre me considerei um homem de esquerda, e portanto sempre atribuí ao termo "esquerda" uma conotação positiva, mesmo agora em que é cada vez mais hostilizada, e ao termo "direita", uma conotação negativa, mesmo hoje em que está sendo amplamente reavaliada [*rivalutata*]. A razão fundamental pela qual em algumas épocas da minha vida tive algum interesse pela política ou, com outras palavras, senti, senão o dever, palavra ambiciosa demais, ao menos a exigência de me ocupar da política e algumas vezes, embora bem raramente, de desenvolver atividade política, sempre foi o desconforto diante do espetáculo das enormes desigualdades, tão desproporcionais quanto injustificadas, entre ricos e pobres, entre quem está em cima e quem está embaixo na escala social, entre quem tem poder, vale dizer, capacidade de determinar o comportamento dos outros, seja na esfera econômica, seja na esfera política e ideológica, e quem não o tem. Desigualdades particularmente visíveis e – fortalecendo-se pouco a pouco a consciência moral com o passar dos anos e o trágico evolver dos acontecimentos – conscientemente vividas por quem, como eu, nascera e fora educado em uma família burguesa, na qual as diferenças de classe eram ainda muito marcantes. Estas diferenças eram particularmente evidentes durante as longas férias no campo, quando nós, vindos da cidade, brincávamos com os filhos dos camponeses. Para dizer a verdade, entre nós havia um perfeito entendimento afetivo e as diferenças de classe eram absolutamente irrelevantes, mas não nos escapava o contraste entre nossas casas e as deles, nossos alimentos e os deles, nossas roupas e as deles (no verão, andavam descalços). Todo ano, retornando ao campo nas férias, ficávamos sabendo que um dos nossos companheiros de brincadeiras morrera durante o inverno de tuberculose. Não me recordo, porém, de uma única morte por doença entre os meus colegas de escola na cidade.

Aqueles eram também os anos do fascismo, cuja revista política oficial, fundada pelo próprio Mussolini, intitulava-se *Gerarchia*. Populista, mas não popular, o fascismo havia

arregimentado o país, sufocando toda forma de livre luta política: um povo de cidadãos, que já haviam conquistado o direito de participar de eleições livres, fora reduzido à condição de multidão aclamadora, um conjunto de súditos iguais, é verdade, no idêntico uniforme mas também iguais (e contentes?) na servidão comum. Com a aprovação imprevista e improvisada das leis raciais, nossa geração encontrou-se, nos anos da maturidade, diante do escândalo de uma discriminação infame que em mim, como em outros, deixou uma marca indelével. Foi então que a miragem de uma sociedade igualitária estimulou a conversão ao comunismo de muitos jovens moralmente sérios e intelectualmente capazes. Sei bem que hoje, a tantos anos de distância, o juízo sobre o fascismo deve ser dado com o afastamento do historiador. Aqui, porém, não falo como historiador, mas unicamente para dar um depoimento pessoal sobre minha educação política, na qual tiveram tanta importância, por reação ao regime, os ideais não só da liberdade, mas também da igualdade e da fraternidade, os "redundantes blagues", como eram então desdenhosamente chamados, da Revolução Francesa.[5]

4 Como afirmei desde o início, suspendo todo juízo de valor. Meu objetivo não era tomar posição, mas dar conta de um debate que continua bem vivo não obstante os lúgubres e recorrentes dobres fúnebres [*rintocchi di morte*]. De resto, se a igualdade pode ser interpretada negativamente como nivelamento, a desigualdade pode ser interpretada positivamente como reconhecimento da irredutível singularidade de cada indivíduo.[6] Não há ideal que não seja impelido por uma grande paixão. A razão, ou melhor, o raciocínio que produz argumentos pró e contra para justificar as escolhas de cada um diante dos demais, e acima de tudo diante de si mesmo, vem depois. É por isto que os grandes ideais resistem ao tempo e à mudança das circunstâncias e são, a despeito dos bons ofícios da razão conciliadora, irredutíveis um ao outro.

Irredutíveis, mas não absolutos, ao menos assim deveriam ser considerados pelo bom democrata (e mais uma vez seja-me permitido retornar à diferença entre o extremista e o moderado). Jamais pretendi erigir minhas preferências pessoais, às quais considero não poder renunciar, à condição de critério geral do certo e do errado. Jamais esqueci uma das últimas lições de um dos mestres da minha geração, Luigi Einaudi, que em um áureo ensaio, que sempre tive como guia, "Discurso elementar sobre as semelhanças e dessemelhanças entre liberalismo e socialismo", após ter delineado com admirável fineza os traços essenciais do homem liberal e do homem socialista (e não seria necessário sublinhar de que parte ele estava), escrevia que "as duas correntes são ambas respeitáveis" e "os dois homens, embora

5 Um testemunho atual da aversão sempre recorrente ao ideal igualitário pode ser lido na revista de direita *L'Italia Settimanale*, de 23 de dezembro de 1992. O principal argumento do artigo de R. Gervaso ("Abasso l'uguaglianza", p.36-7) é justamente aquele a que me referi antes, que consiste em apreender mais o que divide do que o que une os homens: "Agrade ou não agrade, nenhum homem é igual a outro homem e, o que é pior, ou melhor, dependendo dos pontos de vista, é que ninguém deseja sê-lo."

6 Não me surpreende que um escritor liberal escreva, com plena convicção e certo de não suscitar escândalo, que o liberalismo é contra a igualdade e é, ao contrário, tolerante para com a disparidade de rendas e riqueza. Os liberais, esclarece, jamais consideraram a desigualdade de riqueza um mal em si, um mal social intolerável, pois a consideram efeito colateral de uma economia produtiva. S. Holmes, "Il liberalismo è utopismo", in *MicroMega*, n.I, p.41, 1994, com estas palavras, Holmes nos faz entender, melhor do que com uma longa dissertação, que existe ao menos um ponto de vista segundo o qual as desigualdades são não apenas inelimináveis, como também vantajosas, sendo portanto vãs as tentativas de eliminá-las. Porém, em contraposição, há também quem (Matthew Arnold) escreveu: "Um sistema fundado na desigualdade é contrário à natureza e com o passar do tempo estará arruinado." Citado por R. H. Tawney, *Equality* (1938), trad. it. in idem, *Opere*, organizado por F. Ferrarotti, Turim: Utet, 1975, p.539-41.

se hostilizando, não são inimigos; pois ambos respeitam a opinião alheia e sabem que existe um limite para a aplicação do próprio princípio". E concluía: "O ótimo não se alcança na paz forçada da tirania totalitária; constrói-se na luta contínua entre os dois ideais, nenhum dos quais pode ser subjugado sem danos comuns."[7]

O impulso em direção a uma igualdade cada vez maior entre os homens é, como Tocqueville havia observado no século passado, irresistível. Cada superação desta ou daquela discriminação, com base na qual os homens dividiram-se em superiores e inferiores, em dominadores e dominados, em ricos e pobres, em patrões e escravos, representa uma etapa, por certo não necessária, mas possível, do processo de civilização. Jamais como em nossa época foram postas em discussão as três fontes principais de desigualdade: a classe, a raça e o sexo. A gradual equiparação das mulheres aos homens, primeiro na pequena sociedade familiar, depois na maior sociedade civil e política, é um dos sinais mais seguros do irrefreável caminho do gênero humano rumo à igualdade.[8]

7 L. Einaudi, *Prediche inutili*, Dispensa quarta, Turim: Einaudi, 1957, p.218, 237, 241.

8 Dois testemunhos recentes: "A grande oposição entre um proletariado dotado de consciência de classe, portanto sujeito da história, e um subproletariado que nada podia fazer a não ser revoltas camponesas ... nos faz sorrir, pois, de um lado, não sabemos onde está exatamente o proletariado ... mas sabemos que um enorme subproletariado mundial de todo o Terceiro Mundo está batendo às portas da história e que, agrade-nos ou não, está se tornando sujeito, consciente ou não, de um grande impulso biológico." U. Eco, "L'algoritmo della storia", in *L'Unità*, 22 de setembro de 1992. "Estar à esquerda significa estar na parte subterrânea de Metropolis. Há algo em mim que reconhece a injustiça social, os desequilíbrios entre o Norte e o Sul do mundo. O que está acontecendo na Somália, na Iugoslávia, na Amazônia, é um problema meu. Estar à esquerda me diz que este não é um problema local. Não é um problema de boa administração. É um problema global, ecológico, de salvação do planeta inteiro. E para enfrentá-lo há necessidade de uma liderança na esquerda capaz de atitudes deste gênero". E. Bencivenga, "Sto com gli altri", in *L'Unità*, 16 de novembro de 1992.



E o que dizer dos novos posicionamentos em relação aos animais? Debates sempre mais freqüentes e amplos, referentes à liceidade da caça, aos limites da vivissecção, à proteção de espécies animais tornadas cada vez mais raras, ao vegetarianismo, o que representam senão os primeiros sintomas de uma possível extensão do princípio de igualdade para além mesmo dos limites do gênero humano, uma extensão fundada sobre a consciência de que os animais são iguais aos homens pelo menos na capacidade de sofrer?

E é certo que, para apreender o sentido deste grandioso movimento histórico, deve-se erguer a cabeça das escaramuças cotidianas e olhar mais alto e mais longe.[9]

9 Sustento estas idéias há tempo. Não está dito que seja esta a última vez, se a vida permitir. Os velhos se repetem. Para a curiosidade do leitor, trago dois testemunhos de minha pertinácia, não obstante as reiteradas rejeições. São de dois escritores, provenientes de partes diversas, mas ambos convictos adversários da díade. Em um artigo paradoxalmente intitulado "La sinistra è a sinistra?" (in *A sinistra. Laboratorio per l'alternativa sociale e politica*, v.1, fevereiro de 1991), Costanzo Preve compara a perturbação causada nos homens de esquerda pela derrocada do comunismo com o personagem kafkaniano que se percebe transformado em um imundo inseto. Nega qualquer valor à díade e sustenta que as dicotomias sobre as quais insisto há tempo não são em nada utilizáveis. Em uma entrevista publicada em *Nuova Antologia*, n.126, fascículo 2177, janeiro-março de 1991 ("L'idea democratica dopo i sommovimenti dell'Est"), Gianni Baget Bozzo, perguntado pelo entrevistador, G. Torlontano, sobre o que significaria esquerda após a queda do Muro de Berlim, responde que "não significa mais nada"; e depois acrescentou: "percebi que os comunistas se agarraram às palavras de Bobbio como a uma tábua de salvação", continua: "creio que 'esquerda' é uma palavra ambígua e tem, no máximo, o significado não de uma cultura, mas de uma convergência política. Se Bobbio e Dahrendorf, que não podem ser considerados de esquerda, fossem adotados como teóricos da esquerda, seria um outro modo de dizer que a esquerda deixou teoricamente de existir". Baget Bozzo conclui que "direita" e "esquerda" podem ser adotadas, na melhor das hipóteses, para indicar "deslocamentos táticos, sintonizados com as circunstâncias, como esquerda democrata-cristã, esquerda liberal etc." (p.7).